

ANTÓNIO MANUEL GODINHO PEREIRA MONTEIRO

**A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NO
CONSELHO PEDAGÓGICO:
ESTUDOS DE CASO**

Mestrado em Administração e Gestão Educacional
(M.A.G.E.)

ORIENTADORA: Professora Doutora Antónia Barreto

UNIVERSIDADE ABERTA

Lisboa, 2006

DEDICATÓRIA

À minha mãe, por ser quem é, por estar onde sempre esteve...
porque é única!

AGRADECIMENTOS

Ao terminar o presente estudo compete-me salientar a minha mais profunda gratidão a algumas instituições e pessoas que pela colaboração disponibilizada e incentivo permitiram a sua concretização:

À Professora Doutora Antónia Barreto, orientadora deste estudo, um grande bem-haja pela simpatia, habilidade, paciência, dedicação, empenho e disponibilidade que sempre revelou ao longo de todo o processo.

Ao Miguel Miranda pela apoio espantoso e pela sua qualidade humana impressionante.

À Universidade Aberta, Departamento de Ciências da Educação, ao organizar e realizar o Curso de Mestrado em Administração e Gestão Educacional.

Às escolas envolvidas, em especial os seus presidentes do Conselho Executivo e do Conselho Pedagógico e todos os professores, alunos e pessoal não docente que participaram directa ou de forma indirecta neste estudo, um agradecimento muito especial, pela colaboração permanente demonstrada em todo o momento da investigação.

Aos amigos/as por todo o apoio prestado e interesse que sempre revelaram, pela conclusão deste estudo.

ÍNDICE

RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO	15
1.1 - Objecto da Investigação.....	15
1.2 - Justificação do Estudo	16
1.3 - Objectivo e as Limitações de Estudo.....	16
1.4 - Definição de Termos e Conceitos.....	17
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	19
2.1 - Conceito de Participação	19
2.1.1 - A Participação num Quadro Político	19
2.1.2 - A Participação num Quadro Administrativo e Organizacional	21
2.2 - A Participação na Escola. Modelos Organizacionais Potenciadores da Participação.....	34
2.2.1 - A Escola como Arena Política.....	34
2.2.2 - A Escola como Sistema Caótico.....	43
2.3 - Evolução da Administração e Gestão Escolar em Portugal	47
2.4 - Regime Actual de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas	61
2.4.1 - Conceito e Princípios de Autonomia.....	62
2.4.2 - Órgãos de Administração e Gestão	63
2.4.3 - Instrumentos do Processo de Autonomia da Escola.....	66
2.4.4 - Reflexões sobre como tem sido vivida a Autonomia das Escolas.....	70
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	80
3.1 - Problemática e Objectivos do Estudo.....	80
3.2 - Modelo de Investigação Qualitativa	81
3.2.1 - O Estudo de Caso como Design de Investigação Qualitativa	81
3.3 - Caracterização do Meio e da Amostra.....	82
3.3.1 - Escolha do Meio e Negociação do Acesso.....	82
3.3.2 - Caracterização das Escolas.....	83
3.3.3 - Caracterização da Amostra.....	85

3.4 - Recolha de Dados	86
3.4.1 - A Entrevista	86
3.4.2 - Preparação e Estruturação das Entrevistas	88
3.4.3 - Realização das Entrevistas.....	93
3.5 - Análise de Dados	95
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	100
4.1 - Percepções dos Alunos sobre a Participação no Conselho Pedagógico ..	100
4.2 - Percepções dos Alunos sobre os Modos de Operacionalização e a Sua Participação no Conselho Pedagógico	105
4.3 - Percepções dos Alunos sobre a Forma de Transmissão e Mobilidade das Decisões Tomadas em Conselho Pedagógico.....	106
4.4 - Análise Comparativa das Opiniões dos Alunos nas Três Escolas.....	108
4.5 – Percepções dos Professores sobre a Participação do Aluno no Conselho Pedagógico	109
4.6 – Percepções dos Professores sobre a Participação do Aluno na Gestão Escolar.....	111
4.7 – Percepções dos Professores sobre a Participação Efectiva do Aluno	112
4.8 – Percepções dos Professores sobre a Intervenção da Escola na Operacionalização da Participação do Aluno	113
4.9 – Percepções dos Professores sobre a Formação do Aluno como Cidadão	114
4.10 – Análise Comparativa das Percepções dos Professores das Três Escolas	116
CONCLUSÕES	118
BIBLIOGRAFIA	121
ANEXOS	132

RESUMO

O estudante de hoje encontra-se inserido num mundo em constante mudança, o que lhe permite a vivência de inúmeras situações, perante as quais tem uma forma própria de reagir. A educação não deve ter como objectivo a reunião de pessoas, fazer aderir a valores comuns forjados no passado, mas preparar cada pessoa para a participação, mostrar-lhe os seus direitos e deveres e desenvolver as suas competências sociais de modo a estimular o trabalho em equipa na escola.

À medida que Portugal avança para a era da tecnologia a ênfase deve ser colocada nas pessoas e na sua formação, o que reforça a importância da educação e das relações entre os diferentes grupos.

O Conselho Pedagógico é o órgão de administração e gestão que assegura a orientação e coordenação da vida educativa da escola ou do agrupamento de escolas, sobretudo no domínio pedagógico e didáctico, de orientação e de acompanhamento do aluno e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

O papel do aluno no Conselho Pedagógico é importante, uma vez que, permite que ocorra uma troca de ideias entre os professores e os alunos. O professor nem sempre está ao corrente dos factos que se verificam no mundo do aluno, logo é necessário que o aluno frequente as reuniões do Conselho e que a escola o motive à participação.

ABSTRACT

The students today are surrounded with changes that allowed them to live lots of different situations in every way. Education should not emphasize on basic values but instead it should prepare each person to an active role in the social way of life. Education must give a new look at teaching and learning those values.

As Portugal moves into the technology era, employment is shifting to provision of services from production of goods. This trend emphasizes people, rather than things, and points up the need for educational programs which deal with group's relations.

There are legitimate ways of teaching the meaning of integrity, personal responsibility and respect for others. There are effective ways of motivating students to understand the relationship between order and freedom, obligation and privilege, unity and diversity. This process of reconciliation must be encouraged in schools. It is important that students could be at the important meetings with teachers, because participation is a way of motivation.

INTRODUÇÃO

O mundo de mudança rápida em que todos vivemos coloca à educação um leque de desafios. A Escola tem sido o espaço considerado adequado não só à aquisição de saberes, mas também à formação de uma consciência de intervenção, facilitadora de relações harmoniosas e responsáveis com os outros e com o meio.

A educação não deve apenas reunir as pessoas para as fazer aderir a valores comuns forjados no passado, mas sim preparar cada pessoa para a participação na sociedade. Trata-se, de fazer da escola um modelo de prática democrática que leve o aluno a compreender, a partir de problemas concretos, quais são os seus direitos e deveres, e como o exercício da sua liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e da liberdade dos outros.

Embalado pelo interesse pessoal que nutro pela temática da participação e pela pertinência que lhe é inerente, no panorama actual, defini como o objecto de estudo desta investigação: *A participação dos alunos no Conselho Pedagógico*.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, lei n.º 46/ 86 de 14 de Outubro, no artigo 45º estabelece que a participação nas organizações escolares é um direito e que todos os implicados no processo educativo devem participar nos órgãos de direcção e gestão das escolas.

Sobre participação na escola, Lima (1992: 129) defende: “*O estudo da participação nas organizações educativas, designadamente na escola, remete para a problemática da democratização da educação e do ensino e para a construção da escola democrática*”.

O Conselho Pedagógico é, de acordo com o decreto-lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, o órgão de administração e gestão que assegura a coordenação e orientação da vida educativa da escola ou do agrupamento de escolas, nomeadamente nos domínios pedagógico e didáctico, de orientação e de

acompanhamento dos alunos e da formação contínua do pessoal docente e não docente.

O papel do aluno no Conselho Pedagógico traduz-se na sua participação. Pode-se considerar que, participar é repartir entre os elementos do grupo ou da equipa de trabalho, métodos e decisões, tendo em conta os diversos elementos que o compõem.

A investigação que fizemos procura contribuir para conhecer de que forma se manifesta a participação do aluno no Conselho Pedagógico, descrever as práticas existentes nas escolas secundárias e identificar as percepções dos alunos e dos professores, face à participação destes, no referido órgão de gestão.

O Capítulo I do nosso estudo, com o título: *Objecto Da Investigação*, define o objectivo a que nos propomos conhecer a participação dos alunos no Conselho Pedagógico, das escolas secundárias, no âmbito do decreto-lei nº115-A /98, de 4 de Maio, de modo a identificar formas de participação e conhecer as percepções dos alunos e professores, em relação à participação dos discentes no referido órgão. Constitui, também objecto desta investigação, o reconhecimento das formas de mobilização e transmissão dos alunos em relação às decisões tomadas no Conselho Pedagógico. Tomamos como pergunta de partida a seguinte questão: *Como se manifesta a participação dos alunos no Conselho Pedagógico?* Associada a esta questão formulámos as seguintes perguntas: *Quais as formas de participação dos alunos no Conselho Pedagógico?; Qual a percepção dos alunos em relação à sua participação no Conselho Pedagógico?; Qual a percepção dos professores em relação à participação dos alunos no Conselho Pedagógico?; Quais as formas de transmissão e como se mobilizam ou não os alunos?*

Como consideramos que a actividade das escolas não é produzir “alunos formados”, mas antes ajudar à aquisição e construção de conhecimentos, facultando os meios e oferecendo condições, para que o jovem se torne o autor do seu próprio desenvolvimento holístico, justificámos desta forma o objecto do nosso estudo.

Á medida que fomos desenvolvendo todo o trabalho de sustentação teórica, fomos deparados com algumas dificuldades, nomeadamente a escassez de literatura estrangeira relevante e actual, nas bibliotecas nacionais. A disponibilidade temporária parece-nos ser sempre reduzida para a concretização de um estudo neste âmbito, acabando por ser também uma limitação.

Neste capítulo aproveitámos ainda para definir alguns termos e conceitos, que consideramos importantes, como: *Participação, Decisão, Transmissão, Mobilização, Conselho Pedagógico, Conselho Executivo.*

Abordando o conceito de participação num quadro político e num quadro administrativo e organizacional, abrimos o Capítulo II e verificámos alguma relatividade conceptual, de acordo com as diversas teorias e perspectivas. Apresentámos dois modelos de análise organizacional que promovem fortemente a participação ao nível da escola: *a escola como arena política e a escola como sistema caótico.* Pois, trata-se o primeiro, de um modelo que ao estimular a interacção entre indivíduos ou grupos de indivíduos, os leva a atingir objectivos comuns. O segundo, representa um modelo organizacional alternativo de análise escolar, que poderá contrapor de modo interessante o enquadramento organizacional típico de uma grande maioria das escolas secundárias portuguesas e de onde resultados menos esperados, mas úteis, poderão surgir.

Fizémos um percurso histórico pela evolução da administração e gestão escolar em Portugal, restringindo-nos apenas ao período republicano.

Consultámos legislação e enunciámos o conceito e princípios de autonomia, procedemos a uma apresentação do actual Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas, fazendo referência a todos os Órgãos de Administração e Gestão, assim como, aos Instrumentos do Processo de Autonomia da Escola. Encerramos este capítulo, ao lançar algumas reflexões sobre como tem sido vivida a autonomia das escolas.

Com o terceiro Capítulo definimos a metodologia utilizada no estudo. Uma vez que se trata de um estudo de caso e pretende compreender a forma como se manifesta a participação dos alunos no Conselho Pedagógico, entender percepções

de professores e alunos, ao nível dessa participação no referido órgão, o design de investigação qualitativa, foi assumido por nós. Caracterizámos a amostra e o meio, explicando que o estudo se desenvolve, em três escolas secundárias da zona urbana de Lisboa. Na recolha dos dados empregámos a técnica da entrevista, através de um guião pré-elaborado e utilizámos a análise de conteúdo no tratamento dos dados, estabelecendo para isso categorias e subcategorias.

O Capítulo IV, constituído pela apresentação e análise de resultados, apresenta-nos as percepções de alunos e professores, de acordo com quadro de análise que elaborámos; e análises comparativas ao nível das três escolas estudadas.

No Capítulo das conclusões estabelecemos o confronto entre os resultados obtidos e o enquadramento teórico.

CAPÍTULO I – OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO

1.1 - Objecto da Investigação

O estudo que apresentamos procura conhecer a participação dos alunos no Conselho Pedagógico das escolas secundárias no âmbito do decreto-lei nº115-A /98, de 4 de Maio, de modo a identificar formas de participação e conhecer as percepções dos alunos e professores, em relação à participação dos discentes no referido órgão. Constitui, também objecto desta investigação, o reconhecimento das formas de mobilização e transmissão dos alunos em relação às decisões tomadas no Conselho Pedagógico. Tomamos como pergunta de partida a seguinte questão:

Como se manifesta a participação dos alunos no Conselho Pedagógico?

Associada a esta questão formulamos as seguintes perguntas:

- Quais as formas de participação dos alunos no Conselho Pedagógico?
- Qual a percepção dos alunos em relação à sua participação no Conselho Pedagógico?
- Qual a percepção dos professores em relação à participação dos alunos no Conselho Pedagógico?
- Quais as formas de transmissão e como se mobilizam ou não os alunos?

1.2 - Justificação do Estudo

A motivação e a delimitação do objecto de estudo desta investigação decorreu do interesse pessoal pelo assunto e da pertinência do tema no tempo actual.

Consideramos que a actividade das escolas não é produzir «*alunos formados*», mas sim ajudar à aquisição e construção de conhecimentos, disponibilizar os meios e criar as condições para que o jovem se torne um autor do seu próprio crescimento (físico, psíquico, intelectual, afectivo, moral, etc.). Deste modo, alunos, professores e pessoal não docente são responsáveis no processo.

Como tal, sob o ponto de vista da gestão participativa é insuficiente dizer que a participação dos alunos na gestão das escolas é uma «*aprendizagem da cidadania*». A participação dos alunos na gestão das escolas é uma condição essencial para a própria aprendizagem, o que não significa que se minimizem os efeitos educativos da formação cívica e pessoal inerente à vivência democrática e para além das razões educativas, é necessário reconhecer ao aluno o direito de interferir na organização do seu próprio trabalho, em parceria com os outros trabalhadores, no respeito das suas competências próprias e de acordo com a sua idade e esfera de influência. (Barroso, 1995)

1.3 - Objectivo e as Limitações de Estudo

Como objectivos gerais deste estudo pretendemos:

- Saber de que forma é realizada a participação do aluno na escola, em especial como se manifesta a participação deste no Conselho Pedagógico.
- Recolher informação no que respeita à percepção dos alunos, em relação à sua participação no Conselho Pedagógico.

- Apurar qual a percepção do professor, em relação à participação do aluno no Conselho Pedagógico.
- Recolher informação sobre a mobilização dos alunos, em relação à sua participação no Conselho Pedagógico.
- Averiguar de que forma é efectuada a recolha de informação sobre a transmissão das decisões tomadas em Conselho Pedagógico.
- Realçar a importância da participação dos alunos na vida educativa da escola.

Sentimos como limitações deste estudo a dificuldade em construir um quadro teórico, a que não foi alheia a:

- a) Ausência de literatura estrangeira relevante nas bibliotecas portuguesas.
- b) O tempo disponível para a conclusão da dissertação é de apenas um ano.
- c) O investigador como instrumento central de investigação interage e estabelece maior ou menor empatia com os diversos actores, o que se pode traduzir numa grande limitação.

1.4 - Definição de Termos e Conceitos

No estudo que fizemos adoptamos as seguintes definições de conceitos:

- O conceito de **Participação**, neste estudo, assume uma perspectiva que vai ao encontro do conceito de «gestão participativa». Segundo Barroso (1995)
 “ (...) esta modalidade de participação abrange unicamente os elementos da organização, que pela sua actividade na própria escola, contribuem para que ela realize a sua missão e atinja as finalidades que lhe são atribuídas.”(p. 10).

- O conceito de **Decisão** corresponde a “ (...) *um processo através do qual o decisor identifica e avalia alternativas, até encontrar uma alternativa que considere suficientemente boa (satisfatória) (...)*” (Simon, 1981) citado por Bilhim (1996, p.251).
- O conceito de **Transmissão** diz respeito aos “ (...) *processos de comunicação entre pares (como se comunica) dentro das organizações (...)*”, de acordo com Bilhim (1996, p.293).
- O conceito de **Mobilização** refere-se a uma caracterização de “ (...) *atitudes e comportamentos de elevado envolvimento na organização, individual e colectiva. Traduz capacidade de mobilização para a acção, conhecimento aprofundado de direitos, deveres e possibilidades de participação, atenção e vigilância em relação a todos os aspectos considerados pertinentes, afirmação (...)*” Lima (1992, p.187).
- **Conselho Pedagógico** é nos termos do decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, o órgão de administração e gestão que assegura a coordenação e orientação da vida educativa da escola ou do agrupamento de escolas, nomeadamente nos domínios pedagógico e didáctico, de orientação e de acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.
- **Conselho Executivo** é de acordo com o decreto-lei nº115-A/98, de 4 de Maio, o órgão de administração e gestão da escola responsável pelos domínios da gestão pedagógica, cultural, administrativa e financeira.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 - Conceito de Participação

2.1.1 - A Participação num Quadro Político

Sendo a democracia constituída por uma forma de organização social, onde o poder é compartilhado e exercido directa ou indirectamente pelos cidadãos, está subjacente a ela a capacidade de critério para o exercício com responsabilidade, dos deveres e direitos que lhe são inerentes.

A ideia de democracia como fundamento e expressão, que chegou até nós com a revolução do 25 de Abril, tende naturalmente a estender-se a todas as áreas sociais, assim como, a modificar mentalidades, atitudes e estruturas.

No sistema educativo o princípio social da participação supõe o hábito pessoal de intervenção, desenvolvido ao longo do processo educativo, implicando acção partilhada, repartição de papéis e responsabilidade na tomada de decisões.

O conceito de participação pode ser entendido segundo diversas interpretações. De acordo com Canotilho (1981), há que ter em consideração a participação *lato sensu*, que abrange a participação através do voto e a participação *stricto sensu* que, sendo menos formal, é exercida directamente pelos cidadãos nos processos de tomada de decisão. São três os graus de participação que este autor menciona:

1. participação não vinculante, que se manifesta ao nível dos processos de tomada de decisão, limitando-se a enunciar propostas, informações ou protestos;
2. tomadas de decisão, onde se verifica uma participação ao nível das diferentes estruturas administrativas, que não implicam uma

participação vinculante e que se situa ao nível das próprias transferências de poder;

3. participação vinculante e autónoma, que substitui o poder de decisão tradicional, representando uma forma de administração autónoma.

Paterman (1970) citado por Afonso (1993,1994) definiu três níveis de participação, de acordo com a capacidade de decisão garantida aos participantes. O primeiro nível, considerado o mais baixo de participação, é designado por *pseudo-participação* e consiste num conjunto de técnicas utilizadas para convencer os participantes a aceitarem decisões que já foram tomadas pelos detentores efectivos do poder de decisão. No segundo nível, denominado por participação parcial, os directores ou gestores são as partes detentoras do poder, mas os participantes podem influenciar as suas decisões. Por último, temos o nível mais elevado que corresponde à participação total, a qual reconhece em cada participante a capacidade para influenciar e emitir opiniões sobre as tomadas de decisão.

Ainda segundo uma perspectiva política, Machado (1982:121,122), distingue entre *ser parte* e *ser participante*, pois, “ enquanto parte, o indivíduo afirma a sua autonomia pessoal contra outros indivíduos, mas enquanto participante, ele representa e afirma o interesse de um grupo (...) e (...) aparece como portador de uma função no todo colectivo “. A participação é, portanto, um processo concomitantemente consensual e conflitual, contribuindo assim, para a construção de uma organização, por vezes, sacrificando objectivos e interesses pessoais.

2.1.2 - A Participação num Quadro Administrativo e Organizacional

Neste âmbito, o conceito de participação assume vários conteúdos, de acordo com diferentes teorias e escolas., uma vez que acaba por ser equacionada segundo várias Teorias da Administração.

A Teoria da Administração Científica foi iniciada pelo engenheiro Frederick Taylor (1865-1915). Segundo Chiavenato (1983: 38) “*Sua preocupação original foi tentar eliminar o fantasma do desperdício e das perdas sofridas pelas indústrias americanas e elevar os níveis de produtividade através da aplicação de métodos e técnicas da engenharia industrial.*”, logo o principal objectivo traduziu-se numa convergência de interesses entre o patrão e os funcionários através da racionalização do trabalho do operário e dando relevo às suas tarefas. Esta teoria baseia-se apenas no aspecto formal da organização e omite os aspectos humanos, da organização, como se tratasse de uma parte integrante da engrenagem de uma máquina. A empresa é vista como entidade autónoma e absoluta, onde não é tido em conta o ambiente envolvente e vista como um sistema fechado. O desinteresse pelos aspectos humanos e relacionais da organização, assim como todas as implicações sociológicas inerentes à produção, limitou a sua aplicabilidade.

A Teoria Clássica da Administração, representada por Henri Fayol (1841-1925), pretendia atingir a eficiência das organizações, através de uma valorização focada na estrutura e sobretudo preocupada com a divisão do trabalho, a nível dos órgãos que a compõem. Esta divisão do trabalho pode orientar-se de duas formas: vertical (níveis de autoridade) e horizontal (departamentalização). Todavia continua-se a considerar a organização como um sistema fechado. Para Fayol administrar uma organização traduz-se em *prever, organizar, comandar, coordenar e controlar*. Luther Gulick (1937), discípulo de Fayol, desenvolve estas funções e propõe as seguintes funções para um administrador: planear (planning), organizar (organizing), assessorar (staffing), dirigir (directing), coordenar

(coordinating), relatar (reporting) e orçamentar (budgeting), funções estas que se resumem na conhecida sigla POSDCORB.

Também nesta teoria o factor humano é relegado, tanto nos seus aspectos relacionais como nas suas implicações sociológicas (interesses pessoais e a satisfação de necessidades ou atitudes). A preocupação da Escola Clássica da Administração centra-se em exclusivo nos aspectos formais da organização e omite por completo os aspectos humanos. Nesta escola não há qualquer tipo de participação, pelo menos, dos níveis hierárquicos inferiores, que apenas se limitam ao cumprimento, na integra, das directivas superiores seleccionadas e superiormente emanadas. Os indivíduos que participam na organização são instrumentos passivos de um sistema cuja produtividade poderá aumentar através de um incentivo económico ou de melhores condições físicas e ambientais de trabalho.

Elton Mayo (1880-1949) cria a Teoria das Relações Humanas. Nesta teoria o factor humano é considerado como elemento determinante da produção. A administração assume um carácter democrático com ênfase nas pessoas, considera a organização, como um sistema social mais amplo e reconhece a importância que os aspectos pessoais e relacionais dos indivíduos têm na totalidade do sistema. Nesta perspectiva, a função básica da administração é constituir um grupo capaz de compreender e comunicar, com chefes democráticos, persuasivos e simpáticos.

Com esta teoria desenvolvem-se os conceitos de liderança, de motivação e de dinâmica de grupos. O cientista social Kurt Lewin (1890-1947), adepto desta teoria, é o fundador da escola de Dinâmica de Grupos e refere que um grupo humano é um conjunto de pessoas que devem apresentar, não só vários traços em comum no espaço e no tempo, mas também um objectivo comum; e que podem participar num processo de mudança. Com o sentido de obter o maior rendimento, com o máximo de satisfação e o mínimo de desgaste, saber lidar com a pessoa particular ou em grupo, passa a ser um dos grandes objectivos da empresa.

Segundo a Teoria das Relações Humanas, desenvolvida por Mayo e apresentada por Lewin, os elementos da organização têm necessidades, atitudes,

valores e objectivos pessoais que precisam de ser identificados, estimulados e compreendidos, para se conseguir a sua participação na organização, o que representa uma condição essencial para a sua eficácia.

Com o crescimento desenfreado das organizações, surge a Teoria Neoclássica da Administração, cuja filosofia é marcada pelo facto de que toda a organização existe para alcançar objectivos e produzir resultados. Administrar é orientar, dirigir e controlar os esforços de um grupo de indivíduos para um objectivo comum. As funções administrativas consistem em: planear, organizar, dirigir e controlar. O enorme crescimento das organizações conduziu os neoclássicos a preocuparem-se com problemas como a centralização / descentralização ou a organização “linha-staff”. A descentralização permite delegar a autoridade nos níveis de supervisão, localizados nas camadas hierárquicas inferiores. Na organização “linha-staff” existem órgãos de linha (órgãos de execução) e de assessoria ou “*staff*” (órgãos de apoio e de consulta), que mantêm relações entre si, em constante interacção com o seu meio ambiente.

Segundo Max Weber (1864-1920), o século das burocracias é o século XX. Na sua opinião, a burocracia é a organização eficiente por excelência. Para se conseguir esse nível é necessário especificar com antecedência e com muito detalhe, a forma como as tarefas se deverão desenrolar. É uma organização qualificada por:

1. carácter legal das normas e regulamentos previamente estabelecidos por escrito;
2. carácter formal das comunicações em que as regras, decisões e acções administrativas são formuladas e registadas por escrito;
3. sistemática divisão do trabalho, atendendo a uma racionalidade, sabendo cada participante qual o seu cargo específico e respectivas funções;
4. impessoalidade no relacionamento, dado que a distribuição das actividades é feita em termos de cargos e funções e não de pessoas envolvidas;

5. hierarquia de autoridade, sendo os cargos estabelecidos pela organização, de modo a que cada cargo inferior esteja sob o controlo e supervisão de um posto superior, não ficando nenhum posto ou tarefa sem fiscalização;
6. rotinas e procedimentos, competindo à organização fixar as regras e normas técnicas inerentes ao desempenho de cada cargo, sendo todas as actividades executadas segundo padrões claramente definidos;
7. competência técnica e mérito, em que a admissão, a transferência e a promoção dos funcionários são baseadas em critérios válidos para toda a organização e não em critérios particulares e arbitrários, sendo necessários exames, concursos, testes e títulos para a admissão e promoção dos funcionários;
8. especialização da administração, surgindo em primeiro plano o administrador profissional que, através da sua carreira dentro da organização, se especializa na sua gestão, chegando a posições de comando e controlo;
9. profissionalização dos participantes, sendo cada funcionário especializado nas actividades do seu cargo, recebendo salários compatíveis com o nível que ocupa, não tendo outra participação activa dentro da organização;
10. previsibilidade do funcionamento da empresa, pois o comportamento dos membros da organização é perfeitamente presumível pelo facto de que todos os funcionários deverão comportar-se de acordo com as normas e regulamentos da organização, para que esta atinja a máxima eficiência possível.

Apenas os aspectos internos da organização, dentro de um sistema fechado, são tidos em conta na burocracia, dá-se muita importância ao planeamento e ao controlo e resiste-se à mudança, devido à previsibilidade interna.

“O crescimento das organizações ao longo do século XX, começou a tornar evidentes os inconvenientes deste sistema organizativo, devido à proliferação desmesurada de regulamentação, de rigidez no comportamento dos funcionários, de conflitos internos entre grupos de pessoal, em que os objectivos próprios se sobrepõem, por vezes, aos objectivos da organização.”
(Canário, B., 1990:50)

As escolas portuguesas tiveram e continuam a ter características organizacionais que se enquadram neste modelo burocrático, pois apresentam um número elevado de normas uniformizadas prescritas por circulares e despachos dos serviços centrais; uma definição restrita das funções, uma divisão do trabalho por áreas disciplinares; uma hierarquia de autoridade; um elevado número de regras e regulamentos escritos. Para Canário, B. (1990), há alguns autores que vêem inconvenientes neste tipo de organização na escola, uma vez que se aplica uma grande uniformidade de soluções para todas as situações, que são necessariamente diversificadas e complexas, o que pode criar tensões entre os funcionários devido ao emprego destas regras impessoais. As burocracias educacionais não controlam o fundamental da sua actividade, que é a educação e a aprendizagem do aluno.

Se a Teoria Burocrática de Weber dá importância ao planeamento, ao controle, o que a torna resistente à mudança, a Teoria Estruturalista concebe as organizações como sistemas abertos, em interacção com o meio ambiente. Os estruturalistas não são adeptos da convergência de interesses entre funcionários e patrões, como pressupõe a Teoria Clássica, mas também não concordam que essa convergência de interesses deva ser preservada pela administração, por meio de uma atitude compreensiva como admite na Teoria das Relações Humanas. Nem uma teoria nem outra considera o problema do conflito, no entanto, para os estruturalistas, os conflitos são os elementos geradores das mudanças e do

desenvolvimento da organização. Deste modo, reconhecem que os objectivos organizacionais (crescimento, maior lucro, consolidação dos negócios, maior eficácia, etc.) entram em conflito com os objectivos individuais dos participantes (maiores salários, melhor horário de trabalho, auto-realização, prestígio, segurança pessoal, etc.), o que conduz a dilemas e tensões que caracterizam as organizações.

Segundo Chiavenato (1983), Etzioni, um representante da Teoria Estruturalista, enuncia três tipos de envolvimento dos intervenientes na organização:

1. *alienatório*, em que o indivíduo não está psicologicamente interessado em participar, no entanto é forçado a permanecer na organização;
2. *calculista*, em que o indivíduo só se sente interessado, uma vez que os seus esforços poderão trazer alguma vantagem económica;
3. *moral*, em que o indivíduo atribui valor à missão da organização e ao seu trabalho dentro dela, desempenhando-a da melhor forma, pelo simples facto de lhe atribuir valor.

O mesmo autor distingue também três tipos de poder:

1. *coercivo*, representa aquele que é imposto pela força física ou por controlos baseados em prémios ou punições;
2. *remunerativo*, que se baseia no controlo de incentivos económicos, utilizando a remuneração como base principal desse controlo;
3. *normativo*, baseado num consenso entre os objectivos e os métodos da organização.

Ao reunir os três tipos de poder com os três tipos de envolvimento dos participantes, Etzioni apresenta nove possibilidades, três das quais dizem respeito aos tipos mais frequentes e mais eficazes para as organizações.

Tipos de organização	Tipo de poder	Envolvimento dos participantes	Exemplos
Coercivas	Coercivo	Alienatório	Prisões Instituições penais Campos de concentração
Utilitárias	Remunerativo	Calculista	Comércio Corporações Trabalhadores
Normativas	Normativo	Moral	Hospitais Escolas Universidades Igreja Organizações sociais Organizações políticas

Quadro 1 - Tipologia de Etzioni (segundo Chiavenato, 1983:336).

Esta tipologia de Etzioni, apresentada aqui nos seus aspectos fundamentais, é uma referência para qualquer estudo sobre a participação nas organizações. Todavia, observe-se que o critério utilizado na classificação do envolvimento dos intervenientes é o da natureza dessa participação, no entanto omite quaisquer referências a outros aspectos tais como as diferentes formas e graus de participação.

As organizações encontram-se inseridas em comunidades e sociedades, onde aspectos essenciais como as relações existentes entre os membros da organização e o público, os clientes ou as instituições externas, são omitidos pelas teorias anteriores, porém, é relevante considerar que as organizações existem para

proporcionar benefícios. Deste modo, Peter Blau e Richard Scott (1970) apresentam uma tipologia das organizações, com base no beneficiário principal, que atribui aos beneficiários a razão fundamental para a existência de qualquer organização. Para estes estudiosos existem quatro categorias de participantes que podem beneficiar com uma organização:

1. os próprios membros da organização;
2. os proprietários ou dirigentes da organização;
3. os clientes da organização;
4. o público em geral.

Baseados nas quatro categorias de beneficiários principais, Blau e Scott propõem quatro tipos básicos de organizações:

1. *associações de beneficiários mútuos*, como associações profissionais, sindicatos, corporativas; organizações de interesse comercial, como por exemplo, sociedades anónimas e empresas familiares;
2. *organizações de serviços*, como hospitais, escolas, universidades, associações sociais e/ou religiosas, etc.;
3. *organizações do Estado*, como organizações militares, de segurança pública, correios;
4. *organizações jurídicas e outras*.

A tipologia apresentada tem a vantagem de dar importância ao poder e à influência que o beneficiário pode exercer sobre as organizações e pode mesmo condicionar a sua estrutura e objectivos. À semelhança com a tipologia de Etzioni, esta apresentação não fornece informações referentes às diversas estruturas ou sistemas psicossociais e administrativos existentes nas organizações.

De acordo com a Teoria Comportamental a administração das organizações encontra-se influenciada pela forma com que os administradores dirigem e orientam as pessoas. Assim, esta teoria pretende demonstrar que existe uma grande diversidade de estilos de administração. Douglas McGregor apresenta duas concepções de administração, opostas e antagónicas, baseadas na Teoria X e

outra, na Teoria Y. A primeira identifica-se com os modelos tradicionais, onde as pessoas estavam habituadas a serem dirigidas, controladas e manipuladas pelas empresas e a procurarem fora da área profissional, satisfações para as suas necessidades especiais de auto-realização. Na Teoria Y, administrar é em particular um processo em que se criam oportunidades para liderar processos de desenvolvimento pessoal. Dá importância às necessidades de auto-estima e de auto-realização dos indivíduos. Esta teoria parte do princípio de que qualquer gestão deve desenvolver mecanismos de modo a que as pessoas, ao atingirem os seus próprios objectivos, vão ao encontro dos objectivos organizacionais. Está-se perante uma teoria que é aplicada em organizações com um estilo de direcção assente em medidas inovadoras e humanistas, como:

1. *descentralização das decisões e delegação de responsabilidades;*
 2. *ampliação do cargo para maior significação do trabalho;*
 3. *auto-avaliação do desempenho;*
 4. *participação nas decisões mais altas e administração consultiva.*
- (Canotilho, 1981:96)

Outro nome importante da Teoria Comportamental é o de Likert (1975). Na opinião deste autor a administração nunca é idêntica nas diversas organizações. Pode assumir variações de acordo com as condições internas e externas da própria organização. Nesta linha o autor propõe uma classificação de sistemas de administração, definindo quatro perfis organizacionais diferentes, em função de quatro variáveis:

- processo de tomada de decisão,
- sistema de comunicações,
- relacionamento interpessoal,
- sistema de recompensas e punições.

Logo, Likert (1975), propõe quatro sistemas organizacionais intercalados entre um sistema autoritário e um sistema participativo grupal, designado como democrático

<i>Explorador</i>	Autoritário explorador	Participativo de carácter consultivo
<i>Benévolo</i>	Autoritário benévolo	Participativo grupal
	<i>Autoritário</i>	<i>Participativo</i>

Quadro 2 - Sistemas organizacionais, segundo Likert (1975).

O processo de tomada de decisão está na totalidade delegado e descentralizado no sistema participativo grupal, marcadamente democrático. O nível institucional define as políticas a adoptar e controla os resultados. O trabalho é desenvolvido em equipa, predomina a confiança mútua, dá uma atenção especial às recompensas sociais, a comunicação processa-se na vertical e horizontal. Quando surgem punições, são definidas pelo grupo, todavia estas são muito raras. Likert observa que quanto mais próximo do sistema participativo estiver situado o estilo de administração da organização, maior é a probabilidade de obter alta produtividade e boas relações no trabalho. A construção de uma estrutura de equipa, responsável e flexível neste sistema participativo, é fundamental.

Segundo a Teoria Comportamental da Administração, a organização é um sistema de decisões, onde cada pessoa tem uma participação consciente e racional, em que as suas opções e decisões estão de acordo com a sua personalidade, motivação e atitudes. São os indivíduos, participantes na organização, quem defende a sua participação ou não participação. Os comportamentalistas aceitam como participantes na organização, todos aqueles que recebem incentivos e que contribuem de um modo positivo para a sua continuidade. Em determinadas situações, alguns destes participantes poderão assumir um papel dominante no equilíbrio da organização, no entanto, nem todos agem no seio da organização. O importante é o facto de todos eles manterem relações de reciprocidade com a

organização: concederem as suas contribuições em troca de incentivos úteis, enquanto a organização proporciona incentivos em troca de contribuições úteis.

A transposição destes conceitos para a educação e em simultâneo com o enorme desenvolvimento económico do pós-guerra leva-nos a considerar as escolas como grandes fábricas de ensino, reprodutoras do modelo das linhas de montagem, onde a matéria-prima “*alunos*” vai sofrer transformações, segundo as solicitações do sistema. Alves (2001:29) refere que:

“ As nossas escolas são construídas segundo o modelo das linhas de montagem. As escolas são fábricas organizadas para a produção de unidades bio psicológicas móveis portadoras de conhecimentos e habilidades (...) definidos exteriormente por agências governamentais a que se conferiu autoridade para isso (...) A criança está finalmente formada, isto é, transformada num produto igual a milhares de outros ISO 12000: está formada de acordo com a forma. É mercadoria espiritual que pode entrar no mercado de trabalho.”

Segundo Roberto Carneiro (1994), trata-se de um sistema educativo orientado à produção, em que a prioridade reside na formação de capital humano necessário ao desenvolvimento da economia. Perante este cenário, os professores são considerados autómatos, limitados a cumprir as directrizes emanadas dos gabinetes centrais. A própria formação do professor é orientada de forma a garantir o cumprimento dos normativos administrativos, técnicos e pedagógicos que disciplinam os sistemas educativos. Uma educação orientada para a produção é em especial muito influenciada pelos produtores, isto é, pelos professores. É indispensável o cumprimento dos programas, para que assim os alunos completem os seus cursos e apresentem os requisitos profissionais que a economia deseja. Num contexto destes, os parceiros sociais têm uma intervenção muito limitada e em geral são afastados para segundo plano.

Num sistema educativo orientado ao consumo o aluno não é a única matéria-prima que sofre transformações, ele também é um ser humano com outro género de necessidades pessoais, culturais e sociais, cuja satisfação global interage com o desempenho pedagógico da escola (Carneiro, 1994). Daqui sai reforçado o conceito de educação de massas e “ (...) *as escolas são olhadas como grandes superfícies, onde os consumidores se podem dirigir para saciar as suas necessidades de consumo em matéria de educação e de formação(...)* ” (Carneiro, 1994:14).

Os métodos de gestão escolar terão que se adaptar às situações novas deixando de ser protagonizados pelos produtores profissionais, para se estenderem à participação de outros utentes directos, como os alunos. Contudo, num sistema educativo voltado para o consumo, a imaginação local torna-se impotente face à supremacia dos normativos nacionais. Deste modo, mediante as eventuais críticas dos consumidores, que apelam sempre para melhores níveis de desempenho, num sistema caracterizado pela massificação da educação, o poder responde com uma reorganização administrativa, que se denomina por desconcentração. Com a desconcentração a autoridade local é delegada a alguém da administração central, ainda que sediada no local, cuja nomeação é da competência das autoridades centrais, de cuja confiança depende a manutenção no cargo.

Noutro período do sistema educativo português surge a educação orientada ao cliente. Para Roberto Carneiro (1994), nem a produção, nem o consumo determinam o rumo do sistema, mas sim a qualidade, criando-se assim uma relação muito importante entre a escola e os seus clientes, inseridos na comunidade envolvente. Doravante, o cliente encara a escola como um poderoso aliado para a sua formação global, com implicações directas na construção e desenvolvimento de um cidadão participativo, responsável e consciente das realidades sociais. Noutro sentido, a escola deve prestar contas à sociedade que a sustenta e aqui a pressão pública dos clientes não se dirime, exigindo-se cada vez mais níveis elevados de desempenho.

Numa perspectiva de educação orientado ao cliente, há que diversificar as fontes de financiamento e procurar fontes alternativas de recursos; isto é, há que descentralizar, partilhar o poder entre o Estado e a sociedade civil, ter sempre em conta que a educação não é função exclusiva de qualquer uma destas entidades. O cliente pode negociar e intervir no plano de estudos, em vez de assumir uma atitude passiva no processo educativo. O modelo educativo proposto deve ser do conhecimento dos alunos e aberto à discussão, de modo que seja possível proceder a ajustes de acordo com as suas preferências.

2.2 - A Participação na Escola. Modelos Organizacionais Potenciadores da Participação

Optámos por estudar apenas dois modelos que apresentam muitas potencialidades ao nível da participação dos actores escolares.

2.2.1 - A Escola como Arena Política

A perspectiva política da análise organizacional, em concreto das organizações escolares pode assumir duas dimensões. A designada por *micro política* (Ball, 1989), dirigida para os aspectos *micro* (funcionamento interno), apresenta a organização escola como uma arena política, onde predominam interesses distintos, conflitos, negociações (resultantes da dinâmica dos actores presentes) e onde processos e finalidades organizacionais são instáveis e conflituosas. A outra, de cariz *macro*, centrada na análise do papel político e ideológico, que organizações como a escola desempenham no contexto sócio-cultural mais alargado (tem em consideração a dependência exercida por estas relativamente à sociedade), estuda assim a organização escola como sistema político (Afonso, 1993).

Ao conceber as organizações como representações dos sistemas políticos globais, entendemo-las como realidades sociais complexas onde indivíduos e grupos com interesses e finalidades específicas entram em interacção para atingirem os seus próprios objectivos, recorrendo a diferentes estratégias, mobilizando poderes e influências e desencadeando situações de conflito, de coligação e de negociação (Costa, 1998).

Logo, alguns autores defendem a análise *micro política* como a mais adequada para situações com estas características. Para Baldrige, “*O modelo político parte do pressuposto que as organizações complexas podem ser*

estudadas como sistemas políticos em miniatura, com conflitos e dinâmicas de grupos de interesses semelhantes aos encontrados na cidade, no estado e noutras situações políticas (...)” (1983: 50).

Na opinião de Hoyle (1988:256), *“A micro política abarca aquelas estratégias pelas quais os indivíduos e os grupos nos contextos organizacionais procuram utilizar os seus recursos de poder e influência para levar os seus interesses mais longe(...)”*.

Ainda nesta linha, Ball (1989:24-25) refere: *“ (...) muitos dos trabalhos sobre as escolas como organizações basearam-se - naquilo que todos sabemos acerca das escolas - (...) o futuro da análise organizacional nas escolas está no âmbito daquilo que não sabemos sobre as escolas, em particular na compreensão da micro política da vida escolar”*.

Portanto, a perspectiva metodológica mais adequada no estudo das organizações como *“arenas políticas”*, onde a tomada de decisão resulta de processos de confrontação e negociação baseados nos interesses dos intervenientes e nas estratégias de poder envolvidas, é a análise micro política.

Reportando-se ao contexto escolar, Natércio Afonso afirma:

“A abordagem política concebe as escolas e os sistemas escolares como organizações políticas onde grupos distintos com interesses próprios entram em interacção com o objectivo de satisfazer esses interesses particulares, num contexto caracterizado pela diversidade dos objectivos, pela existência de conflitos abertos ou latentes, e pela luta por mais legitimidade e poder” (1993: 43).

Também Bush, citado por Costa (1998: 79), caracteriza de modo semelhante este modelo de análise organizacional:

“ Os modelos políticos partem do pressuposto que nas organizações a política e as decisões emergem por um processo de negociação e regateio.

Os grupos de interesses desenvolvem e formam alianças na busca de objectivos políticos particulares. O conflito é perspectivado como um fenómeno natural e o poder decorre das coligações dominantes em vez de ser um exclusivo de líderes formais” (1986: 68).

Como se pode observar, vários autores, concebem as escolas, devido às suas características, em termos de composição, estruturação e comportamento organizacional, como locais privilegiados para a aplicação dos modelos políticos e, assim, a figura da arena política encaixa na perfeição.

Segundo Hoyle citado por Costa (1998), a actividade micro política encontra nas escolas um terreno propenso devido a duas razões essenciais: a primeira, no que diz respeito ao funcionamento débil articulado das diferentes áreas da sua actividade; a segunda, devido à faceta competitiva e conflitual da tomada de decisões, em especial o embate entre a formalidade legítima dos responsáveis escolares, como directores, gestores, e os modos democráticos e profissionais entendidos como os mais adequados para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Também Peter Gronn referido por Costa (1998: 80), caracteriza a escola como arena política identificando quatro grandes factores:

- *“a escassez de recursos: os diferentes grupos componentes da arena escolar dificilmente estão de acordo sobre a necessidade, a quantidade, a utilização ou a eficiência dos recursos pretendidos (por recursos entende o autor não só as instalações, o equipamento, o pessoal, ou o dinheiro mas, também, outros de tipo mais qualitativo como, por exemplo, o capital cultural e o know how);*
- *a diversidade ideológica: as concepções, as crenças e as atitudes acerca da realidade escolar e dos objectivos pedagógicos diferem de actor para actor e radicam nas diferentes concepções de homem, de sociedade e de educação de cada indivíduo;*

- *a conflitualidade de interesses: a escola é constituída por uma heterogeneidade de indivíduos (e de grupos) com interesses próprios e diversificados de ordem pessoal e profissional sendo muitas vezes comum que aquilo que interessa a uns não interessa a outros;*
- *as diferenças de personalidade: o ser humano vai, desde o seu nascimento, formando (em interacção com o meio) uma personalidade própria que o identifica como pessoa e que individualiza os seus procedimentos sociais. Esta personalidade traduz-se em diferentes tipos caracterológicos e estilos comportamentais que, não raras vezes, entram em conflito”.*

De acordo com González (1994:54), para se poder compreender a realidade organizacional da escola é necessário ter em conta as condutas dos seus membros:

“A concepção da organização como uma coligação de indivíduos com interesses distintos constitui um ponto de partida importante para compreender esta perspectiva (micro política). Rompe-se, neste caso, com a ideia da organização como uma estrutura racional e estável, para realçar o facto de que as escolas nem sempre perseguem metas explícitas, mas múltiplos fins frequentemente implícitos e mesmo contraditórios estando implicadas em contínuas lutas sobre os meios e os fins. Sublinhe-se que, não obstante as escolas possuírem estruturas formais com normas e regulamentos próprios, são as condutas dos seus membros, com as suas correspondentes ideias, expectativas, valores, interesses e habilidades, aquelas que deverão constituir o foco de atenção face a uma melhor compreensão da vida da organização”.

A valorização do indivíduo em detrimento do colectivo, ou da instituição como um todo, é notória na perspectiva micro política. A mesma opinião é também partilhada por Gray referido por Costa (1998: 81), quando afirma: “*Do meu ponto de vista, só podemos compreender correctamente as escolas, os colégios, os politécnicos, as universidades, etc., se nos concentrarmos nas pessoas*”. Os indivíduos não são sujeitos passivos, nem elementos mecânicos, possuem interesses de várias ordens, como pessoais, profissionais e políticos, que procuram realizar através das organizações onde se encontram inseridos (Hoyle, 1988).

Como a estratégia individual não representa eficácia na consecução dos interesses dos indivíduos, estes procuram agregar-se formando coligações, atingindo assim os seus objectivos com maior facilidade (Bacharach, 1988). Perante este facto, Bush segundo Costa (1998:82), defende que, “*tendo em conta este modelo organizacional, não é correcto falar de objectivos definidos previamente pela organização, mas em objectivos dependentes da contínua instabilidade, ambiguidade e contestação.*” Assim, os interesses dos grupos começam a deter o domínio sobre a tomada de decisões nas organizações escolares.

No momento em que é necessário tomar uma decisão, a diversidade de interesses inerente aos diferentes grupos que compõem a organização escolar originam situações de conflito. Deste modo, o processo de tomada de decisões aparece como o ambiente adequado para as manifestações micro políticas ou, como “*a primeira arena do conflito político*” (Bacharach, 1988: 282). Todavia, nesta perspectiva, o conflito representa algo natural e inevitável, em contrário à teoria das relações humanas, onde é um problema a evitar, e ao modelo burocrático, onde é visto como uma situação inadequada ou disfunção. O conflito deve ser encarado como uma fase ou um momento do processo de funcionamento total da organização e até mesmo como um factor, que para além de normal e

inevitável, é vantajoso para a promoção de uma mudança organizacional (Baldrige, 1983).

Ao considerar as escolas como *campos de luta*, Ball (1989:35) sublinha a importância dos conflitos:

“Considero as escolas, do mesmo modo que praticamente todas as organizações sociais, campos de luta, divididas por conflitos em curso ou potenciais entre os seus membros, francamente coordenadas e ideologicamente diversas. Julgo essencial, se queremos compreender a natureza das escolas como organizações, conseguir uma compreensão de tais conflitos.”

A origem do conflito pode situar-se no interior da organização, mas também no seu exterior, uma vez que o ambiente desta, é de certo modo vulnerável (Baldrige, 1983). Segundo Bush referido por Costa (1998:83), *“estamos perante uma perspectiva sistémica nos modelos políticos, portanto da escola enquanto sistema político”*.

Nesta abordagem organizacional o poder tem um lugar de destaque, pois de acordo com Costa (1998:83), *“ (...) o desenvolvimento e a afirmação dos interesses individuais e do grupo dependem do poder dos respectivos representantes.”* Em geral, os conflitos são vencidos pelos detentores de maior poder, e nos processos de negociação, por aqueles que possuem maior peso organizacional. Todavia, é conveniente separar dois tipos de poder, com diferentes importâncias no contexto organizacional, segundo a distinção apresentada por Bacharach (1988: 283) e que Hoyle segundo Costa (1998:83) também aplica: o poder da autoridade e o poder da influência: *“ a autoridade corresponde ao poder formal, cuja fonte se situa na estrutura hierárquica da organização; a influência, consiste no poder informal que, não estando dependente de processos de legitimação legal, pode ser suportado por diversificadas fontes tais como o carisma, o conhecimento, a experiência pessoal ou o controlo dos recursos”*.

Ainda segundo Hoyle, “ (...) *especial atenção deve ser dedicada ao poder de influência nos modelos micro políticos de análise organizacional*” (1988: 259).

Na opinião de Bush, novamente citado por Costa (1998:84), entre todos os actores escolares, detentores de consideráveis fontes de poder (embora, nunca absoluto), merecem destaque os directores/gestores, tendo em consideração as cinco formas de poder que têm à sua disposição, e que são importantes nos contextos escolares: “*o poder de posição oficial, o poder de especialista, o poder pessoal, o poder de controlo das recompensas e o poder coercivo*”.

O professor de um modo geral, para além dos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino, é também detentor de algum poder, em especial nas situações de conflito e/ou tomada de decisões.

No âmbito das relações entre professores e alunos, Formosinho propõe uma classificação da base de poder dos professores assente em seis tipos fundamentais: o poder físico, o poder remunerativo, o poder pessoal, o poder cognoscitivo, o poder normativo e o poder autoritativo (1980).

Parece que não há dúvidas de que o poder não está igualmente repartido, sendo os gestores e os professores quem detém, realmente e formalmente poderes; no entanto teremos de reconhecer que todos os actores escolares dispõem de algum poder, especialmente os mais fracos em termos hegemónicos, como os alunos, pois de acordo com Afonso referido por Costa (1998:84):

“ (...) os alunos, sendo actores tão ou mais importantes que os professores no processo educativo - como demonstra a crescente valorização do seu estatuto na organização formal da escola – o que, só por si, é uma importante fonte de poder. Diferentes estudos sociológicos têm posto em evidência o poder dos alunos que se concretiza, por exemplo, na capacidade que tem de, em certas circunstâncias, manipular os professores e interferir ou condicionar os estilos e métodos de ensino, bem como chegar a impor a sua própria vontade”.

Na interpretação da organização enquanto arena política, as decisões não ocorrem a partir de um processo racional, nem segundo objectivos definidos de modo formal para a organização (imagem empresarial e burocrática), nem tão pouco, a partir do desenvolvimento de consensos ao ter em conta a partilha de objectivos comuns (imagem democrática). Resultam de complexos processos de negociação e compromisso que, não conseguem satisfazer por completo as preferências dos vários subgrupos ou indivíduos, traduzem as preferências daqueles que detêm maior poder e/ou influência (Hughes referido por Costa, 1998).

No entanto, até os grupos com aparência fraca, tanto em termos de autoridade como de influência, acabam por deter sempre algum poder, uma vez que dispõem de diversas formas de contestação, que poderão trazer desvantagens no funcionamento organizacional, em especial quando as decisões são tomadas em oposição frontal. Como tal, o processo normal de decisão terá que se basear em essencial em procedimentos negociais, onde as formas de intercâmbio ou de troca se revelam muito importantes, visto que alguns grupos ou actores têm à sua disposição, como refere Hoyle (1986) citado por Costa (1998: 85), “*bens de troca*” que empregam nas negociações. Segundo o mesmo autor, os bens de troca que podem ser utilizados entre a direcção da escola e os professores são: a autonomia e a aplicação flexível das regras, a distribuição dos recursos materiais, a promoção dos professores, o aumento da auto-estima destes. Por sua vez, os bens de troca usados pelos professores são: a estima à direcção, o apoio aos seus objectivos, a opinião sobre a liderança, a conformidade com as regras e a reputação da escola.

A implementação de reformas educativas, assim como, a introdução de inovações pedagógicas nas organizações escolares, representam casos típicos de conflito e em consequência de negociação e de troca de bens entre os responsáveis hierárquicos e a classe docente. Segundo Busher (1990) citado por Costa (1998: 85), neste processo a negociação apresenta-se como um elemento essencial:

“ A inovação ocorre nas escolas, não exactamente através do estabelecimento de estruturas e da aplicação da autoridade, nem mesmo através da utilização unidireccional de várias fontes e bases de poder pelos seus promotores, mas através de um processo de negociação entre as pessoas. Estas negociações podem ser compreendidas em termos de regateio e de troca (...) “

Blase, também citado por Costa (1998: 86), define a análise micro política de uma forma muito clara e precisa, expressa aquilo que ela representa na realidade:

“A micro política refere-se à utilização do poder formal e informal pelos indivíduos e grupos para alcançarem os seus objectivos nas organizações. Em grande medida, as acções políticas resultam das diferenças percebidas entre indivíduos e grupos, articuladas com a motivação para exercer o poder, para influenciar e/ou proteger. Embora tais acções sejam consciente ou inconscientemente motivadas, pode existir “significância” política em determinada situação. Tanto as acções cooperativas e conflitivas como os processos são parte do domínio da micro política. Para além disso, os factores macro e micro políticos interagem frequentemente”).

Tendo em conta a concepção analítica e descritiva desta teoria, parece que nos encontramos perante um modelo que apresenta inúmeras potencialidades para melhor compreendermos o funcionamento interno das escolas, assim como também, a relação entre a escola e o contexto sócio-político (neste caso, sob a vertente de análise macro política). Há autores que são mesmo peremptórios, relativamente a este modelo, como é o caso de Canavarro, quando afirma: “ (...) parece-nos que a *Abordagem Política ou Estratégica* será a mais adequada para o estudo e compreensão da *Organização Escolar*” (1991: 105).

2.2.2 - A Escola como Sistema Caótico

Uma das correntes actuais considera que a organização interna das escolas se aproxima daquilo que é designado por anarquia organizada, uma vez que à racionalidade, previsibilidade e clareza limitadas, dos seus actores, grupos e até das organizações, se contrapõe a ambiguidade e o funcionamento imprevisível e incerto da organização (Cohen, March, Olsen: 1972).

Segundo Costa (1998), neste contexto não é atribuída uma conotação negativa ao conceito de anarquia. Trata-se apenas de uma metáfora, cujo emprego permite visualizar um conjunto de situações que poderão ser encontradas em algumas organizações escolares e entre as quais se destacam as seguintes:

- *“ a escola é, em termos organizacionais, uma realidade complexa, heterogénea, problemática e ambígua;*
- *o seu modo de funcionamento pode ser apelidado de anárquico, na medida em que é suportado por intenções e objectivos vagos, tecnologias pouco claras e participação fluida;*
- *a tomada de decisões não surge a partir de uma sequência lógica de planeamento, mas irrompe, de forma desordenada, imprevisível e improvisada, do amontoamento de problemas, soluções e estratégias;*
- *um estabelecimento de ensino não constitui um todo unido, coerente e articulado, mas uma sobreposição de diversos órgãos, estruturas, processos ou indivíduos frouxamente unidos e fragmentados;*
- *as organizações escolares são vulneráveis relativamente ao seu ambiente externo (Governo, administração, autoridades locais, pais, instituições, grupos e organizações profissionais) que,*

sendo turbulento e incerto, aumenta a incerteza e ambiguidade organizacionais;

- *diversos processos organizativos desenvolvidos pela escola (planificação, tomada de decisões, avaliação, certificação), mais do que tecnologias decorrentes de pressupostos de eficiência ou de eficácia organizacionais, assumem um carácter essencialmente simbólico” (Costa, 1998: 90-91).*

É neste quadro global de “anarquia organizada” que se enquadra a concepção de escola como um sistema caótico. Constitui assim uma abordagem organizacional recente, pois as primeiras considerações começaram a surgir nos anos noventa.

Esta metáfora é reforçada por Mintzberg (1990: 49), quando numa reflexão sobre a análise organizacional afirma que os gestores trabalham num “*caos calcule*”.

É com Sungaila, citado por Costa (1998:102), que a concepção de escola, como sistema caótico aparece sistematizada, pela primeira vez, da seguinte forma:

“Há caos nos sistemas educacionais: um caos ordenado. Há ordem no caos educacional: uma ordem caótica. Os administradores escolares não necessitam de entrar em pânico face a este caos. Os políticos não necessitam de o exacerbar. Os especialistas da disciplina de administração escolar também não necessitam de se alarmar por causa disso”.

A partir do trabalho realizado por Griffiths, Hart e Blair, Costa (1998) apresenta sete conceitos centrais que permitem caracterizar a teoria do caos organizacional na escola:

1. “efeito de borboleta” sendo, possivelmente, o mais célebre conceito da teoria do caos - parte do princípio que qualquer acontecimento, pode interferir e modificar o funcionamento da organização, podendo um facto menor originar um grande efeito (princípio da não-linearidade);
2. ataque de turbulência: significa que no decurso de fases de ordem e de estabilidade organizacional podem irromper de modo inesperado, momentos de distúrbio e de desordem, de insubordinação e de contestação, os quais não têm uma explicação imediata;
3. estruturas dissipativas: as organizações, enquanto sistemas são compostas de estruturas mutáveis, que se podem transformar em estruturas dissipadoras, dispersivas e esbanjadoras, sendo necessário portanto, um alerta permanente em relação às mais pequenas alterações que ocorrem na organização;
4. choques do acaso: todos os sistemas caóticos estão dependentes de choques aleatórios, especialmente os sistemas não lineares (que não são estáticos), onde mesmo os choques mais pequenos podem significar grandes alterações, nomeadamente a alteração das situações iniciais;
5. forças de atracção estranhas (strange attractors): elementos ou forças ocultas que se manifestam repetidamente como componentes centrais do sistema, fazendo com que os acontecimentos girem à sua volta, introduzindo assim, alguma ordem nos sistemas caóticos;
6. simetrias recorrentes: conceito intimamente ligado à noção anterior de strange attractors, e que traduz que na teoria do caos, mais do que a unidade individual, interessa prestar atenção às formas que se mantêm e permanecem simétricas nos diversos níveis do sistema e que acontecem de tempos em tempos;

7. mecanismos de feedback: são uma componente fundamental dos modelos sistémicos, referem-se ao processo de retroacção segundo o qual, os resultados, as saídas (outputs) entram novamente no sistema (transformando-se em inputs) introduzindo desta forma, novas informações (energia) na organização.

A nível nacional, a análise da escola como sistema caótico, é feita por alguns autores, como Barroso (1991), quando tenta fazer uma adequação teórico-dedutiva à escola portuguesa; também Canário (1990), que o apresenta, como modelo organizacional alternativo de análise escolar, todavia, é num importante trabalho realizado por Licínio Lima (1992), sobre os fenómenos da participação na escola secundária portuguesa, que este modelo se destaca, marcando, uma viragem de quadro teórico de análise organizacional. Ao recusar uma análise exclusiva, inserida na teoria da burocracia, o autor contrapõe a sua explicação recorrendo à teoria anárquica:

“Acontece que um dos desafios mais importantes que nos é colocado pelo nosso estudo é o de entendermos, e de estarmos atentos às eventuais áreas de funcionamento da escola secundária portuguesa enquanto organização burocrática, integrada num sistema de ensino público, tradicionalmente centralizado, no qual, aparentemente, mesmo os mais pequenos detalhes se encontram regulamentados universalmente, sendo contudo capazes de evitar explicações simplistas, de tipo determinista. Então a escola só poderia ser caracterizada por reflectir os constrangimentos normativos, e outros, que lhe são impostos unilateralmente. Ou mesmo, perante a descoberta de eventuais rupturas com certas orientações normativas, esperadas, escapar à tentação fácil de as qualificar apenas como desvios, desajustamentos, ou disfunções burocráticas. Ora é exactamente a este nível que o modelo anárquico nos pode ser útil,

pelo menos para tentarmos estabelecer um certo contraponto em relação àquele tipo de explicações(...)” (1992: 77-78).

2.3 - Evolução da Administração e Gestão Escolar em Portugal

(limitamos a nossa análise ao período republicano)

A história da educação, em Portugal dá-nos conta de diversas formas de gestão e organização de acordo com os sistemas políticos e a evolução das mentalidades ao longo dos tempos. Na Primeira República, a instabilidade do momento e a ausência de recursos financeiros que dificultaram um maior incremento do ensino, não evitaram todavia que algumas mudanças ocorressem. A 11 de Março de 1911, determinou-se que as despesas com o ensino primário fossem divididas pelo Estado e Câmaras Municipais, sendo atribuído a estas poderes ao nível da gestão, nomeação, demissão e transferências de professores do ensino primário.

Com a revolução de 28 de Maio de 1926, uma forte centralização da administração e gestão escolar tomou o lugar da descentralização, sendo nos próprios estabelecimentos de ensino que se promovia a nova política alicerçada em valores tradicionais. O Ministro Cordeiro Ramos, em Março de 1933 publica um documento normativo sobre a administração, orientação pedagógica e inspeção. Nesse momento, a gestão das escolas passa para a responsabilidade do Governo através da escolha de um reitor, com um mandato até cinco anos. No ano de 1936 extingue-se o Ministério da Instrução Pública e surge o Ministério da Educação Nacional. “ *Os administradores escolares foram concebidos como comissários políticos, controlando a pureza ideológica do ensino e a conformidade ideológica de professores e alunos, muito mais do que a qualidade da educação fornecida pela escola(...)*”, de acordo com Lima citado por Afonso(1994:123).

Também em 1936, o Decreto-Lei n.º 27084, definiu que cada liceu seria dirigido por um reitor e um vice-reitor, por nomeação do ministro, que neles delegaria competências. A nível intermediário a estrutura assentava nos directores de ciclo, que segundo proposta do reitor, seriam em igualdade nomeados pelo Ministro. Existia também um Conselho Pedagógico constituído pelo reitor, vice-reitor e directores de ciclo; e o Conselho de Ciclo formado pelo conjunto de professores.

Em 1947, o Decreto-Lei n.º 36508 (Setembro 17), referente ao estatuto do ensino liceal, estabelece que o modelo de gestão destes estabelecimentos de ensino, passa a ser constituído por uma direcção presidida por um reitor, vice-reitor e secretário, nomeados pelo Ministro da Educação e apoiada por um conselho escolar, um conselho disciplinar e um conselho administrativo. Durante muito tempo esta estrutura manteve-se, torna-se um exemplo modelar a outros níveis de escolaridade, em especial no que diz respeito à organização e administração das escolas técnicas, contemplada no Decreto-Lei nº 37029. Ainda em 1947, a reforma do Ministro Fernando Andrade Pires de Lima, veio reforçar as escolas técnicas, que teriam mais um órgão – a comissão do patronato, composta por um representante da câmara municipal e outro dos organismos corporativos referentes às actividades económicas da região.

Com o Decreto-Lei nº 45810 (Julho 9, 1964), cria-se o ciclo complementar do ensino primário (quinta e sexta classes). As evoluções e mudanças eram escassas e muito superficiais. O Ministro Galvão Teles cria o ciclo preparatório do ensino secundário, introduz uma nova gestão, que o distinguia do ensino liceal e do ensino das escolas técnicas, através do Decreto-Lei nº 488572 (Setembro 9, 1968). Logo, passa a existir um director e um subdirector, nomeados pelo Governo e apoiados por um conselho escolar, constituído pelos docentes pertencentes ao quadro de nomeação definitiva da escola e por todos os directores de turma. Ainda existe um conselho de turma e um conselho de coordenação que reúne todos os meses e onde os professores são remunerados para nele estar. A estrutura organizacional do ministério, assenta em departamentos verticais com

funções específicas de controlo sobre os diferentes níveis de ensino. Existe uma direcção-geral do ensino primário, outra do ensino liceal e uma outra das escolas técnicas. Um gabinete de estudos criado em 1965, é responsável por todo o planeamento.

A implementação da reforma de Veiga Simão, pretende que o sistema educativo promova e acompanhe o desenvolvimento e crescimento e conduza à democratização do ensino. Esta reforma assenta em dois momentos cruciais. Primeiro, através da promulgação da Lei n.º 5/73 (Julho 25), estabelece algumas inovações no sistema educativo vigente. Procede-se à institucionalização da educação pré-escolar, prolonga-se a escolaridade obrigatória para oito anos, altera-se a idade de ingresso no ensino primário de sete para seis anos e no ensino secundário, que se deseja mais abrangente em termos de enquadramento profissional, acrescenta-se mais um ano. Num segundo momento, o decreto-lei n.º53/73 (Outubro 10), atribui às escolas autonomia administrativa, com ressalvas face à contabilidade pública e à tutela da Direcção Geral da Administração Escolar, sendo da exclusiva competência do Governo a nomeação do director/reitor. Os objectivos da reforma de Veiga Simão são limitados à *“expansão quantitativa da escolarização, sem alterar a turma centralizada, autoritária e repressiva da administração do sistema escolar e das escolas. Como tal o sistema manteve-se inalterado até à revolução de 1974”* (Afonso, 1994: 125).

Com a revolução do 25 de Abril a reforma de Veiga Simão sofre alterações. À semelhança do que aconteceu nas diferentes estruturas e instituições da sociedade portuguesa, também na escola sopram ventos de profundas mudanças, em particular marcadas pela ideia de participação democrática nas orientações e decisões da escola. Embora a escola continue dependente da administração central, a legitimidade revolucionária avança de forma determinada e com frequência sem controlo, como é hábito nos momentos conturbados. O *“poder do povo”* manifesta-se. As assembleias de professores e de estudantes decorrem em simultâneo. Procede-se ao saneamento de reitores, directores e

professores acusados de conivência com o antigo regime e empreende-se uma “*auto-organização da gestão escolar*”, como que “*ensaio autogestionário*” (Lima, 1992: 232). A administração central perante tais factos pouco poderá fazer e a sua intervenção terá apenas como objectivo dar cobertura legal às iniciativas que surgiram. O Decreto-Lei n.º 176/74 (Abril 29) exonera todos os dirigentes das escolas, substitui-os por comissões de gestão, formadas por professores, alunos e funcionários eleitos em plenário. Estas comissões foram penalizadas pelo Decreto-Lei n.º 221/74 (Maio 27). Trata-se de uma afirmação simbólica e tímida do poder central sobre as escolas, que remete para outra oportunidade a regulamentação “*do processo de escolha democrática dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, com participação adequada de estudantes e pessoal docente, técnico, administrativo e auxiliar*” (Artigo 1º). Contudo, as comissões de gestão, apoiadas por assembleias deliberativas, ultrapassam as atribuições que no passado cabem aos reitores e directores das escolas e assumem-se mais como “*coordenadores*” (...) de formas e processos de democracia directa (Lima, 1992: 234).

São sinais claros da agitação nas escolas em paralelo com a agitação social na maior parte das estruturas sociais, como resultado da dinâmica imprimida pelo famoso “*PREC*” (processo revolucionário em curso).

Rodrigues de Carvalho, Ministro da Educação, através do Decreto-Lei n.º 735-A/74 (Dezembro 21), que surge como uma tentativa de normalização da vida escolar, procura legalizar as comissões de gestão, cria a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, constituídas por um conselho directivo formado por representantes do pessoal docente e não docente, que é apoiado pelo Conselho Pedagógico. Esta fase representa o início de um processo de gestão segundo os princípios da democracia representativa. O Decreto-Lei n.º 796-A/76 (Outubro 23) define esta organização, consagrada como órgão da escola, o Conselho Directivo, o Conselho Pedagógico e o Conselho Administrativo. O Conselho Directivo é eleito pelos docentes mas depende das orientações emanadas do Ministério da Educação. A pouco e pouco aumenta o

número de escolas com Conselhos Directivos eleitos. Este é o modelo que permanece durante algum tempo na maioria das escolas, embora lhe seja apontado algumas disfunções organizativas, entre as quais Afonso (1994:278), refere:

“A falta de uma liderança organizativa significativa em resultado da colegialidade imposta pela cultura igualitária dos professores, (...) a falta de autonomia resultante da pressão regulamentadora da burocracia ministerial, (...) finalmente a última consistiu na falta de atenção e de responsabilidade perante a comunidade, resultante da falta de envolvimento dos pais e da não existência de mecanismos de avaliação tanto internos como externos (...).”

A Constituição da República de 1976 e as eleições legislativas vêm clarificar o modelo político de democracia representativa.

O I Governo Constitucional assume mesmo como prioridade a normalização da educação e faz publicar legislação nesse sentido. Deste modo, o Decreto-Lei n.º 769-A/76 (Outubro 23), mantém os órgãos já em vigor, define de forma mais pormenorizada as regras da sua constituição e os respectivos processos eleitorais, indicando de modo mais claro as competências de cada um.

É consagrada a divisão de funções entre os três órgãos, cabendo ao conselho directivo (órgão deliberadamente executivo) a responsabilidade do funcionamento e da gestão corrente das escolas, ao Conselho Pedagógico a função de orientação pedagógica e ao conselho administrativo a função de gestão financeira e orçamental das escolas.

O Conselho Directivo passa a ser composto por três ou cinco representantes do pessoal docente conforme a escola tenha mil ou mais de mil alunos, dois representantes dos estudantes e um representante do pessoal não docente.

O Conselho Pedagógico a que preside o presidente do Conselho Directivo por inerência de funções, passa a ter como órgãos de consulta os conselhos de

grupo, de turma, de directores de turma, de ano ou de curso, e nele têm assento os delegados de grupo, subgrupo, disciplina ou especialidade e um representante dos alunos de cada ano.

Por sua vez, o Conselho Administrativo é presidido pelo presidente do Conselho Directivo e a ele pertencem ainda o secretário do Conselho Directivo e o Chefe de Secretaria, onde exerce funções de vice-presidente e este, as de secretário.

As “forças da esquerda” política portuguesa consideram este modelo um ataque no campo da educação, à semelhança das acusações que se fazia noutros domínios como a Reforma Agrária (Formosinho e Machado, 1998).

Consideram este decreto limitativo da participação na vida da escola e na definição das políticas educativas. Todavia, é verdade que também não surgem práticas inviabilizadoras deste reforço da gestão burocrática. Caminha-se no sentido de uma compatibilização com os princípios essenciais da gestão democrática, ganha-se para o seu lado a adesão cada vez mais significativa dos professores (Id.).

Alguns investigadores consideram que este modelo definido pelo decreto-lei n.º 769-A/76 não é claro:

“ (...) acaba por não ser nem de gestão, nem democrático. Não é de gestão porque lhe falta o elemento da eficiência e da competência profissional; não é democrático, porque no fundo, fica reduzida à participação dos professores (gestão corporativa) e escapa a qualquer participação e controlo dos utentes (famílias e alunos), quer da administração dos cidadãos (...)” (Cunha, 1995: 67).

No âmbito da profissionalização em serviço pelos decreto-lei n.º 579-T1, de 29 de Dezembro e decreto-lei n.º 376/80, de 12 de Dezembro são revistas e ajustadas as novas funções do Conselho Pedagógico. Nestes decretos são definidas as competências do delegado e subdelegado de grupo, subgrupo e

disciplina, regulamentados em despacho posterior (despacho n.º 333/80, de 22 de Setembro). Em simultâneo, é regulamentada na escola a intervenção dos encarregados de educação, que se vai alargar desde o contacto com o Conselho Directivo até à possibilidade de participarem nas reuniões do Conselho Pedagógico e mesmo à possibilidade de organizarem actividades culturais e desportivas, bem como o de organizarem actividades de ocupação dos tempos livres.

Cada vez mais se faz sentir a necessidade de uma Lei de Bases do Sistema Educativo. No Ministério da Educação verifica-se alguma desconcentração dos serviços, no entanto, o debate em torno de uma verdadeira descentralização está lançado, gira à volta de conceitos como a democraticidade da direcção das escolas, a participação dos elementos da comunidade local, as questões da profissionalidade, entre outras. Começa-se a considerar importantes as questões da administração escolar, as análises organizacionais, os estudos sociológicos (Id.).

A Lei de Bases do Sistema Educativo (lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) vem dar resposta a algumas questões em debate, clarifica o modelo de funcionamento dos estabelecimentos de cada um dos graus de ensino e define as respectivas competências de forma mais articulada.

Segundo Bártolo Paiva Campos (1992), não sendo óptima, esta lei possui virtualidades que, bem aproveitadas pelo poder político, poderão liderar uma verdadeira e autêntica reforma do sistema educativo. De facto, é aqui que se estabelecem os parâmetros da estrutura e funcionamento do sistema educativo, definem-se os princípios a que deve obedecer a sua administração e gestão a nível central, regional, local e de estabelecimento, determina-se a adopção de orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços através da criação de departamentos regionais de educação, com o objectivo de integrar, coordenar e acompanhar a acção educativa (artigos 43º, 44º, 45º). A partir desta Lei de Bases determina-se que a reforma do Sistema Educativo passa a ser da competência dos Governos.

Com o objectivo de se preparar uma Reforma Global do Sistema Educativo, é criada a Comissão de Reforma do Sistema Educativo (CRSE). Esta Comissão tem como finalidade a realização de estudos e debates em torno de questões essenciais das políticas educativas. Incide a sua acção numa perspectiva jurídica, mas organizacional, privilegia a discussão de temas como a descentralização, participação, autonomia e formação de professores, visa não a justificação das estruturas em vigor, mas a transformação da escola.

É de referir o desenvolvimento quantitativo da formação especializada em Administração Escolar, bem como os programas de Formação dos Professores com o objectivo de desenvolver uma formação profissional que permita aos docentes a aquisição de competências no domínio da direcção, administração e gestão das escolas. No que se refere à desconcentração de serviços, o Ministério da Educação efectua uma reestruturação da sua orgânica, ao descongestionar os serviços centrais. Nesta linha, surgem as Delegações da Direcção Geral de Pessoal, colocadas nas capitais de distrito e criadas pelo decreto-lei n.º 259-A/80, de 6 de Agosto, e consequente delegação de competências (despacho de 17 de Março de 1981 da D.G.P.). Depois surgem as Direcções Regionais de Educação. Embora no âmbito de um sistema centralizado, está-se perante uma medida de desconcentração, como forma de aumentar a eficácia dos serviços. O Director Regional depende dos Serviços Centrais em termos hierárquicos, embora seja superior hierárquico em relação aos serviços locais. Só se poderia falar em descentralização, caso as Direcções Regionais dispusessem de uma autonomia administrativa e financeira.

No final dos anos 80 e na sequência da LBSE (1986) e dos debates promovidos pela CRSE começa a dar-se ênfase à ideia da descentralização. Procura-se compreender a especificidade de cada região, perde-se o sentido a uma aplicação uniforme e indiscriminada das decisões tomadas a nível central. Começa a entender-se que, sem pôr em causa, as grandes orientações comuns a todas as escolas, cada escola pode tomar decisões estratégicas que consubstanciassem os grandes valores e princípios da política educativa. É o difícil caminho da

autonomia que se começa a “*desbravar.*” Deste modo, o decreto-lei n.º 43/89 (3 de Fevereiro) representa o primeiro impulso ao processo de autonomia das escolas, na medida em que proporciona que “*cada escola concretizasse práticas diferenciadas consoante o tipo de financiamento de projectos a que se candidatava.*” (Formosinho e Machado,1998:110).

Procede-se ao desenvolvimento de políticas de territorialização numa procura de soluções criativas capazes de responder às diferenças de contexto sócio cultural. A partir deste decreto cada escola pôde aprofundar as margens de autonomia ao seu dispor. De acordo com a análise de Formosinho e Machado (1998:111), cada escola passou a ter a possibilidade de:

- *“ensaaiar (tímidas) reformas de gestão flexível do currículo;*
- *fazer a gestão dos tempos lectivos e de ocupação de espaços;*
- *organizar actividades de complemento curricular, de animação sócio-educativa, de ocupação de tempos livres ou de desporto escolar;*
- *gerir o crédito horário disponível para o exercício de cargos de gestão intermédia e de desenvolvimento de projectos pedagógicos;*
- *proceder ao recrutamento de pessoal auxiliar de acção educativa em regime de tarefa ou de contrato a termo certo;*
- *conseguir auto financiamento e gerir as receitas geradas pela prestação de serviços na escola;*
- *adquirir bens e serviços e proceder à execução de certo tipo de obras;*
- *estabelecer parcerias entre escolas, nomeadamente para a criação de certos recursos educativos e centros de formação (...).”*

Segundo João Barroso (1996), o decreto-lei n.º 43/89 deve ser encarado como uma mudança morfológica da gestão das escolas em torno da ideia da elaboração e execução de um “*projecto educativo*”. Esta legislação não tinha em consideração as diferenças existentes entre as escolas no que se refere às possibilidades de alargamento das suas atribuições e competências, e partia do pressuposto que, uma vez experimentada e corrigida, pode ser compulsivamente generalizada a todas as escolas. Por outro lado, ainda segundo o mesmo autor, o Decreto 43/89 revela a ausência de um programa claro de transferência de competências e afectação de recursos. Com excepção das alterações propostas no domínio financeiro, a definição do campo de autonomia pedagógica, administrativa e cultural não passa de um enunciado de intenções quanto à possibilidade de as escolas modificarem as suas práticas em certos domínios.

O problema é que não se especificam os meios e recursos que as escolas têm à disposição, nem as suas implicações na alteração do regime de competências da administração central e desconcentrada, por um lado, e das escolas por outro. Acresce que o decreto-lei 43/89 não abrange nem o pré-escolar nem o primeiro ciclo. Contudo, pode-se afirmar que representa um passo importante na implementação da autonomia das escolas em que, segundo o diploma em análise, a autonomia das escolas se exerce fundamentalmente através da construção e execução participada de um *projecto educativo* próprio que visa o benefício dos alunos e se concretiza designadamente “ (...) *na formulação de prioridades de desenvolvimento pedagógico, em planos anuais de actividades educativas e na elaboração de regulamentos internos para os principais sectores e serviços escolares (...)*” (n.º 2 do decreto-lei 43/89).

Entretanto a título experimental aplica-se em várias escolas do ensino básico e secundário o modelo de administração e gestão escolar previsto no artigo 59 da Lei de Bases do Sistema Educativo e institucionalizado pelo decreto-lei n.º 172/91 (Maio 10). Este diploma apresenta uma importância fundamental, porque traduz uma concepção pluridimensional da escola, valoriza de forma decidida a intervenção da comunidade local na definição e contextualização das políticas

educativas, segundo os princípios da participação democrática, da integração comunitária e da autonomia da escola materializada no projecto educativo.

De um modo geral, este modelo forjado no decreto-lei n.º 172/91 e aplicado a título experimental, pretendia integrar uma certa eficácia profissional na gestão, no quadro da comunidade educativa, constituída por todas as pessoas e entidades que de forma directa ou indirecta se relacionam com a escola. Este objectivo é prosseguido através de uma nítida separação entre a função de direcção e de gestão acompanhado do conceito de “*prestação de contas*” (accountability). Esta prestação de contas não assumiria o perfil de “*um relatório de obediência, mas a apresentação dos resultados*” (Cunha, 1995:60).

Este modelo tem como principal objectivo permitir a participação de outras entidades na gestão da escola, em particular pais, alunos, representantes da autarquia e entidades representativas dos interesses económicos e culturais da respectiva região.

Diversos órgãos constituem esta estrutura organizacional. O Conselho de Escola é constituído pelo Director Executivo, presidente do Conselho Pedagógico, professores eleitos, pessoal não docente, representantes dos alunos (cuja participação se circunscreve ao ensino secundário) e dos pais, representantes dos interesses sócio-económicos, culturais e da autarquia.

O Director Executivo, em conjunto com o chefe dos serviços administrativos escolares e um dos seus adjuntos, integra outro órgão – o Conselho de Administração. O Conselho Pedagógico é constituído, mais uma vez pelo Director Executivo, chefes dos departamentos, coordenadores de ciclo dos directores de turma, representantes dos pais e alunos e pelo responsável dos serviços de psicologia e orientação.

No que diz respeito às estruturas de coordenação curricular e orientação educativa, as disciplinas agrupavam-se em departamentos curriculares. De acordo com o ciclo leccionado, um coordenador de directores de turma apoiava e orientava os directores de turma.

Este modelo de gestão apresenta outra novidade: assim como sucede no Conselho de Escola e no Conselho Pedagógico, o Conselho de Turma para além de integrar o respectivo director, os restantes professores da turma e o responsável pelos serviços de psicologia e orientação, contempla também a participação de um representante dos encarregados de educação e dos alunos. Quanto às funções dos diferentes órgãos, o Conselho de Escola é o órgão de direcção da escola, de participação dos diferentes sectores da comunidade educativa e responsável pela orientação da actividade da escola. Encontra-se regulamentado pelo artigo 8º do decreto-lei n.º 172/91. O Director Executivo é o órgão de administração e gestão responsável pela aplicação das deliberações e orientações emanadas do órgão de direcção. As suas competências encontram-se definidas pelo artigo 17º do decreto-lei n.º 172/91. O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e orientação educativa, de apoio ao Conselho de Escola e ao Director Executivo na área pedagógico-didáctica, de coordenação de actividades de animação educativa, de orientação dos alunos e formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, assume as competências e atribuições constantes do artigo 32º do decreto-lei n.º 172/91. O Conselho Administrativo acompanha e verifica a legalidade da gestão administrativa e financeira da escola, para além de ser o órgão deliberativo nesta matéria.

Este novo modelo de gestão tem como principal objectivo a melhoria da qualidade na educação, a inovação e a promoção de uma gestão mais democrática e participativa. Visa não só a instrução dos alunos, mas a sua socialização e a participação na consecução do projecto educativo de cada escola. Deste modo, o Governo e a Assembleia da República ao elaborarem uma Lei de Bases do Sistema Educativo, integrando este modelo de administração e gestão escolar promoviam uma estrutura educativa que acredita ser mais apta na resposta aos desafios que a actualidade colocava às famílias, aos jovens e a todo o tecido produtivo, numa tentativa de promoção da inovação, da participação, da democraticidade. Em relação à concepção de autonomia, presente no decreto deve esclarecer-se que a autonomia local se refere à escola e não à vila, cidade ou

concelho; o nível de autonomia restringe-se à direcção e gestão da escola, não ao regime financeiro que depende das verbas do Estado; os elementos que participam no órgão de direcção são um misto de representantes dos professores, dos pais, dos alunos e funcionários e não apenas dos cidadãos ou apenas dos pais.

Em genérico, este modelo de gestão, decorrente dos estudos desenvolvidos pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo (Formosinho et Al., 1988) encontra-se alicerçado em quatro princípios:

1. distinção entre direcção e gestão;
2. participação da comunidade educativa;
3. interacção institucional entre a escola e a comunidade educativa;
4. prevalência dos critérios pedagógicos sobre os administrativos.

Na opinião de alguns autores é “ (...) inequívoco que o modelo de 1991 assentou num princípio de maior autonomia das escolas. É congruente com o decreto-lei n.º 43/89, só assim se compreendendo a direcção de um nível de direcção (o Conselho de Escola) ao qual compete definir objectivos e políticas de escola.” (Lemos, 1997:269).

Foi criado um Conselho de Avaliação e Acompanhamento, com o objectivo de avaliar o processo de implementação deste modelo de administração e gestão escolar, que em Janeiro de 1995, publica um relatório preliminar que corrobora como objectivos legítimos deste modelo de gestão, a promoção da participação, democratização, desburocratização, assim como descentralizar e autonomizar as escolas. A Lei de Bases do Sistema Educativo (lei n.º46/86 de 14 de Outubro), no capítulo I, artigo 3º, alínea g, refere que o sistema educativo se organizará de forma a: “*descentralizar, desconcertar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes.*” Do mesmo modo, na alínea l, continua: “*Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e*

na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, especialmente os alunos, os docentes e as famílias.”

Em comparação ao modelo de gestão democrática, instituído pelo 25 de Abril de 1974, que atribui quase por inteiro aos professores a gestão da escola, agora verifica-se um esforço no sentido da promoção da partilha desse poder com base em três princípios: a participação dos pais e da comunidade na escola, a distinção entre direcção e gestão, e por último, a atribuição de uma autonomia pedagógica, cultural, científica e administrativa ao estabelecimento de ensino. Porém, poder-se-ia considerar outros pontos fortes do modelo: observância dos princípios fundamentais na Lei de Bases do Sistema Educativo, a potenciação de condições de dinamização organizacional da escola, assim como um melhor desempenho desta em benefício do aluno, para além da promoção do princípio da globalidade do sistema de educação e ensino não superior. Do mesmo modo, identificamos algumas fragilidades: ambiguidades e indefinições legais na atribuição de competências e definição de funções, a substituição de um órgão colegial, o Conselho Directivo, por um órgão unipessoal, o Director Executivo, a falta de articulação com as restantes vertentes do sistema educativo e dificuldades inerentes à mobilização da comunidade educativa.

Segundo o editorial da época, da Revista Inovação escrito nesse período (Vol.8 (1,2) 1995), a administração da escola parece ter caído num impasse. De igual modo o Jornal PÚBLICO (30.03.96), faz referência à situação de hesitação que se vive a nível do Ministério da Educação. O jornal publica uma notícia do seguinte teor:

“ Novo modelo de gestão das escolas?

Nem sim nem não!

Corrigir o que não está bem e continuar a experiência por mais um ano, não a generalizando. Esta foi a indicação dada ontem de manhã pelo Ministro da Educação a Protes da Fonseca, Presidente do

Conselho de Avaliação e Acompanhamento do novo modelo de gestão e administração das escolas.”

O Relatório Definitivo da avaliação do processo de implementação do modelo de administração e gestão escolar, previsto no artigo 59 da Lei de Bases do Sistema Educativo foi concluído e apresentado em Março de 1996. Nele constava os aspectos mais relevantes da aplicação experimental, assim como um conjunto de “ *conclusões e recomendações*” com vista à implementação de uma nova política de administração do estabelecimento de educação e ensino não superior, que deveria pressupor uma ampla mobilização de todos os actores interessados, internos e externos à escola (Conselho de Avaliação e Acompanhamento, 1996: 9-10).

Após o pedido de um estudo prévio (despacho n.º 130/ME/96), a João Barroso e em coerência com o Programa do Governo e com o pacto educativo para o futuro, o Ministro da Educação lança um “ *Programa de Reforço da Autonomia das Escolas*.” Em particular, esclarece-se que o processo de outorga da autonomia às escolas, deve partir daquela que cada escola já usufrui. Aponta-se para um desenvolvimento gradual e sustentado que deve evoluir para um modelo de tipo contratual, no quadro da política de descentralização. No entanto, só em Maio de 1998 veio a ser publicado um novo diploma legal neste área. (decreto-lei n.º 115-A/98).

2.4 - Regime Actual de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas

Após um longo processo legislativo que passa por alguma transferência de competências para as Direcções Regionais e para as escolas, foi publicado o

decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio que representa um marco fundamental no regime de autonomia das escolas. Como tal, consideramos oportuno referir algumas passagens mais significativas do seu preâmbulo:

“ A autonomia das escolas e a descentralização constituem aspectos fundamentais de uma nova organização da educação, com o objectivo de concretizar na vida da escola a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público de educação. “

Como se conclui desta afirmação, a ideia de autonomia decorre de uma exigência do espírito democrático, vivido numa instituição formadora de cidadãos que a frequentam desde idade muito nova.

Do mesmo modo se considera que a autonomia deverá criar as condições necessárias para que todos os alunos tenham as mesmas possibilidades de desenvolver as suas capacidades. A referência ao objectivo da *“ qualidade do serviço público da educação”* traduz que, se considera, em princípio, a autonomia como um regime capaz de garantir a qualidade.

Também no mesmo preâmbulo se releva a ideia de que a autonomia da escola, enquanto centro das políticas educativas, é construída a partir da comunidade e das suas necessidades concretas.

Em termos globais todo o texto do preâmbulo vai no sentido de considerar que ao Estado cabe mais um poder de apoio e regulação com vista a assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades e a correcção das desigualdades existentes. Em geral, considera-se que este regime significa a tradução de uma mudança de papéis quer da escola quer do Estado.

2.4.1 - Conceito e Princípios de Autonomia

De acordo com o próprio diploma, no artigo 3º, *“ autonomia é o poder reconhecido à escola pela administração educativa de tomar decisões nos*

domínios estratégico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projecto educativo e em função das competências e dos meios que lhe estão consignados.”

Ao fazer referência a estes domínios, o Estado demonstra um reconhecimento explícito da transferência de poder do Ministério para a escola, logo esta deixa de se cingir ao rigoroso cumprimento dos normativos legais emanados do centro. Este acordo refere ainda, os instrumentos do processo de autonomia das escolas: o projecto educativo, o regulamento interno e o plano anual de actividades.

Embora a noção de autonomia pareça ser por si própria muito clara, a coerência de um novo regime de funcionamento da escola ou agrupamento de escolas, obriga a explicitação de alguns princípios fundamentais que de uma maneira geral dizem respeito à exigência de democraticidade e participação de todos os intervenientes no processo educativo, com a prevalência de critérios de natureza pedagógica sobre critérios de natureza administrativa, afirmação da responsabilização do estado e das outras estruturas intervenientes no processo educativo, assim como a necessidade de eficiência e transparência dos actos de administração e gestão.

2.4.2 - Órgãos de Administração e Gestão

Segundo o artigo 7º, os órgãos de administração e gestão das escolas são os seguintes:

- Assembleia de Escola;
- Conselho Executivo;

- Conselho Pedagógico;
- Conselho Administrativo.

Nos termos do artigo 8º, Assembleia de Escola é o órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, deve garantir a representatividade e participação dos docentes, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do pessoal não docente, da autarquia local e até, por opção da escola, de representantes de outros sectores de actividade.

O modo como se processa a designação dos representantes à assembleia é indicado pelo artigo 12º. Quanto à composição da Assembleia de Escola, cuja definição depende de cada escola, o número total de representantes do corpo docente não poderá ser superior a 50% da totalidade dos membros que a constituem.

Este regime reconhece por um lado a importância dos professores na determinação das grandes linhas de orientação e por outro, garante a participação de todos os elementos da comunidade educativa incluindo os próprios alunos, no caso das escolas secundárias.

Quanto ao conjunto de competências atribuídas à Assembleia de Escola - (artigo 10º), merecem destaque a aprovação do Projecto Educativo e do Regulamento Interno, a emissão de parecer sobre o Plano Anual de actividades, a aprovação das propostas sobre Contratos de Autonomia, bem como a definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento.

A Direcção Executiva nos termos do artigo 15º pode ser assegurada por um Conselho Executivo ou por um Director, que é o órgão de administração e gestão da escola nas áreas pedagógica, administrativa e financeira. Cada escola poderá adoptar qualquer das formas de Direcção e assim consagrar a sua opção no Regulamento Interno.

Em termos gerais cabe ao Conselho Executivo ou ao Director, nos termos do artigo 18º:

1. *“representar a escola;*
2. *coordenar as actividades decorrentes das competências próprias da direcção executiva, nomeadamente submetendo à aprovação da Assembleia o Projecto Educativo, o Regulamento Interno e as propostas de celebração de contratos de autonomia;*
3. *exercer o poder hierárquico, designadamente em matéria disciplinar, em relação ao pessoal docente e não docente;*
4. *exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;*
5. *proceder à avaliação do pessoal docente e não docente.”*

Nos termos do artigo 24º o Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e orientação educativa da escola, em particular nos domínios pedagógico-didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

Cada escola define a composição do Conselho Pedagógico – (artigo 25º), deve garantir a participação de representantes das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, das associações de pais e encarregados de educação, dos alunos (ensino secundário), do pessoal não docente e dos projectos de desenvolvimento educativo, além, como é lógico, dos professores. Ao ter em conta a obtenção de uma maior eficácia, fica estipulado por lei, o limite máximo de 20 membros.

O artigo 26º refere as competências do Conselho Pedagógico, que no essencial incidem sobre: formação e actualização do pessoal docente e não docente, orientação escolar e vocacional, acompanhamento pedagógico e avaliação dos alunos, princípios de articulação e diversificação curricular, apoios e complementos educativos, inovação pedagógica, requisitos de contratação de pessoal. De destacar, que o Conselho Pedagógico enquanto órgão de coordenação e orientação da vida educativa da escola ou do agrupamento de escolas, assume um papel relevante na construção do Projecto Educativo, com a responsabilidade de apresentar propostas para a sua elaboração. São atribuídas as mesmas

competências no que diz respeito ao Plano Anual de Actividades. Cabe-lhe também a função de emitir parecer sobre a proposta de Regulamento Interno.

O Conselho Administrativo, definido no artigo 28º, como o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira da escola, é constituído pelo presidente do Conselho Executivo, pelo chefe dos serviços administração escolar e por um dos vice-presidentes do Conselho Executivo compete-lhe, nos termos do artigo 30º:

1. *“aprovar o projecto de orçamento anual da escola, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pela assembleia;*
2. *elaborar o relatório de contas de gerência;*
3. *autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;*
4. *zelar pela actualização do cadastro patrimonial da escola;*
5. *exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.*

2.4.3 - Instrumentos do Processo de Autonomia da Escola

O conceito de autonomia da escola vem explicitado no artigo 3º do decreto ao qual já se fez referência. O ponto 2 dessa legislação indica os instrumentos do processo de autonomia das escolas, são eles: o Projecto Educativo de Escola, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Actividades.

O Projecto Educativo de Escola é o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão, para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias, segundo as quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa. É elaborado pela Direcção Executiva tem em conta as propostas do Conselho Pedagógico, e é submetido à *posteriori* a uma aprovação da Assembleia de Escola.

De acordo com alguns investigadores “ *há uma relação entre o Projecto Educativo de Escola e o Projecto Pedagógico na medida em que a dinâmica de cada escola reflecte-se na realização dos diferentes projectos pedagógicos*” (Macedo, 1995: 122).

Em relação ao lançamento e acompanhamento do Projecto Educativo de Escola., é decisiva a acção de gestores capazes de rentabilizar as possibilidades que o actual processo oferece. A construção do Projecto Educativo de Escola é fundamental no que toca à concretização de uma cultura de autonomia. Como refere Canário, R: “ *Projecto Educativo e autonomia são duas realidades inseparáveis (...)*” (1992: 109).

No Projecto educativo de Escola devem participar todos os actores, na medida em que “ *(...) a elaboração do Projecto Educativo não é um trabalho dos gestores da escola, mas uma tarefa que diz respeito a toda a comunidade educativa (...)*” (Costa, 1991: 24).

Todavia, sabe-se que a participação dos pais e autarquias é muitas vezes encarada com alguma desconfiança por parte dos professores, habituados a considerar a escola como uma área de actuação muito sua.

A escola tem que se abrir, alterar a mentalidade existente, evitar que se torne, em simultâneo, numa área de “*todos e de ninguém*”. Parece que os dois perigos estão eminentes, é necessário bom senso para evitar que o Projecto Educativo de Escola se torne um documento proprietário de alguns actores da comunidade educativa, ou mero reflexo de contradições e conflitos sem

arbitragem possível. O aluno e até os funcionários também devem ser ouvidos e devem intervir.

Se houver intervenção por parte dos alunos, as possibilidades de assumirem as suas próprias responsabilidades são muito maiores. Quando não intervêm há uma tendência natural para justificarem as suas falhas e omissões. Esta é uma questão que nos remete para a necessidade de preparar da melhor forma os intervenientes na construção do Projecto Educativo de Escola e da necessidade de criar formas de intervenção pautadas pelo espírito democrático. É necessário desenvolver acções de formação e informação para todos os membros da comunidade educativa, em particular os pais, por terem estado até aqui relegados das responsabilidades escolares.

Antes de proceder à definição das grandes linhas orientadoras do Projecto Educativo de Escola é indispensável fazer um diagnóstico global da situação da escola, que ilustre um conhecimento muito aproximado da realidade: características do meio ambiente, condições económicas das famílias; valores tradicionais, actividades culturais, problemas sociais; a nível da própria escola: problemas de aprendizagem dos alunos, recursos humanos e materiais; caracterização do clima social da escola: estilo de gestão, tradição pedagógica da escola, grau de motivação dos professores, expectativas dos alunos, modalidades de abertura da escola à comunidade, etc.

Este assunto tem a sua pertinência, uma vez que “ (...) *não é possível conceber, descrever ou interpretar práticas de efectiva articulação da escola com a comunidade local, sem o recurso a três palavras-chave: autonomia, diversidade, projecto*” (Canário, 1992: 82).

À realização deste trabalho prévio, mas decisivo, é fundamental clarificar as opções básicas da escola: concepção de educação e de escola defendida pela instituição, valores fundamentais a promover pela escola e linhas de acção pedagógico-didáctica.

Parece ser importante e até indispensável a criação de uma comissão de acompanhamento do Projecto Educativo de Escola, atenta às dificuldades dos diversos intervenientes e também com poderes para intervir quando necessário.

A construção do Projecto Educativo de Escola como expressão de autonomia passa em particular por duas grandes mudanças: alteração de mentalidades e alteração das formas de intervenção a nível de escola.

Não é suficiente acreditar na autonomia como uma fórmula mágica, capaz de resolver todos os problemas da escola, mas sim agir, realizar em concreto a autonomia através de todas as possibilidades disponíveis, sem nunca perder o estímulo reivindicativo, real fortificante do dinamismo democrático.

Na alínea b, do artigo 3º, o Regulamento Interno é o documento que define o regime de funcionamento da escola, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar.

O texto de apoio à elaboração do Regulamento Interno, anexo ao decreto-lei 115-A/98, salienta a importância do Regulamento Interno da escola, enquanto instrumento determinante no processo de autonomia das instituições escolares, em especial no plano organizacional.

O documento reconhece que, se por um lado a gestão das escolas deve obedecer a regras fundamentais comuns a todas as instituições escolares, por outro a escola deve dispor de largas margens de autonomia na consagração das soluções organizativas susceptíveis de responder às especificidades e particularidades dos contextos em que se encontram inseridas.

O Regulamento Interno deve, ainda, respeitar os princípios definidos no Projecto Educativo de Escola.

O Plano Anual de Actividades, é o documento que concretiza ano após ano os princípios do Projecto Educativo de Escola. É um documento de

planeamento que define os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades e que procede à identificação dos recursos envolvidos. O Plano Anual de Actividades é elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão da escola ou do agrupamento de escolas.

2.4.4 - Reflexões sobre como tem sido vivida a Autonomia das Escolas

- *A autonomia foi de iniciativa governamental*

Alguns autores esclarecem que a autonomia das escolas não se desenvolveu a partir de um movimento de ascensão, das bases para o topo, mas sim através do seu lançamento feito pelo Estado:

“ Parece óbvio que o projecto não surge como resposta directa ou indirecta a pressões ou exigências significativas da opinião pública, ou de grupos de pressão mais ou menos influentes como os professores e os seus sindicatos, os pais e encarregados de educação e as suas associações, os estudantes e as suas associações, as autoridades locais, o mundo empresarial. – é de iniciativa governamental (...)” (Afonso, 1999:49).

Este é um ponto que os críticos do processo de autonomia relembram com uma certa frequência, provavelmente com o objectivo de sublinhar com muita frontalidade que o Estado não poderia sofrer influências, por qualquer grupo de pressão, alijando responsabilidades para a escola supostamente autónoma.

O Estado ao propor uma nova organização de direcção e gestão terá que rever todos os recursos humanos e materiais envolvidos em todo o processo, de acordo com os princípios de justiça de um Estado democrático.

- *Autonomia decretada e não construída*

Este é um assunto muito polêmico, sobre o qual, muito se tem discutido. Duas forças poderosas têm marcado este debate. Os autores que entendem que a autonomia devia partir e desenvolver-se através de modelos e legislação governamental; outro grupo de autores defendem um modelo criado a partir de um enquadramento legal de referência, cujo desenvolvimento e aperfeiçoamento seria ajustado à realidade de cada escola.

Deste duelo, João Barroso aponta um vencedor, quando refere que: “ *este diploma foi dominado pelos “normativistas” que hipervalorizam a dimensão formal-legal das mudanças a introduzir nas escolas e na educação em geral*” (2001:01).

De acordo com Natércio Afonso (1999:57), embora possa haver vontade por parte do Governo no sentido de alterar as políticas educativas, é necessário ter a noção daquilo que se denomina de:

“Quatro tendências pesadas no nosso sistema educativo:

- 1. Peso do centralismo da estrutura da administração educacional;*
- 2. Pressão centralizadora de interlocutores como as federações sindicais;*
- 3. Peso da tradição autogestionária que continua a modelar a lógica de funcionamento da escola;*
- 4. Reduzida dimensão de envolvimento comunitário, sendo patente um distanciamento da sociedade civil em relação à escola” .*

Na opinião de João Barroso (1996:20) é necessário criar condições para que a autonomia se construa em cada escola, pois “ (...) a autonomia é vista como uma propriedade construída pela própria organização social que lhe permite estruturar-se em função de objectivos próprios (...) é um conceito construído social e politicamente, pela interacção dos diferentes actores organizacionais, numa determinada escola (...)”.

- *Possibilidade de a descentralização se transformar em técnica de gestão*

Como é sabido o decreto-lei n.º 115-A/98 propõe um regime de autonomia baseado em princípios de justificação referentes à democratização, igualdade de oportunidades e equidade, assente na descentralização. “ há que saber se esta descentralização, sobretudo num contexto de escassez de recursos, não se transformará numa técnica de gestão (em que a responsabilidade pela captação dos recursos recai sobretudo sobre a sociedade civil), com efeitos claros ao nível da tão apregoada “ qualidade de ensino “ e de versões mais radicais de justiça” (Estêvão,1999:147).

Deste modo está-se mediante uma questão para a qual, em contínuo alguns sindicatos alertam ao longo do processo de autonomia, apelidando de “ *propósitos de desresponsabilização do Estado.*” Não deixa de ser, em suma, uma acusação recorrente.

- *Este decreto tem subjacente uma lógica de honestidade, passível de criar novas injustiças*

Também na opinião do autor supracitado, a este normativo está subjacente uma certa “ *ideologia da honestidade* “, ou seja, que “com a autonomia se dirá o que se faz e se fará o que se diz, ou que facilmente se encontrará um acordo sobre o bem comum local” (Estêvão, 1999:148).

O mesmo autor chama a atenção para ao facto de “ *se a autonomia vier a favorecer a definição da escola como serviço público de proximidade, interessará desocultar eventuais novas injustiças que, em nome dos objectivos da igualdade do serviço público, podem ser originadas*” (Estêvão, 1999:150).

Existe algum receio para Estêvão, relativamente a algumas fórmulas, como o contrato de autonomia. Pode-se criar a ilusão de que haverá maior eficácia e esquecer que a inércia e o carácter conservador das escolas podem conduzir a novas formas de discriminação social (Estêvão, 1999). Estão previstos mecanismos de favorecimento às escolas mais carenciadas, contudo, o mesmo autor teme que se faça uma interpretação centrada na escola como local e não especificamente dirigida para as situações de necessidade propriamente ditas. (Estêvão, 1999).

- *É necessário garantir os princípios pedagógicos com a gestão*

Outra questão pertinente, segundo vários especialistas refere-se ao facto de ser possível haver uma sobreposição da dimensão administrativa à dimensão pedagógica. Para Afonso, o facto de ser a Direcção Executiva a elaborar o Projecto Educativo, é alvo de reparos, pois “ (...) *perdeu-se a oportunidade de atribuir a competência de elaborar o projecto educativo de escola à assembleia de escola, que é aliás, o órgão responsável pelas “ linhas orientadoras da actividade da escola (...).*”(1999:125)

Logo, defende-se a necessidade de garantir uma “*relação entre os princípios pedagógicos e a conformidade administrativa: há que acompanhar o papel da direcção executiva*” (Estêvão, 1999:150), questionar sobre a forma como os profissionais de ensino intervêm de modo a conseguirem conciliar princípios legítimos da escola pública com exigências de justiça e cidadania.

Poderá surgir uma nova forma de centralização, agora ao nível da escola? É uma interrogação que o próprio autor faz: “ *Não se assistirá a uma nova centralização do poder, só que agora ao nível da organização individualmente*

considerada, despolitizando-se o processo de tomada de decisão na crença de que agora, o que torna apropriada uma estrutura depende das situações ambientais e não das escolhas humanas?” (Estêvão, 1999:152).

- *A autonomia é residual*

Na opinião de muitos, a autonomia das escolas é muito limitada, quer ao nível dos recursos humanos, quer em termos de recrutamento como de promoções. “*Na área de recursos humanos, resume-se à distribuição de serviço dos docentes e do pessoal auxiliar de acção educativa*” (Afonso, A., 1999:58).

Para o mesmo autor a autonomia curricular é igualmente limitada, uma vez que:

“concretiza-se através de um plano nacional de estudos para os diversos níveis e ciclos de escolaridade, chegando ao ponto de determinar as próprias designações das disciplinas ou áreas disciplinares, a sua sequência, os tempos lectivos especificados numa base semanal, e até os próprios programas, incluindo objectivos, conteúdos e mesmo orientações de carácter metodológico” (Afonso, A.,1999:59).

Também aqui se mantém apenas uma “*autonomia residual*” centrada na gestão quotidiana do processo ensino-aprendizagem (...) e que inclui a capacidade de seleccionar manuais escolares e outros materiais de apoio. (...) Pode ainda desenvolver as actividades da área-escola, das actividades de complemento curricular, e apoio pedagógico acrescido (Afonso, A., 1999:59).

Em relação aos “*currículos alternativos*“, é de iniciativa do Ministério da Educação, representar apesar de tudo, para o mesmo autor, uma acrescida autonomia, uma vez que são constituídos por planos curriculares próprios elaborados pelos professores nas escolas. O dilema é que “*O projecto de*

flexibilização curricular confronta-se, entre outras limitações, com a rigidez dos quadros de pessoal docente das escolas, e com as dificuldades de gestão de pressões contraditórias” (id, :60).

Para este especialista, a Escola não tem autonomia a nível dos recursos humanos, o que faz com que muitas vezes não seja possível o envolvimento em novos projectos.

- *A autonomia revela continuidade autogestionária*

Alguns estudiosos consideram que : “ *Em Portugal, a modalidade das escolas públicas revela claramente uma forte influência do modelo centrado nos professores (...) ressalta uma linha de continuidade autogestionária com profundas raízes na cultura profissional dos docentes e na cultura organizacional escolar (...)*” (Afonso,1999:61). Esta cultura profissional demonstra-se em concreto através do controlo dos órgãos de administração da escola.

- *A autonomia provocou mudança de funções, mas não a transferência de poderes*

De acordo com Dias (1999:111):

“ nenhuma redução dos poderes da administração central é, apesar do elevado grau de centralização do nosso sistema educativo, clara e definitivamente referenciada nas novas orientações legislativas. Fala-se da mudança das suas funções - apoio e regulação - o que por si só, não constitui sinónimo de redistribuição dos poderes (...)”

No seguimento, levanta-se a questão sobre os poderes com que as organizações escolares podem contar efectivamente de forma a representarem a expressão do diploma “ *centro das políticas educativas* “.

Das observações que se fazem sobre a autonomia, antes de mais, é importante garantir a definição do papel do Estado, com muita clareza. A autonomia não pode ser vista como uma poção mirabolante, criada por alguns técnicos do Estado, para a transferência de responsabilidades, deixar as escolas entregues ao acaso. É considerado um atentado ao princípio da justiça, uma vez que contribui para as desigualdades.

- *É necessário clarificar as “ zonas de respiração “ da autonomia*

Segundo Carvalho, *et al* (1993:5), uma destas zonas de respiração é o Projecto Educativo de Escola, ora:

“ Na verdade o projecto de escola constitui a espinha dorsal da autonomia, seu fundamento e reflexo. Ele marca, sobretudo, a passagem de um sistema educativo de estrutura vertical, em que uma organização institucionalmente descendente procurava servir um conjunto de propósitos homogeneizadores, para um sistema de regulação horizontal que aspira a ser o intérprete do reconhecimento não discriminatório das diferenças”.

Na opinião de Afonso (1999:125):

“Prevê-se que as escolas possam, através do respectivo regulamento interno, introduzir pequenas nuances no seu funcionamento – desde, por exemplo, alguma oscilação no número de membros da assembleia até à opção por uma direcção executiva colegial (conselho executivo) ou por uma direcção executiva unipessoal (director) (...)”.

Sob outro prisma, o Contrato de Autonomia vem a ser entendido como “(...) *acordo celebrado entre a escola, o Ministério da Educação, a administração municipal e eventualmente, outros parceiros interessados (...)* ” (artigo 48, n.º1). Como ainda não foi implementado, aguarda-se para ver se em concreto este entendimento será suficiente para acabar com a lógica da eficácia administrativa que o sistema centralizado procura (Formosinho e Machado, 2000).

- *A autonomia é um meio e não um fim*

Para Formosinho e Machado (2000:98) “ (...) *a autonomia deve ser encarada como instrumental em relação aos objectivos profundos da educação escolar (...)*”.

A autonomia não é um fim a alcançar de onde podem resultar benefícios pessoais ou de grupo, mas sim um instrumento ao serviço da melhoria da educação. Em suma, isto traduz que se a autonomia não modificar as escolas, de forma a criar uma melhoria efectiva da educação oferecida dentro e fora das salas de aula, todo este processo terá sido em vão.

Em geral, para estes investigadores, ao longo do processo e mesmo, já depois da publicação do decreto-lei n.º 115-A/98, continuam a ser imputadas ao Governo intenções de:

1. *“desresponsabilização do Estado pelo sistema público de ensino, apesar do seu desmentido explícito no preâmbulo do diploma.*
2. *incentivo de uma categorização diferenciadora dos estabelecimentos pelo seu estádio contratual de autonomia;*
3. *subversão dos concursos e incentivo aos clientelismos pela introdução da possibilidade de atribuição a cada escola de uma quota de renovação do contrato de docentes não pertencentes aos quadros para a satisfação das suas necessidades;*

4. *de engodo contratual pela não especificação das atribuições dos diversos níveis (central, regional e local) da Administração Educacional no cumprimento do contrato e dos critérios que presidirão à avaliação no final do contrato de autonomia da 1ª fase”* (Formosinho e Machado, 2000:120).

É necessário encontrar um certo equilíbrio, dinâmico, entre os princípios gerais de organização escolar e o poder de iniciativa local. Por outro lado, é conveniente evitar que os interesses de grupo se apropriem da autonomia. Essa apropriação representa, de facto, um verdadeiro perigo, ao criar conflitos negativos. Como tal, é fundamental a definição transparente do papel dos principais actores: professores, alunos, pais e autarquias.

Presente-se uma certa tensão, emergente da dinâmica específica do processo de autonomia. Concomitantemente a autonomia pode proporcionar qualidade de educação, através da liberdade e criatividade, como pode “ (...) *abalar valores e princípios educativos que, nos últimos anos, proclamavam a equidade, a igualdade de oportunidades e a não discriminação como princípios vertebradores da política educativa de uma sociedade democrática (...)*” (Formosinho e Machado, 2000:120).

Ainda nesta linha: “ *A autonomia das escolas não constitui, portanto, um fim em si mesma, mas um meio de a escola realizar em melhores condições as suas finalidades que são, como se sabe, mas convém lembrar, a formação das crianças e dos jovens que frequentam as nossas escolas (...)*” (Barroso, 1996:21).

Sobre as vantagens da autonomia, Formosinho e Machado (2000:100) referem que “ (...) *não deixa de representar um desafio. Por isso, há que potenciar essas vantagens discutindo questões como:*

- a) *estratégias de incentivo à autonomia das escolas;*
- b) *avaliação dos efeitos em cada escola, da aplicação contratualizada da autonomia;*
- c) *autonomia na gestão financeira e dos recursos humanos;*
- d) *valorização dos actores locais que corporizam e impulsionam a autonomia das escolas.”*

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

3.1 - Problemática e Objectivos do Estudo

No campo da investigação, não existe apenas uma metodologia, como não há apenas uma prática, daí que o presente capítulo tem como objectivo principal, justificar a metodologia adoptada face ao problema em estudo, especificar as estratégias e procedimentos seleccionados, estabelecer ainda a articulação entre os capítulos iniciais que enquadram e definem a natureza da investigação e os capítulos que estabelecem a apresentação e discussão de resultados a que este trabalho de investigação conduziu. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a opção por um método deve ser realizada de modo criterioso, tendo em conta a natureza do problema de investigação, pois nenhum deles tem a exclusividade de dar respostas a todos os casos.

O estudo que apresentamos procura conhecer a participação dos alunos no Conselho Pedagógico, das escolas secundárias no âmbito do decreto-lei nº115-A /98, de 4 de Maio, de modo a identificar formas de participação e conhecer as percepções dos alunos e professores, em relação à participação dos discentes no referido órgão. Constitui, também objecto desta investigação, o reconhecimento das formas de mobilização e transmissão dos alunos em relação às decisões tomadas no Conselho Pedagógico. Tomamos como pergunta de partida a seguinte questão:

Como se manifesta a participação dos alunos no Conselho Pedagógico?

Associada a esta questão formulamos as seguintes perguntas:

- Quais as formas de participação dos alunos no Conselho Pedagógico?

- Qual a percepção dos alunos em relação à sua participação no Conselho Pedagógico?
- Qual a percepção dos professores em relação à participação dos alunos no Conselho Pedagógico?
- Quais as formas de transmissão e como se mobilizam ou não os alunos?

3.2 - Modelo de Investigação Qualitativa

3.2.1 - O Estudo de Caso como Design de Investigação Qualitativa

Como o propósito principal desta investigação é estudar a participação dos alunos no Conselho Pedagógico, adoptamos uma metodologia qualitativa, de estudo de caso, sendo a unidade de análise (Yin, 1989), o desenvolvimento de um processo inovador, centrado na escola enquanto organização, considerando que se tentará descrever e interpretar da forma mais completa possível, o ponto de vista dos participantes inseridos no seu contexto (Erikson, 1986), de uma forma intensiva e globalizante relativamente a um fenómeno limitado, para descobrir o que nele existe de essencial, único e característico (Merriam, 1988).

Segundo Hoz (1985), a metodologia qualitativa estuda a realidade e submete-a a uma análise minuciosa das suas variáveis e da interacção que se produz entre elas e os contextos que as integram. Deste modo, adoptamos a ideia de que a pesquisa é a provocação de confronto entre evidências e informações obtidas e o ponto de situação do problema (Ludke e André, 1986) . A opção por uma metodologia ajustada ao problema de investigação, facilita esse confronto essencialmente operacional, capaz de conduzir à discussão dos resultados, em coerência com o quadro de investigação.

Bogdan e Biklen (1994) e muitos outros autores, recomendam o estudo de caso, quando se pretende levar a efeito o estudo holístico de um determinado fenómeno dentro do contexto em que acontece e entre os quais é difícil fazer a separação sem se alterar o objecto da investigação.

De acordo com Yin (1989:13), o estudo de caso deve ser privilegiado na opção do método quando *“questões de como e porquê são fundamentais, quando o investigador tem muito pouco controlo sobre os acontecimentos e quando a incidência do estudo é um fenómeno actual que se passa num contexto real”*.

3.3 - Caracterização do Meio e da Amostra

3.3.1 - Escolha do Meio e Negociação do Acesso

Com a ideia de pretender realizar um trabalho de investigação sobre a participação dos alunos no Conselho Pedagógico, tivemos que escolher o meio para proceder ao desenvolvimento do estudo. Ao abordar alguns colegas conhecidos, no sentido de conhecer o funcionamento dos Conselhos Pedagógicos, das escolas em que se encontravam colocados, efectuamos pessoalmente o contacto com quatro escolas da zona urbana de Lisboa. Reunimos com os presidentes dos Conselhos Executivos e dos Conselhos Pedagógicos, explicando-lhes o âmbito do estudo e os seus objectivos. A receptividade por parte das escolas, ao estudo foi unânime. Ao ponderar alguns aspectos de conveniência pessoal, como a localização das escolas, a disponibilidade horária; aspectos de provável interesse e enriquecimento do estudo, assim como a empatia estabelecida na primeira abordagem, seleccionamos três, das escolas contactadas. Procedeu-se à formalização de autorização para a realização do estudo, por carta escrita (Anexo I), dirigida ao presidente do Conselho Executivo de cada uma das escolas.

3.3.2 - Caracterização das Escolas

As escolas seleccionadas para a realização deste estudo localizam-se na parte oriental da cidade de Lisboa.

A escola secundária com 3º ciclo C localiza-se na freguesia de Santa Maria dos Olivais, perto da Gare do Oriente e do Parque das Nações, com muito boas acessibilidades, quer por via rodoviária quer ferroviária e também através do metro.

O espaço físico da escola é constituído por um edifício principal de três pisos com espaços ajardinados, áreas de jogos exteriores e parque de estacionamento. Existem 21 salas polivalentes e 6 salas específicas, 11 laboratórios, 3 oficinas, 1 ginásio e um estaleiro de construção civil para além de espaços de apoio a actividades não lectivas e de convívio. De assinalar ainda os espaços específicos para refeitório, bar, papelaria, repografia, biblioteca, sala de estudo, associação de estudantes, anfiteatro e sala de audiovisuais.

Destinada ao ensino secundário e vocacionada para o ensino científico e tecnológico, esta escola, vai dentro do âmbito da Reforma Curricular, receber alunos dos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade.

No ano lectivo de 2003/2004 frequentaram a escola 741 alunos distribuídos por 31 turmas, das quais 7 eram dos cursos tecnológicos.

Estão sediados na escola, com instalações próprias, o Centro de Formação de Professores António Sérgio, o Agrupamento de Exames da Zona Oriental de Lisboa e o Clube dos rotários dos Olivais.

Nesta escola o Conselho Pedagógico habitualmente funciona com todos os seus membros com excepção dos alunos, onde a assiduidade é muito reduzida. Situação esta que se tem vindo a agravar de ano para ano.

A escola secundária Q encontra-se igualmente na zona sul da freguesia de Santa Maria dos Olivais.

O espaço físico que a escola ocupa é bastante amplo, com zonas ajardinadas, de lazer e de convívio.

O complexo escolar é formado por 5 pavilhões, por onde se distribuem: salas de aula, laboratórios de Física, Química, Biologia, Fotografia, oficina de Educação Tecnológica, gabinetes, sala de convívio dos alunos, sala de professores, Conselho Executivo, sala de reuniões, salas de trabalho, sala de ténis de mesa, sala polivalente, ginásio, balneários, anfiteatro, ludoteca/internet, Rádio Eça; alguns serviços como: Serviços de Psicologia e Orientação, Serviços de Apoio Social Escolar, Unidade de Inserção na Vida Activa, reprografia, secretaria, bufete, cozinha e refeitório.

Esta escola secundária com 3º ciclo e com ensino nocturno, conta com 159 professores, dos quais 57 lecciona no horário exclusivamente nocturno e 17 com horário misto; 10 professores não desempenham funções lectivas.

O pessoal não docente é constituído por nove funcionários que desempenham funções de ordem administrativa escolar e 35 auxiliares de acção educativa.

Os alunos distribuem-se pelo ensino diurno e nocturno. No ensino diurno, lecciona-se o ensino regular do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. Existe ainda um currículo alternativo ao 7º e 8º ano e um curso de Educação e Formação, como complemento curricular a escola oferece ainda um curso de “Português como língua não materna”.

Habitualmente, o Conselho Pedagógico da escola Q funciona em pleno, com assiduidade por parte dos seus participantes, embora a frequência dos alunos seja insuficiente. Nesta escola têm sido desenvolvidos esforços no sentido de tornar a participação dos alunos, no Conselho Pedagógico, uma realidade. Desde há 4 anos que um grupo de professores, do qual faz parte o presidente do Conselho Pedagógico da escola, se reúne com os alunos que integram o referido órgão, no sentido de os motivar para uma participação mais frequente e com qualidade.

A escola secundária N fica situada numa zona de confluência das freguesias de Olivais e Marvila. Localizada junto a rápidas e renovadas vias de acesso, é servida por vários autocarros e pela linha de metro, pois a estação de Chelas encontra-se a menos de 100 metros.

A população escolar deste estabelecimento de ensino é oriunda de Marvila, Olivais e Parque das Nações.

As instalações da escola são do tipo pré-fabricado em madeira e betão, formando seis pavilhões por onde se distribuem as salas de aula e outras, laboratórios, gabinetes, centro de recursos, gimnodesportivo, bar, cozinha, cantina e todos os serviços inerentes ao funcionamento da escola.

É uma escola onde o seu Conselho Pedagógico é constituído por todos os elementos que quadro legal contempla, embora a assiduidade dos membros seja relativa. Também a assiduidade e até o carácter participativo dos alunos que integram este órgão, não é aquilo que mais desejaríamos.

3.3.3 - Caracterização da Amostra

Tendo em consideração os objectivos que pretendemos alcançar com este estudo, definimos uma amostra constituída por catorze professores e doze alunos, seleccionados de acordo com a opinião dos presidentes de Conselho Executivo e presidentes do Conselho Pedagógico de cada uma das escolas. Nesta selecção tivemos em conta a experiência e participação ao nível do órgão que definimos estudar, o Conselho Pedagógico. Assim, em cada uma das escolas, N e Q, dos cinco professores seleccionados, quatro deles fazem parte do Conselho Pedagógico (um deles é o seu presidente), sendo o outro professor o presidente do Conselho Executivo. A excepção vai para a escola C, onde contamos apenas com quatro professores, todos pertencentes ao Conselho Pedagógico, sendo que o

presidente do Conselho Pedagógico acumula funções de presidente do Conselho Executivo. Os professores pertencem todos ao Quadro de Escola, nove são do sexo feminino e cinco do sexo masculino.

No que diz respeito aos alunos, foram seleccionados dois (os mais assíduos) dos três alunos que participam no Conselho Pedagógico de cada uma das escolas e dois alunos que não participam no órgão referido anteriormente. Resolvemos entrevistar alunos que participam e que não participam no Conselho Pedagógico, por um lado para conhecermos as formas de participação dos alunos no Conselho Pedagógico e as formas de transmissão das decisões tomadas ao nível do mesmo órgão; por outro lado para conhecermos a percepção dos alunos quanto à sua participação na gestão da escola. Estes alunos pertencem todos ao ensino secundário, sendo sete do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Dos seis que participam no Conselho Pedagógico, quatro frequentam o 12º ano, os outros dois, um o 11º ano e o outro o 10º ano. Dos seis alunos que não participam no Conselho Pedagógico, um frequenta o 12º ano, três o 11º ano e os restantes dois frequentam o 10º ano.

3.4 - Recolha de Dados

3.4.1 - A Entrevista

A técnica utilizada neste estudo foi a entrevista, uma vez que esta representa um dos instrumentos básicos para a recolha de dados numa pesquisa qualitativa (Ludke e André, 1986) e pode permitir a captação de informação sobre variados assuntos. Estes mesmos autores referem que:

“Em pesquisas sobre o ensino, a administração escolar, (...), podemos estar seguros de que, ao entrevistarmos professores, directores, orientadores, supervisores e mesmo pais de alunos não lhes estaremos impondo uma problemática estranha, mas, pelo

contrário, tratando de assuntos que lhe são muito familiares”

(Ludke e André,1986:36).

Neste tipo de investigação qualitativa, a entrevista mais comum é a semiestruturada. Pelo facto desta pressupor um grau de estruturação intermédio, oferece vantagens relativamente à entrevista não estruturada. Por um lado, permite evitar a recolha de informação supérflua, que levaria a uma sobrecarga de dados, podendo mesmo comprometer a eficácia da análise; por outro lado, este tipo de formato proporciona a recolha de um *corpus* de dados relativamente homogéneos, o que facilita um estudo comparativo, sem contudo, obrigar o investigador a seguir de perto um roteiro de perguntas feitas a todos os entrevistados de maneira idêntica e segundo a mesma ordem (Goetz & LeCompte,1988; Ludke e André,1986; Quivy,1998).

Segundo Ludke e André (1986), enquanto outros instrumentos, porque elaborados pelo próprio investigador, levam o seu cunho, a entrevista ganha vida quando se inicia o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, principalmente quando semiestruturada. Este é mesmo o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz actualmente em educação. As informações que se pretendem e os informantes que se quer contactar, em geral professores, directores, orientadores, alunos, pais, são mais facilmente abordáveis através de um instrumento mais flexível (Ludke e André, 1986).

Tendo em conta as características do estudo, decidimos, em conformidade com a terminologia utilizada por Bogdan e Biklen (1994), realizar numa primeira fase, entrevistas exploratórias com o intuito de compreender as perspectivas sobre os vários aspectos e assim, permitir-nos preparar com mais rigor as entrevistas semi-estruturadas, enquanto instrumento privilegiado neste estudo, com o objectivo de obter dados comparáveis entre os vários sujeitos. Com a realização das entrevistas semiestruturadas procuramos obter elementos capazes de elucidar sobre:

- Quais as formas de participação dos alunos no Conselho Pedagógico?

- Qual a percepção dos alunos em relação à sua participação no Conselho Pedagógico?
- Qual a percepção dos professores em relação à participação dos alunos no Conselho Pedagógico?
- Quais as formas de transmissão e como se mobilizam ou não os alunos?

Desta forma elaborou-se um guião de entrevista, seguindo as indicações de Goetz & LeCompte (1988) e de Bogdan e Biklen(1994), que funciona como ponto de referência, de modo a não perder de vista o que pretendemos saber, tendo sempre em conta que este é um processo interactivo e flexível. De seguida e com o objectivo de detectar eventuais dificuldades na interpretação de algumas questões e determinar o tempo médio necessário para a realização da entrevista, efectuou-se de acordo com a opinião expressa por Yin (1989), a pilotagem da entrevista a três professores em condições semelhantes às dos participantes. Tomados estes procedimentos, efectuamos as alterações necessárias e elaboramos para este estudo dois guiões, identificados por A (AnexoII) e P (AnexoVII); o primeiro destinado aos alunos e o segundo aos professores.

3.4.2 - Preparação e Estruturação das Entrevistas

De acordo com Estrela (1994), uma entrevista estrutura-se a partir da formulação clara e sintética do tema, definição de objectivos gerais, definição de objectivos específicos (organizados em torno de áreas temáticas centrais) e previsão de estratégias para a concretização dos objectivos (expressas por tópicos orientadores do formulário de perguntas).

As entrevistas que dizem respeito ao nosso estudo foram estruturadas, quer no guião A, quer no B, em quatro blocos temáticos orientados pelo objectivo geral.

Para o guião A: o primeiro bloco (I) – “Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado” – tem como objectivos específicos: legitimar a entrevista, informando o entrevistado sobre a natureza da pesquisa, o tema e os objectivos do trabalho; motivar os entrevistados solicitando a sua colaboração e realçando a importância da sua participação para a concretização do estudo; assegurar o anonimato das opiniões, garantir informações sobre o resultado da investigação e pedir autorização para a gravação da entrevista.

No segundo bloco (II) – “Percepção dos alunos face à sua participação no Conselho Pedagógico” – estabeleceram-se como objectivos específicos:

- 1) captar as percepções dos alunos face à importância da sua participação no Conselho Pedagógico, onde questionamos se considera importante a participação dos alunos no Conselho Pedagógico, justificando a resposta;
- 2) captar a percepção dos alunos, relativamente à importância que os professores dão à sua participação no Conselho Pedagógico, interrogando se consideram que os professores dão importância à participação dos alunos no Conselho Pedagógico.

No terceiro bloco (III) – “Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em Conselho Pedagógico” – estabelecemos os seguintes objectivos específicos:

- 1) conhecer a percepção dos alunos sobre as suas formas de transmissão, das decisões tomadas em Conselho Pedagógico, onde solicitamos aos alunos que identificassem formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em Conselho Pedagógico;

2) captar a percepção dos alunos, relativamente ao contributo proveniente da sua mobilização, pedimos a opinião aos alunos, sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em Conselho Pedagógico; como se processa toda a mobilização dos alunos; que ideia têm quanto ao contributo da mobilização dos alunos na gestão pedagógica da escola.

Para o quarto bloco (IV) – “Percepção dos alunos face à sua participação no Conselho Pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno” - definiram-se como objectivos específicos:

- 1) identificar as formas de participação empregues pelos alunos no Conselho Pedagógico, pedindo para descrever as formas de participação dos alunos no Conselho Pedagógico;
- 2) conhecer as percepções dos alunos sobre as formas mais adequadas da sua participação na gestão pedagógica da escola, onde pedimos aos alunos que identificassem decisões onde se verifica a sua participação;
- 3) conhecer a participação dos alunos relativamente à importância do contributo da participação no seu desenvolvimento pessoal e social, perguntando como é que os alunos deveriam participar na gestão pedagógica da escola; quais as vantagens, limites e dificuldades da participação dos alunos na gestão pedagógica da escola; que outras formas de participação na gestão pedagógica da escola, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam; por último, que importância tem a participação a este nível, na formação pessoal e social dos alunos.

No guião P: o primeiro bloco (I) – “Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado” – tem como objectivos específicos: legitimar a entrevista, informando o entrevistado sobre a natureza da pesquisa, o tema e os

objectivos do trabalho; motivar os entrevistados solicitando a sua colaboração e realçando a importância da sua participação para a concretização do estudo; assegurar o anonimato das opiniões, garantir informações sobre o resultado da investigação e pedir autorização para a gravação da entrevista.

No segundo bloco (II) – “Percepção dos professores face à participação dos alunos no Conselho Pedagógico” – estabeleceram-se como objectivos específicos:

- 1) captar as percepções dos professores membros do Conselho Pedagógico face à participação dos alunos no Conselho Pedagógico, onde solicitamos uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada ;
- 2) levar os professores membros do conselho pedagógico a identificarem diferentes formas/tipos de participação dos alunos, na gestão pedagógica da escola, pedindo aos professores que identificassem formas/tipos de participação dos alunos na gestão pedagógica da escola, assim como situações/decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos; que descrevessem os modos formais e informais de participação dos alunos na gestão da escola;

No terceiro bloco (III) – “Atitudes dos professores membros do Conselho Pedagógico, face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos na gestão pedagógica da escola” – estabelecemos os seguintes objectivos específicos:

- 1) conhecer as percepções dos professores membros do Conselho Pedagógico, relativamente às vantagens e limites da participação dos alunos na gestão pedagógica da escola, onde pedimos aos professores para referir as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão pedagógica da escola;

2) conhecer as percepções dos professores sobre o modo como se operacionaliza e desenvolve essa participação, pedimos aos professores para dizerem como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Para o quarto bloco (IV) – “Expectativas dos professores membros do Conselho Pedagógico, face ao contributo da participação dos alunos na gestão pedagógica da escola e na sua formação como cidadão” - definiram-se como objectivos específicos:

4) conhecer as expectativas dos professores membros do Conselho Pedagógico, sobre o contributo que a participação dos alunos na gestão pedagógica da escola, pode dar para a sua formação como cidadão, onde se pediu para definir o papel específico da escola, na formação do aluno como cidadão e ainda de que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão ;

5) conhecer as expectativas dos professores membros do Conselho Pedagógico, sobre o contributo que a participação dos alunos, na gestão pedagógica da escola, tem no processo educativo global do aluno, perguntamos que importância tem a partilha de decisões no processo educativo global do aluno.

Relativamente às questões de ambos os guiões podemos afirmar que se tratam de perguntas abertas, deixando ao entrevistado a possibilidade de alargar com espontaneidade os temas propostos. Para além de perguntas estruturantes explicitadas em cada bloco, reservamos questões denominadas de reforço, a empregar, caso seja necessário, no desenvolvimento da entrevista para uma melhor explicitação.

Na organização dos blocos e questões procuramos uma orientação lógica, traduzida numa sequenciação dos assuntos, do geral para o particular, respeitando

o sentido e ordem do seu encadeamento. Deste modo iniciámos as entrevistas com uma questão muito aberta e abrangente e descritiva.

3.4.3 - Realização das Entrevistas

Sobre o modo de conduzir uma investigação através da entrevista encontram-se descritos alguns conselhos sugeridos por vários autores. Contudo, como referem Ludke e André (1986:36), “ não há receitas infalíveis a serem seguidas, mas sim cuidados a serem observados e que aliados à inventiva honesta e atenta do condutor, levarão a uma boa entrevista”. O que pressupõe, para além de outros requisitos, que o entrevistador possua um conjunto de capacidades e habilidades, entre as quais sobressai o treino e a experiência que, para alguns autores como Lessard-Hébert (1994), é condição necessária ao sucesso desta técnica.

No caso concreto deste estudo e devido à falta de experiência no domínio desta técnica procuramos respeitar as exigências e cuidados que alguns autores enunciam para a realização das entrevistas em geral, como Ludke e André (1986), Goetz & LeCompte (1988), Lessard-Hébert (1994), Bogdan e Biklen (1994) e Estrela (1994).

Em primeiro lugar deverá ser dada importância às relações sociais, isto é, o entrevistador deve manter uma postura de grande respeito pelo entrevistado, cumprindo o acordo estabelecido (local, horário, sigilo e anonimato) e estabelecendo uma relação caracterizada pela colaboração, pela partilha e nunca dando a impressão de uma avaliação (Bogdan e Biklen, 1994), o investigador deve desenvolver uma grande capacidade de ouvir atentamente e de estimular o fluxo natural de informações por parte do entrevistado (Ludke e André, 1986).

Outro tipo de conselho refere-se ao uso de um roteiro que guie a entrevista e a atenção dispensada pelo entrevistador, não só em relação a este roteiro pré-estabelecido e às respostas dos entrevistados, mas também aos seus gestos,

expressões, hesitações, alterações de ritmo, em suma, à comunicação não verbal (Ludke e André, 1986).

Outro aspecto importante da entrevista prende-se com o seu registo, existindo duas formas que suscitam entre os especialistas defeitos e virtudes, a gravação e a tomada de notas. Segundo Ludke e André (1986:37) “a gravação tem a vantagem de registar de imediato todas as expressões orais, deixando o entrevistador liberto para prestar atenção ao entrevistado, enquanto o registo de notas durante a entrevista pode deixar escapar aspectos do que foi dito, porque exige atenção e esforço do entrevistador, além do tempo necessário para escrever”.

Por outro lado o uso do gravador pode provocar constrangimentos no entrevistado, por representar uma “terceira presença” (Borgan e Biklen, 1994:139)

Assim, tentamos criar um clima de aceitação mútua e de descontração conduzindo de forma natural as entrevistas através da aplicação do guião A e P, previamente estabelecidos.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de Fevereiro e Março do ano lectivo 2004/2005. Decorreram em salas de aula disponíveis no momento, nas escolas correspondentes aos alunos e professores entrevistados tendo a duração média de uma hora.

O guião de entrevista A foi aplicado aos doze alunos, sendo quatro de cada escola, dois deles são participantes no Conselho Pedagógico, enquanto que os outros dois não fazem parte do órgão referido anteriormente. Aos catorze professores foi aplicado o guião de entrevista P. Dos professores entrevistados fazem parte o presidente do Conselho Executivo, o presidente do Conselho Pedagógico e três professores membros do Conselho Pedagógico, de cada uma das escolas. Na escola C o presidente do Conselho Executivo acumula funções de presidente do Conselho Pedagógico, o que faz com que nesta escola exista menos uma pessoa entrevistada que na escola N e na Q.

Os entrevistados foram informados previamente da finalidade da entrevista, assegurando o seu anonimato, garantindo que o manuseamento da

informação recolhida, seria apenas por parte do entrevistador e que após a sua análise e tratamento seria destruída, comprometendo-nos a apresentar aos professores entrevistados os resultados do nosso estudo.

Todas as entrevistas foram audiogravadas, mediante autorização dos entrevistados e completamente transcritas de acordo com o que sugerem Bogdan e Biklen (1994), para possibilitar a sua análise, assim como para possibilitar a leitura das mesmas por parte dos entrevistados, que confirmaram o seu conteúdo.

Por estarmos perante uma entrevista de investigação, procedemos de acordo com Estrela (1994), que afirma ser importante definir alguns princípios fundamentais à sua condução e realização. Como tal: procuramos não dirigir demasiado a entrevista; não impusemos limitações à temática abordada; esclarecemos as referências empregues pelo entrevistado; usamos uma linguagem acessível aos entrevistados; definimos com transparência o nosso papel como entrevistador e o papel dos entrevistados; motivamos os entrevistados a responder; recolhemos o máximo de informação possível.

Enquanto as entrevistas se iam realizando foi sendo feita a sua transcrição na íntegra o que permitiu começar a fazer-se, segundo Estrela (1994:465), uma “ apreensão sincrética” com vista à elaboração de uma matriz de análise inicial.

Paralelamente fomos pesquisando literatura que esclarecesse e facultasse um quadro teórico e conceptual de referência que permitisse a “descodificação”, superando assim o nível de conhecimento sincrético.

3.5 - Análise de Dados

A técnica que utilizamos na análise dos dados do nosso estudo foi a análise de conteúdo.

Quanto à análise de dados Bordam e Biklen (1994) referem:

“A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrição de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros” (p. 205).

A análise e interpretação dos dados são uma tarefa complicada que exige ao investigador grande dedicação, concentração e rigor. O enorme número de dados será organizado, de forma a entender o que constitui o objecto deste estudo.

A análise de conteúdo, de acordo com Cohen (2005) trata-se de uma técnica de investigação que visa a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. Esta autora considera que as etapas seguidas nesta análise correspondem a três fases, a saber:

- Leitura dos documentos para uma apreensão sincrética das suas características e avaliação das possibilidades de análise;
- Determinação dos objectivos da análise de acordo com as hipóteses emitidas;
- Determinação das regras de codificação, passando-se a considerar como unidade de contagem cada redacção, unidade de registo, tendo em vista a categorização e contagem da frequência, a proposição.

De acordo com Bardin (1977:95), a análise de conteúdo organiza-se com base em “três pólos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

O primeiro passo consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar. Assim, procedemos a uma primeira leitura que designaremos de “leitura flutuante – leitura intuitiva, muito aberta a todas as ideias, reflexões, hipóteses” (Bardin,1977:95), muito activa e aberta, que à medida que se foi desenrolando se tornou mais precisa em função das hipóteses formuladas e dos objectivos do trabalho proposto.

Ao definir as regras de análise, consideramos como unidade de contexto a resposta dada a cada pergunta. Como unidade de registo, entendeu-se a proposição, sendo esta uma afirmação, um juízo, uma frase ou uma parte dela, que tal como a proposição lógica, estabelece uma relação entre dois ou mais termos(Estrela,1994).

Procedemos à análise de conteúdo a partir do material que obtivemos da totalidade das entrevistas, de acordo com as seguintes fases: hipóteses sobre os temas; reescrita dos textos; redução das proposições; preparação temática das proposições (Ghihlione,2001).

Em seguida passamos ao processo de codificação, procedendo ao recorte, classificação e agregação.

Segundo Bardin (1977), a categorização, enquanto classificação por diferenciação e posteriormente por reagrupamento, de elementos que integram um conjunto, resulta de uma classificação analógica e progressiva dos elementos, construídos e definidos com influência mais ou menos evidente do quadro teórico que sustenta os objectivos da investigação (Amado,2000).

Depois de um processo de construção e reconstrução, chegamos a um quadro de análise que passaremos a apresentar.

Análise de conteúdo às entrevistas dos alunos

Categorias	Subcategorias
Percepção dos alunos Face à sua participação no Conselho Pedagógico	Importância da participação Posição dos professores Contributo para a sua formação Vantagens da participação Limitações da participação
Percepção dos alunos sobre o modo de operacionalizar a sua participação	Formas de participação Tomada de decisão Formas alternativas de participação
Percepção dos alunos sobre a forma de transmissão e mobilização das decisões tomadas em Conselho Pedagógico	Formas de transmissão Interesse nas decisões Mobilização dos alunos Impacto da mobilização

Análise de conteúdo às entrevistas dos professores

Categorias	Subcategorias
Participação do aluno no Conselho Pedagógico	Apreciação crítica Importância da participação Tipo de participação
Participação do aluno na gestão escolar	Modos formais Modos informais
Participação efectiva do aluno	Situações/Decisões
Percepção do professor sobre a intervenção da escola na operacionalização da participação do aluno	Vantagens Limites Intervenção da escola Direcção
Formação do aluno como cidadão	Papel específico na escola Partilha de decisões no processo educativo Participação na gestão escolar

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As escolas estudadas foram analisadas separadamente para podermos estabelecer uma análise comparativa mais concisa

4.1 - Percepções dos Alunos sobre a Participação no Conselho Pedagógico

Escola C (ANEXO X)

Os alunos desta escola consideram que a sua participação no conselho pedagógico é importante e contribui para um melhor funcionamento da escola. Quando os alunos se referem à posição dos professores, face à importância da presença de representantes seus neste órgão, as opiniões dividem-se. Um dos alunos, que faz parte deste órgão, considera que os professores atribuem grande importância à sua participação, considera que só o facto de os professores permitirem o acesso de alunos às reuniões é sintoma da grau de importância que estes lhes atribuem “*Bastante, senão nem sequer davam oportunidade que os alunos pudessem participar (...)*”.

Em contrapartida outro aluno considera que os professores não valorizam a participação dos alunos. Os alunos que não participam nestas reuniões afirmam desconhecer qual a posição dos professores face a esta matéria, o que por si indicia que têm pouca informação sobre o que se passa nestas reuniões. Todos consideram que a sua presença contribui para a melhoria da realidade escolar e em

particular no melhoramento da relação aluno professor. Consideram que o aluno tem uma visão diferente da escola, “(...) *poderem mostrar o lado que os professores se calhar não vêem (...)*”, e através do diálogo que se estabelece permitir aos professores perceber a visão dos alunos.

Os alunos consideram que a sua participação nas reuniões do Conselho Pedagógico terá um contributo positivo para a sua formação. Percepcionam que a interacção com os professores e o assumir de responsabilidade ao nível do debate da realidade da sua escola os capacitará para alargarem os seus horizontes e para a sua participação futura enquanto cidadãos. Neste tema volta-se a verificar uma clivagem entre as opiniões dos alunos que fazem parte do conselho e aqueles e aqueles que não têm aí assento.

Apesar de considerarem que o Conselho Pedagógico é um órgão importante, que estabelece a ponte entre o aluno e o professor e por conseguinte com a escola. Consideram também que este conselho é um órgão limitado. Têm uma visão de que os professores é que controlam todas as decisões que neste são tomadas, como é exemplificativa a afirmação de um dos alunos quando diz que “(...) *lá em cima é que mandam (...)*”.

Escola Q

(ANEXO XI)

Na escola Q os alunos revelam que consideram importante a sua participação no conselho pedagógico, no sentido em que essa participação “(...) *vai ajudar a compreender, tomar alguma consciência dos problemas existentes na escola (...)*”.

Quanto à percepção que os alunos têm da importância que os professores dão à sua participação nas reuniões os grupos divergem. São aqueles que participam nas reuniões que têm uma opinião muito negativa pois consideram que

os professores dão pouca importância e que em alguns as considerações por eles apresentadas são ignoradas por parte dos professores, “(...) *fiz também uma informação verbal, não foi aceite e excluíram-na logo (...)*”.

Entre as vantagens apresentadas para a participação de representantes dos alunos nestas reuniões é apontado o facto de a presença destes permitir que as pessoas responsáveis pela gestão da escola (Conselho Executivo) fiquem com uma ideia clara de quais os problemas que afectam os alunos, bem como da forma como estes sentem a escola. Um dos alunos entrevistado considera que desta forma “(...) vão ficando informados do que se passa na realidade na escola (...)”, o que indicia que os responsáveis pela gestão das escolas estão afastados da realidade do ambiente escolar ou que não têm uma visão tão nítida como os alunos. Os alunos que não têm assento nas reuniões do Conselho Pedagógico têm mais dificuldade em apresentar as vantagens da participação de alunos, apontando apenas a melhoria de comunicação.

No que diz respeito ao contributo que a sua participação pode representar na sua formação é referido que esta participação lhe permitirá aprender a discutir problemas no seio de um grupo, que lhes dará “(...) *uma formação de maturidade (...)*”. Os alunos que não fazem parte do Conselho Pedagógico referem como contributo o facto de poderem ter um desenvolvimento pessoal mais completo, bem como desenvolver competência que no futuro poderão utilizar na sua vida profissional e pessoal.

Entre as limitações é apresentada a impossibilidade de os alunos poderem participar na gestão das aulas, “(...) *podem dar a opinião mas gerir as aulas, isso já é uma parte um bocado mais complexa (...)*”.

O tempo que demoram as reuniões é uma outra das limitações apresentadas. Os alunos não estão habituados a participarem em reuniões com longa duração, que por vezes versam sobre temas muito técnicos, que não são do seu interesse, “(...) *tempo que é necessário para as reuniões, é um bocadinho cansativo e é preciso ter muito tempo disponível (...)*”.

Escola N

(ANEXO XII)

Estes alunos revelam que a sua participação no conselho pedagógico é importante porque lhes permite ter uma maior ligação à escola. Ao analisarem os problemas os alunos conseguiram uma maior identificação com a escola e por conseguinte uma maior integração nesta. Outra das justificações para considerarem importante a presença de alunos nesse órgão prende-se com a visão que estes têm da escola e dos problemas que nesta surgem, “*Sim, porque os alunos têm outra visão que os professores não têm (...)*”. Isto revela que os alunos percebem uma dicotomia entre professores e alunos, cada um dos agentes tem o seu papel na escola e por conseguinte têm visões diferentes de uma mesma realidade. Este órgão é também encarado como um palco privilegiado para o diálogo entre professores e alunos, “*Sim, porque expressam as suas opiniões, falam com os professores (...)*”.

Quanto à percepção que os alunos têm da importância que os professores atribuem à sua participação apenas um dos entrevistados considerou que os professores não dão importância a essa participação. Os restantes percebem nos professores interesse na sua presença com o intuito de os fazer parte integrante da escola, “*Os professores acham bastante importante, porque é uma maneira de cativar os alunos para a escola (...)*”.

Quando lhes foi pedido para enumerarem as vantagens da presença de representantes dos alunos, a possibilidade deste órgão permitir uma interação entre professores e alunos é de novo apresentada. Outro ponto importante focado é permitir que os alunos fiquem mais interessados com os problemas que afectam a escola e com a questão da avaliação, “*(...) ficam mais atentos aos problemas da escola e aos problemas das notas (...)*” .

No que diz respeito ao contributo que essa participação pode ter na sua formação os alunos enfrentaram dificuldades em enumerar algumas. “*(...) ganhar*

mais maturidade e experiência (...) foram vantagens pessoais que um aluno considerou serem pertinentes neste contexto. É de salientar que este aluno não faz parte do conselho pedagógico e que os alunos que tomam lugar nas reuniões do mesmo não conseguem enumerar vantagens concretas.

Como limitações é apresentada a falta de tempo para acompanhar as reuniões que por norma demoram bastante tempo, (...) *reuniões muito longas e de ouvir aquelas opiniões todas (...)*. Mais uma vez o teor das reuniões também é apontado como algo que não motiva a participação dos alunos.

Os alunos sentem que as suas ideias nem sempre são bem aceites no conselho, (...) *podemos querer fazer muitas coisas e estamos um bocadinho limitados (...)*. Um dos alunos que não faz parte do conselho refere que as limitações à participação estão ligadas ao papel do aluno no contexto escolar, “(...) *há determinadas tarefas que os alunos têm que ver que só os professores poderão fazer (...)*”.

Os alunos desta escola parecem concordar com o facto de que a apetência da generalidade dos alunos para a participação na gestão da escola deveria ser maior, “(...) *alunos que vão ao conselho pedagógico e os alunos que fazem parte da associação, deviam ser mais activos (...)*”. Apesar de os alunos não serem tão activos na resolução dos problemas que se lhe colocam no plano escolar alguns frutos têm recolhido do diálogo que têm estabelecido no Conselho Pedagógico e exemplificam a constatação de que havia muitos alunos com dificuldades a geometria descritiva, conseguiram encontrar uma resposta para este problema que passou por aulas de apoio nesta disciplina.

4.2 - Percepções dos Alunos sobre os Modos de Operacionalização e a Sua Participação no Conselho Pedagógico

Escola C

(ANEXO X)

Para além das formas institucionais de participação na gestão da escola, os alunos consideram que há outras possibilidades de intervir na gestão desta. O diálogo com responsáveis pela gestão da escola, a reunião de alunos para debater problemas que surjam são as alternativas apontadas. Um dos alunos que faz parte do conselho pedagógico considera que os alunos se demitem em parte da responsabilidade que lhe diz respeito na condução dos destinos da sua escola, “(...) *não participamos mais se calhar também é nossa responsabilidade (...)*”.

Escola Q

(ANEXO XI)

Os alunos revelam desconhecimento das formas de participação que têm ao seu dispor, “*Não tenho noção (...)*”. Esta situação verifica-se em ambos os grupos. Quando questionados sobre formas alternativas de participação na gestão da escola as respostas foram pouco consistentes. Avançaram como algumas hipóteses, mas um dos alunos refere “*Sinceramente, não sei (...)*”.

Escola N

(ANEXO XII)

Quanto a formas alternativas de participar na gestão da escola nenhuma ideia concreta foi avançada pelos alunos.

4.3 - Percepções dos Alunos sobre a Forma de Transmissão e Mobilidade das Decisões Tomadas em Conselho Pedagógico

Escola C

(ANEXO X)

As formas de transmissão das decisões tomadas nas reuniões do conselho pedagógico mais referenciadas são as por via informal. Neste aspecto os grupos de amigos que se formam na escola assumem uma grande importância, uma vez que referem que em muitos casos recebem essa informação “(...) *em grupo ou até mesmo num diálogo (...)*”. É de salientar que só um aluno, que não faz parte do conselho pedagógico, é que refere a associação de estudantes como uma das vias de transmissão das decisões deste conselho.

Apesar de reconhecerem a importância da presença de representantes de alunos no conselho pedagógico os alunos manifestam desinteresse nas decisões daí emanadas. Os alunos que fazem parte deste órgão sentem que os outros alunos não têm interesse nestas , “(...) *nem sequer ouvem aquilo que nós dizemos (...)*”, “(...) *não há grande interesse em saber (...)*”. Este posicionamento face às decisões que são importantes para a sua vida escolar, manifesta-se também na ausência de mobilização para a resolução de problemas prementes na escola., “(...) *não tenho visto os alunos a juntarem-se para falarem destes assuntos (...)*”.

Da análise a estas entrevistas constata-se que os alunos que fazem parte do conselho pedagógico têm uma melhor noção do quando é importante a participação dos alunos neste órgão e de qual a importância que os professores

atribuem a essa mesma participação. Também têm uma noção mais esclarecida do que os outros, da importância que a participação no debate sobre problemas que os afectam, tem para a sua formação pessoal.

As opiniões convergem no que se refere à posição dos alunos face à participação na gestão da escola e da resolução dos seus problemas escolares: ambos os grupos consideram que existe uma certa apatia nos estudantes.

Escola Q

(ANEXO XI)

Quanto à forma de transmissão das decisões do conselho um dos alunos, que participa nas reuniões refere que teve reuniões com delegados de turma para os informar e estes numa segunda fase informariam as suas turmas, “(...) *fiz algumas reuniões com os delegados das turmas para os informar (...)*”. Outro aluno refere que não transmite as decisões porque isso lhe está vedado. Os alunos que não fazem parte do conselho responderam que não têm conhecimento das decisões ou então têm, mas por via informal.

Um dos alunos revela desconhecimento das normas pelas quais se deve reger a divulgação das decisões do conselho pedagógico. Apresenta como limitação o facto de não se poder informar os restantes alunos das deliberações das reuniões deste órgão.

Ao nível do interesse nos assuntos que dizem respeito à gestão da escola e à resolução dos seus principais problemas, bem como à mobilização de alunos isto está restrito a um pequeno grupo, “(...) *há um pequeno grupo, não no geral, que tem mostrado alguma mobilidade e interesse em participar (...)*”. A maioria dos alunos mantém-se alheada dos processos de decisão e não tem parte activa na resolução dos problemas, como refere um aluno “(...) *os interessados vão certamente ajudar e aqueles que não se interessam (...)*”

Escola N

(ANEXO XII)

No que concerne às formas de transmissão das decisões a associação de estudantes , rádio, placards e outros meios são utilizados. Também aqui os delegados de turma são um meio de fazer chegar a informação a todos os alunos. Contudo, esta informação não chega a todos os alunos: um aluno que não faz parte do conselho confidenciou que “(...) *não sabia que se divulgava isso (...)*”. Trata-se de um alunos que passa pouco tempo na escola e como tal tem pouco contacto com as acções de informação sobre as decisões.

Quanto ao teor das decisões tomadas “(...) *os alunos cá da escola não demonstram nem têm grande interesse (...)*” os casos em que há interesse limitam-se a grupos que por norma estão ligados a alunos que têm assento no conselho pedagógico, “(...) *todos querem saber, mais os do meu grupo, porque sabem que eu sou do pedagógico (...)*”.

A mobilização dos alunos nesta escola faz-se através de grupos de amigos ou de colegas, assim, os debates entre alunos, sobre os problemas que os afectam e sobre o modelo de escola que gostavam de ter presente na sua escola acontece em grupo, “(...) *falo com o meu grupo sobre os problemas da escola (...)*”.

4.4 - Análise Comparativa das Opiniões dos Alunos nas Três Escolas

Nas três escolas as entrevistas revelam que os alunos consideram pertinente a sua presença no Conselho Pedagógico. As divergências, entre as três escolas, prendem-se com a participação dos alunos e do conhecimento que eles têm de como deve funcionar um órgão como o Conselho Pedagógico e como as suas decisões são transmitidas aos restantes alunos.

Um dos alunos da escola Q, que participa nas reuniões do Conselho Pedagógico da sua escola, menciona que não pode divulgar as decisões que foram tomadas na reuniões porque isso lhe está vedado. Esta situação revela um total desconhecimento do que é a função deste órgão e quais as vias apropriadas para se poder divulgar as decisões importantes aí tomadas.

Em termos de motivação e interesse pelas decisões a escola N parece ser aquela onde os alunos parecem mais entusiastas pela participação em actividade e no planeamento destas. Contudo, esta participação ocorre em grupos. Não há um envolvimento de todos os alunos na gestão e nas questões de interesse da escola. O que existe são grupos de colegas e amigos que se mostram empenhados em debater e encontrar soluções para os problemas que surgem na escola.

4.5 – Percepções dos Professores sobre a Participação do Aluno no Conselho Pedagógico

Escola C (ANEXO X)

Da análise efectuada às entrevistas realizadas aos professores da escola C considera-se que o interesse pelo aluno na participação do conselho pedagógico, segundo a professora 2 “ (...) *não é muito assídua (...)*”, embora tenham obtido conhecimento que a referida reunião se iria realizar.

A participação perante toda a comunidade escolar é importante para o desenvolvimento do escola, de acordo com a professora entrevistada que preside aos Conselhos Pedagógico e Executivo “ (...) *muito enriquecedor quando eles*

participam (...)”, uma vez que, “*(...) dão perspectivas e lembram-nos de assuntos (...)* algumas vezes até soluções, ou pelo menos sugestões para resolver esses assuntos (...)”. Com esta participação está a ajudar a escola a melhorar o seu método de ensino e por sua vez a contribuir para o melhoramento do seu desenvolvimento escolar.

Escola Q (ANEXO XI)

Perante os professores entrevistados da escola Q a participação dos alunos no Conselho Pedagógico não existe ou é muito fraca, uma vez que “*(...) eles (...)* não sentem para que é que aquilo lhes serve (...)” e muitas vezes “*(...) chegam ao fim e acham que aquilo não teve muito a ver com eles (...)*” ou “*(...) não se lhes dá muito espaço para dizerem de sua justiça (...)*”. Esta pouca afluência e desinteresse “*(...) vai condicionar aquilo que são alguns dos objectivos dos próprios alunos e da própria escola (...)*”, uma vez que não existe feed-back da escola por parte do aluno.

A participação pode também efectuar-se através da associação de estudantes, contudo a sua actuação encontra-se mais virada para tratar de problemas lúdicos e esquecem a componente pedagógica.

Escola N (ANEXO XII)

Da análise efectuada às entrevistas realizadas aos professores da escola N, conclui-se que a participação dos alunos no Conselho Pedagógico é muito débil, por vezes até nula, uma vez que “*(...) eles não estão ou devidamente mobilizados ou motivados (...)*” e “*(...) não perceberam bem a importância (...)* do papel deles (...)”, o que os leva a faltar às reuniões, segundo o professor que preside ao

Conselho Pedagógico, “ (...) os alunos (...) assinam a convocatória e a maior parte das vezes não aparecem (...)”.

Os alunos têm uma participação mais activa em “ (...) actividades de carácter lúdico, de carácter científico (...)” e “ (...) funcionariam melhor (...) ao nível de uma associação de estudantes (...)”.

4.6 – Percepções dos Professores sobre a Participação do Aluno na Gestão Escolar

Escola C (ANEXO X)

Segundo a professora supracitada “A escola tem quatro órgãos de gestão (...)” que se encontram “(...) definidos pelo decreto 115-A/98 (...) dois deles (...)”. O aluno tem assento em dois deles, a assembleia da escola e o conselho pedagógico “ (...) onde aí poderão opinar e transmitir o parecer (...) de um modo formal (...)”, contudo não o efectuam.

A participação do aluno na gestão escolar é com maior intensidade através da associação de estudantes.

Escola Q (ANEXO XI)

Por vezes os alunos transmitem a sua opinião de modo informal, mas mesmo esta é fraca.

Escola N (ANEXO XII)

A nível da gestão escolar a participação dos alunos é efectuada através da representação no Conselho Pedagógico, na Assembleia de Escola, assim como nos actos eleitorais mas não só, também “ (...) através da Associação de Estudantes (...)”.

Segundo o presidente do Conselho Pedagógico, “ (...) eles têm uma muito boa relação (...) com todos os professores (...)”, logo existe uma maior disponibilidade por parte de ambos para a apresentação e resolução de problemas.

Perante o modo como os alunos operam, os professores encontram algumas vantagens que enriquecem a vivência comunitária dentro da escola e trazem “ (...) responsabilidade que os alunos acabam por assumir (...)”.

4.7 – Percepções dos Professores sobre a Participação Efectiva do Aluno

Escola C (ANEXO X)

Na participação efectiva do aluno nenhuma ideia concreta foi avançada pelos professores.

Escola Q (ANEXO XI)

Já ocorreram situações sugeridas pelos alunos, no sentido de uma participação efectiva que deram resultado, tal como o modo de funcionamento do bar, da reprografia e uma mesa de matraquilhos para a sala de convívio.

Escola N (ANEXO XII)

Na participação efectiva do aluno nenhuma ideia concreta foi avançada pelos professores.

4.8 – Percepções dos Professores sobre a Intervenção da Escola na Operacionalização da Participação do Aluno

Escola C (ANEXO X)

A intervenção da escola para uma maior participação do aluno nas actividades do conselho Pedagógico passam por “(...) talvez fazer uma campanha mais acentuada junto dos alunos (...)” uma vez que “(...) poderão ser realmente um elemento divulgador de ideias e um elo de ligação entre os alunos e a gestão (...)”, contudo “(...) não podemos (...) fazer aqui uma lavagem de cérebro aos alunos (...)”.

A sua participação tem as suas vantagens e limites. Os alunos nestas assembleias encontram-se em minoria, “(...) podem levar a sugestão, depois será aceite ou não pelo outros elementos (...)”, uma vez que se verifica uma votação para se chegar a uma resolução, quem ganha é a maioria.

Escola Q (ANEXO XI)

A vantagem desta participação é positiva, uma vez que “ (...) uma escola é uma comunidade de todos e eles são a razão de nós cá estarmos (...)” e o feedback da opinião do aluno contribui para que a instituição escolar desenvolva um melhor método de ensino.

A participação tem como limite a gestão, ou seja, “(...) quem gere a escola são os professores (...) portanto tem que ser dentro desses limites (...)”, porém a escola deve “(...) consciencializá-los da importância da sua intervenção da forma

como devem intervir (...)”, mostrar que podem ser “*(...) um pólo dinamizador, um elo de ligação ao corpo docente para analisarem dentro da turma quais são os problemas da turma e os discutirem entre eles (...)*”.

De acordo com a professora 1 poderia existir outro tipo de estrutura ou órgão de intervenção dos alunos, uma vez que “*(...) a forma como as escolas neste momento estão organizadas (...) dizem pouco à participação dos alunos e eles não se sentem motivados (...)*”, uma vez que é importante a sua motivação.

Um dos entrevistados é da opinião que “*(...) devia haver uma disciplina que lhes desse esse espaço de intervenção cívica (...)*”, uma vez que “*(...) é na escola que eles têm que começar a empenhar-se nessa parte do ser cidadão (...)*” e não apenas no emprego.

escola N (ANEXO XII)

A escola tem um papel muito importante na orientação da participação dos alunos, assim como na participação dos pais. Esta tem a preocupação de promover a qualidade da participação dos alunos “*(...) através das visitas de estudo (...)*” e “*(...) conferências (...) feitas com (...) periodicidade de duas por trimestre ou quatro (...)*”.

4.9 – Percepções dos Professores sobre a Formação do Aluno como Cidadão

Escola C (ANEXO X)

A escola tem como obrigação a transmissão de valores de igualdade, “*(...) desenvolvendo um sentido de cidadania e não alimentar egoísmo (...)*”, contudo

“(...) não descarreguem unicamente na escola essa função (...)”, “(...) ela começa por casa (...)”, uma vez que são os pais os primeiros a contactar com o aluno.

A participação na gestão escolar é importante, uma vez que *“(...) eles terão um dia patrões, terão um dia chefes (...)”* e assim vão *“(...) desenvolvendo um sentido de cidadania e não alimentar egoísmo (...)”* e assim a escola obtém outro ponto de vista, uma vez que a vivência que têm é diferente da totalidade dos professores.

Escola Q (ANEXO XI)

A intervenção escolar detém um *“(...) papel muito importante na formação do indivíduo (...)”*, uma vez que *“(...) se eles aprenderem a participar na escola aprenderão provavelmente a participar na sociedade (...)”*.

A *“(...) a escola tem uma missão bipartida, formar e instruir (...)”*, mas não é a única responsável. Hoje a escola depara-se com a função de efectuar o papel dos pais na formação do indivíduo, a falta de tempo e paciência são factores que levam a um descuido e mesmo negligência dos familiares para uma preparação do indivíduo na sociedade.

Segundo a professora que preside ao Conselho Pedagógico *“(...) os alunos deveriam ter maturidade, de estarem de certo modo conscientes dos problemas que existem (...)”* para *“(...) serem (...) um pólo dinamizador, um elo de ligação ao corpo docente para analisarem dentro da turma quais são os problemas da turma e os discutirem entre eles (...)”*.

Escola N (ANEXO XII)

A escola tem a obrigação de intervir na formação do aluno como cidadão, pois segundo o presidente do Conselho Executivo a função da escola é *“(...)”*

formar cidadãos competentes do ponto de vista científico, ponto de vista linguístico, do ponto de vista cultural, do ponto de vista ético (...)” e “ (...) promover a solidariedade (...)”.

A escola deve “ (...) ensinar, transmitir conhecimentos (...)” e “ (...) deve ter uma função educativa (...)” de forma a que o aluno adquira conhecimentos e técnicas para obter sucesso na sociedade em que se encontra inserido e no mercado de trabalho que irá frequentar.

4.10 – Análise Comparativa das Percepções dos Professores das Três Escolas

Nas três escolas na opinião dos professores ao nível de participação dos alunos ocorre um desinteresse significativo, a falta de motivação pelas questões apresentadas nas reuniões e a falta de tempo são justificações depreendidas por parte dos entrevistados.

Consideram que a participação dos alunos é enriquecedora, pois através de uma visão diferente, ao participar, apresentam por vezes, soluções e perspectivas interessantes para determinadas situações. Assim como, tomam consciência da importância da sua participação, de que estão a gerir algo importante. Pois, quando um aluno percebe que é dada importância à sua opinião, ele sente-se mais motivado para participar.

A participação dos alunos verifica-se com um maior envolvimento no que respeita a actividades de carácter lúdico e em ocasiões festivas.

Os limites da participação dos alunos apresentados pelos entrevistados resumem-se à estrutura hierárquica, em que assenta a organização da escola; o facto da escola não se poder dissociar da sociedade em que está inserida e a forma de encarar a escola como um “depósito” da sociedade. Logo, fomentar a participação dos alunos, não é uma tarefa fácil para a escola. Como professores e

alunos têm regras diferentes, a participação torna-se difícil. O facto dos alunos não serem obrigados a participarem nas reuniões, pois até podem faltar, condiciona obviamente a sua participação. Deveriam ser mais activos e perceberem melhor a importância do seu cargo. Uma das ideias apresentadas é a realização de uma campanha mais acentuada junto deles, no sentido de os motivar para a participação.

Todos os entrevistados concordam que a formação do aluno como cidadão, no que respeita à transmissão de valores, é uma função que compete à escola, embora se afirme que a escola não é a única responsável por esta função. Em termos de formação cívica, o contributo dado pela escola é muito importante, todavia, não deve ser a única responsável embora com a demissão do papel da família a escola tenha uma função essencial na sua formação como cidadão. O objectivo desta formação é permitir que este obtenha sucesso quando ingressar no mercado do trabalho, uma vez que este meio se encontra em forte concorrência; e contribuir para que se apercebam dos problemas existentes na escola. Esta percepção contribui para que o aluno consiga ter uma participação mais activa nos assuntos escolares e no futuro na sociedade.

CONCLUSÕES

A escola é uma instituição que aparece na vida do aluno com o objectivo não só de o fazer adquirir conhecimentos como de o formar em atitudes e valores, inculcando-lhe o sentido e responsabilidade como cidadão.

Aprender determina, em grande parte, o tipo de vida que se tem em adulto, porque o percurso escolar vai influenciar os passos a dar ao longo da vida. O educador é o transmissor de valores e conhecimentos, com responsabilidades na vida futura da sociedade.

Depois longo processo legislativo que passa por alguma transferência de competências para as Direcções Regionais e para as escolas, foi publicado o decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio que representa um marco fundamental no regime de autonomia das escolas. Como tal, consideramos oportuno referir algumas passagens mais significativas do seu preâmbulo:

“ A autonomia das escolas e a descentralização constituem aspectos fundamentais de uma nova organização da educação, com o objectivo de concretizar na vida da escola a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público de educação. “

Como se conclui desta afirmação, a ideia de autonomia decorre de uma exigência do espírito democrático, vivido numa instituição formadora de cidadãos que a frequentam desde idade muito nova.

O Conselho Pedagógico enquanto órgão de coordenação e orientação da vida educativa da escola ou do agrupamento de escolas, assume um papel relevante na construção do Projecto Educativo, com a responsabilidade de apresentar propostas para a sua elaboração. São-lhe atribuídas as mesmas competências no que diz respeito ao Plano Anual de Actividades. Cabe-lhe também a função de emitir parecer sobre a proposta de Regulamento Interno.

A participação do aluno no Conselho Pedagógico é importante, uma vez que, os seus membros detêm informação da situação da escola na perspectiva dos alunos. De acordo com o estudo realizado conclui-se que os alunos consideram importante essa participação, no entanto, nem sempre acontece. Verifica-se uma desmotivação de presença por parte dos alunos para participarem nas reuniões, uma vez que as questões apresentadas nas reuniões e a falta de tempo por parte do aluno são aspectos que justificam essa ausência. A sua participação verifica-se mais em aspectos informais, ou seja, em aspectos de carácter lúdico ou o simples diálogo com o professor ou Director de Turma.

Verifica-se também um desinteresse por parte dos restantes alunos para o conhecimento do que ficou decidido nas reuniões. Consideram que é um assunto escolar e relacionado com o corpo docente.

Ao conceber as organizações como representações dos sistemas políticos globais, entendemo-las como realidades sociais complexas onde indivíduos e grupos com interesses e finalidades específicas entram em interacção para atingirem os seus próprios objectivos, recorrendo a diferentes estratégias, mobilizando poderes e influências e desencadeando situações de conflito, de coligação e de negociação (Costa,1998).

A escola deve mostrar ao aluno a importância da sua intervenção e da forma como deve ser a sua intervenção, uma vez que este é um elo de ligação entre o corpo docente e os problemas que existem na realidade escolar.

A escola tem que se abrir, alterar a mentalidade existente, evitar que se torne, em simultâneo, numa área de “todos e de ninguém”. Parece que os dois perigos estão eminentes, é necessário bom senso para evitar que o Projecto Educativo de Escola se torne um documento proprietário de alguns actores da comunidade educativa, ou mero reflexo de contradições e conflitos sem arbitragem possível. O aluno e até os funcionários também devem ser ouvidos e devem intervir.

Se houver intervenção por parte dos alunos, as possibilidades de assumirem as suas próprias responsabilidades são muito maiores. Quando não intervêm há uma tendência natural para justificarem as suas falhas e omissões. Esta é uma questão que nos remete para a necessidade de preparar da melhor forma os intervenientes na construção do Projecto Educativo de Escola e da necessidade de criar formas de intervenção pautadas pelo espírito democrático. É necessário desenvolver acções de formação e informação para todos os membros da comunidade educativa, em particular os pais, por terem estado até aqui relegados das responsabilidades escolares.

Uma das correntes actuais considera que a organização interna das escolas se aproxima daquilo que é designado por anarquia organizada, uma vez que à racionalidade, previsibilidade e clareza limitadas, dos seus actores, grupos e até das organizações, se contrapõe a ambiguidade e o funcionamento imprevisível e incerto da organização (Cohen, March, Olsen: 1972).

Percebemos com as escolas estudadas, que a participação está muito à quem do que seria desejável.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, A. (1991), *O Processo Disciplinar como Meio de Controlo Social na Sala de Aula*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de educação.

AFONSO, A. (1999), *A(s) Autonomia(s) da Escola na Encruzilhada Entre o Velho e o Novo Espaço Público*. In *Inovação*. Vol. 12 (3) IIE. pp.121-137.

AFONSO, N. (1993a), *The Reform of School Administration in Portugal: A Case Study in Organizational Politics*. Dissertação de Doutoramento. Boston: Boston University, School of Education.

AFONSO, N. G. (1994), *A reforma da Administração Escolar – A abordagem política em análise organizacional*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

AFONSO, N. (1993b), *A Análise Política das Organizações Escolares*. In *Aprender*, 15. pp. 42-49.

ALVES, R. (2001), *A Escola com que Sempre Sonhei sem Imaginar que Pudesse Existir*. Lisboa: Edições Asa

AMADO, J.S.(2000), *A Técnica de Análise de Conteúdo*. In *Revista Referência* nº 5; pp. 53-63

ANTÚNEZ, S. e GAIRÍN, J. (1996), *La Organización Escolar- Práctica y fundamentos*. Barcelona: Editorial GRAÓ.

- APPLE, M. e BEANE, J. (1997), *Democratic Schools*. Virginia: ASCD.
- BACHARACH, S.O. (1988). *Notes on a Political Theory of Educational Organizations*. In Adam Westaby(ed.). *Culture and Power in Educational Organizations*. Milton Keynes, Open University Press. pp. 277-288
- APPLE, M. e BEANE, J. (1997), *Escuelas democráticas*, Madrid, Morata.
- BALDRIDGE, V.J. (1983), *Organizational Characteristics Of Colleges and Universities*. *The Dynamics of Organizational Change In Education*, Berkeley: McCutchan Publishing Corporation.
- BAPTISTA, J. (1982), *Participação e Descentralização – Democratização e Neutralidade na Constituição de 76*, Coimbra, Livraria Almedina.
- BARBOSA, L. (1997), *Pensar a Escola e os Seus Actores*. Mem Martins: Associação dos Professores de Sintra.
- BARDIN, L. (1979), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARRETO, A. (1995) *Análise Social*, 4ª série, vol. XXX, nº 130, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
- BARROSO, J. (1996), *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- BARROSO, J. (2000), *Para o Desenvolvimento de uma Cultura de Participação na Escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

- BENAVENTE, A. (1990), *Escola, Professores e Processos de Mudança*, Lisboa, Livros horizonte.
- BENAVENTE, A. (1995), *As Inovações nas Escolas: Um Roteiro de Projectos*, Lisboa, IIE – Ministério da Educação
- BENNIS, W. (1994), *Porque é que os Líderes não conseguem Liderar*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BILHIM, J. A. F. (1996), *Teoria Organizacional. Estruturas e Pessoas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BOGDAN, R., BIKLEN, S. (1994), *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria dos Métodos*. Lisboa: Porto Editora.
- BRITO, C. (1994), *Gestão Escolar Participada. Na Escola Todos Somos Gestores da Educação hoje*, 3ª ed., Lisboa, Texto Editora.
- CABRAL, R. (1999), *O Novo Voo de Ícaro: Discursos Sobre Educação*. Lisboa: Escola Superior de Educação S. João de Deus.
- CARMO, H., FERREIRA, M. M. (1998), *Metodologia da Investigação, Guia Para Auto Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CANÁRIO, R. (1992), *Inovação e Projecto Educativo de Escola*. Lisboa: Educa.
- CANOTILHO, J. (1992), *Direito Constitucional*. Vol.II. Coimbra: Livraria Almedina.

- CARVALHO, A. et al. (1993), *A Construção do Projecto de Escola*. Porto: Porto Editora.
- CARVALHO, A. (1999), *Contratos de Autonomia, Aprendizagem Organizacional E Liderança*, Porto, Edições Asa.
- CARVALHO, R. de (1986), *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTILHO, S (1999), *Manifesto para a Educação em Portugal*, Lisboa, Texto Editorial
- CHAMBEL, M. J.; CURRAL, Luís (1995), “*Psicossociologia Das Organizações*”. Lisboa: Texto Editora.
- CHIAVENATO, I. (1983), *Introdução À Teoria Geral Da Administração*, 3ª ed., Brasil, McGraw-Hill.
- COHEN, M. dos A. (2005), *Metodologia Da Investigação Em Educação*. Odivelas: Instituto Superior de Ciências Educativas.
- CORREIA, J. A. (1998), *Para Uma Teoria Crítica Em Educação. Contributo Para Uma Recientificação Do Campo Educativo*, Porto, Porto Editora
- COSTA, J. A. (1991), *Gestão Escolar: Participação, Autonomia, Projecto Educativo de Escola*. Lisboa: Texto Editora.
- COSTA, J. A. (1998), *Imagens Organizacionais da Escola*. Porto: Edições Asa.

- COSTA, J. A.; MENDES, António Neto; VENTURA, Alexandre (2000) *Liderança E Estratégia Nas Organizações Escolares*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- CUNHA, P. D. (1995), *Desenvolvimento do Novo Paradigma de Administração e Gestão da Escola. Desvios e Aprofundamentos*. In *Inovação*, Vol.8 (1,2) pp. 57-67.
- DELORS, J. et al (2001), *Educação – Um Tesouro A Descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Edições ASA.
- DIAS, M. (1999), *A Autonomia da Escola em Portugal: Igualdade e Diversidade*. In *Inovação*, Vol.12 nº 3. pp.105-120.
- DIOGO, F (1999), *A Relação entre a Administração Educativa e as Escolas*. In *Suplemento do Correio de Educação*, nº 1, Porto, Ed. Asa.
- D'SOUSA, A. (1996), *Torne-se Um Líder*. São Paulo: Edições Loyola.
- D'SOUSA, A. (1996), *Liderar*. São Paulo: Edições Loyola.
- D'SOUSA, A. (1996), *Liderar Com Eficácia*. São Paulo: Edições Loyola
- ERIKSON, F. (1986), *Qualitative Methods in Research on Teaching*. In M. Wittrock (Ed.), *Handbook of Research on Teaching*, (pp.119- 161). Londres: Sage.
- ESTANQUEIRO, A. (1992), *Saber Lidar com as Pessoas*. Lisboa: Editorial Presença.

- ESTÊVÃO, C. V. (1999), *Escola, Justiça e Autonomia*. In *Inovação*, Vol.12 (3). pp. 139-155.
- ESTRELA, A. (1994), *Teoria e Prática de Observação de Classes: Uma Estratégia de Formação de Professores*. 4ª Edição, Porto: Porto Editora.
- ESTRELA, A., FERREIRA, J. (Org.) (1996), *Métodos e Técnicas de Investigação Científica em Educação*. Lisboa: AIP ELF/AFIRSE Portuguesa e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- FERREIRA, J. M. C., NEVES, J., CAETANO, A (2001), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Amadora, McGraw-Hill.
- FONSECA, A. J. D. (1998), *A Tomada de Decisões na Escola. A Área- Escola em Acção*. Lisboa: Texto Editora.
- FORMOSINHO, J.(1980), As Bases do Poder do Professor. In *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XIV,pp.301-328.
- FORMOSINHO, J. *et al*, (1988), *Princípios Gerais de Direcção e Gestão das Escolas*. In *Doc. Prep. II*. Lisboa: CRSE. M.E.
- FORMOSINHO, J. e MACHADO, J. (1998), *A Administração das Escolas no Portugal Democrático*. In *Autonomia, Gestão e Avaliação das Escolas*. Porto: Porto Editora.
- FORMOSINHO, J. (2000), *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Porto Editora.

- FREIRE, P (1987), *Pedagogia do Oprimido*, São Paulo, Editora Paz e Terra S/A.
- FREIRE, P (1996), *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra
- FULLAN, M. (2003), *Liderar numa Cultura de Mudança*. Porto, Asa Editores, S.A.
- GHIHLIONE, R. E Matalon, B (2001), *O Inquérito. Teoria e Prática*; Oeiras: Celtas.
- GOETZ, J & LECOMPTE, M (1988), *Etnografia y diseño cualitativo en investigacion educativa*. Madrid: Ediciones Morata.
- GONZALEZ GONZALEZ, M^a Teresa (1988), *Organización Escolar e Innovation educativa*, In La calidad de los centros educativos. Aliciante: Siciudad española de Pedagogia/IX Congresso Nacional de Pedagogia.
- GONZALEZ GONZALEZ, M. Teresa. (1994), *Perspectivas Teóricas Recientes en Organization Escolar: Una Panorámica Gernerall-* In Escuelas y Prfesores. Hacia una Reconvérsion de Los Centros y la Función Docente? Madrid: Ediciones Pedagógicas pp. 35-39.
- HANDY, C. (1994), *Deuses da Gestão*. Mem Martins: Edições CETOP.
- HARGREAVES, A (1998), *Os Professores em Tempos de Mudança*, Lisboa, Editora McGraw-Hill de Portugal.
- HOZ, A. de La O (1995), *Investigación Educativa. Dicionário Ciências de la education*. Madrid: Anaya, S.A.

- JESUÍNO, C. J. (1987), *Processos de liderança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LAFOND, M. A. B. et. al. (1999) *Autonomia, gestão e avaliação das escolas*, Porto Editora, Edições Asa,
- LEMOS, J. (1997), *A Gestão Escolar*. In Educação em debate. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- LEMOS, J. e SILVEIRA, T. (2001), *Autonomia e Gestão das Escolas. Legislação anotada*. (3ª Edição), Porto: Porto Editora.
- LÉSSARD- HÉBERT, M. et al. (1994), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas. Epistemologia e Sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LIKERT, R. (1975). *A Organização Humana*. São Paulo. Atlas.
- LIMA, L. (1988a), *A Gestão das Escolas Secundárias: A Participação dos Alunos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LIMA, L. (1988b), *Modelos de Organização das Escolas Básicas e Secundárias. Para uma Direcção Democrática e uma Gestão Profissional, In Comissão de Reforma do Sistema Educativo, A Gestão do Sistema Escolar, Relatório de Seminário*, Lisboa: Ministério da Educação, pp.149-195.
- LIMA, L. C. (1999), *Autonomia da Pedagogia da Autonomia*, In Inovação vol. 12, Lisboa, IIE.

LIMA, L. (1992), *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar: Um Estudo da Escola em Portugal (1974/1988)*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação.

LIMA, L. (2000), *Organização escolar e democracia radical. Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire.

LUDKE, M., ANDRÉ, E.D.A.(1986), *Pesquisas em Educação: Abordagens Qualitativas*. S. Paulo: E.P.U.

MACEDO, B (1995), *A construção do Projecto Educativo de Escola: Processos de Definição da Lógica de Funcionamento da Escola*, Lisboa, IIE – Ministério da Educação

MACEDO, B (1999) *A Escola Decide?* Noesis, 50

MERRIAM, S. (1988), *Case Study Research in Educacion*. San Francisco: Jossey- Bass.

NÓVOA, A. (Coord) (1992), *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote – Instituto de Inovação Educacional.

PERKINS, D (1995), *La Escuela Inteligente*, Barcelona, Geedisa.

PERRENOUD, Ph (1984) *La Fabrication de la Excellence Scolaire*, Genève: Droz

PINTO, J. M.; ALMEIDA, J. F. (1986), *Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas metodológicos gerais*. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

- PIRES, L. E. (1997), *Lei de Bases do Sistema Educativo*, Porto, Editora Asa.
- QUIVY, R. (1998), *Manual de Investigação em ciências sociais*. 2ª ed., Lisboa, Gradiva-Publicações, Lda.
- PREE, M. de (1989), *Liderar é uma Arte*. Lisboa: Difusão cultural.
- ROBERTS, W (1991), *Segredos de Liderança de Átila o Huno*. Lisboa: Difusão Cultural.
- ROCHA, A. P. (1996), *Projecto Educativo de Escola – Administração participada e inovadora*, Porto, Edições Asa.
- ROLDÃO, M. C. (1999), *Currículo e Gestão Curricular – O papel das Escolas e dos Professores – Conferência em Santa Maria da Feira*.
- SARMENTO, Manuel J. (1992), *As Escolas e a Autonomia*, Porto, Edições Asa.
- SERRA, F. S. (Abril/ Junho de 1999), Noesis nº 50, Lisboa, Escola Superior de Educação.
- SERGIOVANNI, T. J. (2004), *O mundo da liderança. Desenvolver culturas, práticas e responsabilidade pessoal nas escolas*. Lisboa: Asa Edições, S.A.
- SERGIOVANNI, T. J. (2004), *Novos caminhos para a liderança*. Lisboa: Asa Edições, S.A.
- SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (orgs.) (et. al.) (1986) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Afrontamento.

TORRES, L. (1997), *Cultura Organizacional Escolar*. Oeiras: Celta Editora.

TRIPA, M. R. P. (1994), *O novo Modelo de Gestão das Escolas Básicas e Secundárias*. Porto: Edições Asa.

VALA, J. (1986), *A Análise de Conteúdo*. In Pinto, J. M. (orgs). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

YIN, R. (1989), *Case Study Research: Design and Methods*. London: Sage

Legislação

Lei nº. 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-Lei nº. 115-A/98, de 4 de Maio – Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como os respectivos agrupamentos.

ANEXOS

Anexo I – Cartas de autorização às entrevistas

.....

António Monteiro
Bc Hospital Marinha,5-RC
1100 276 LISBOA

Caro Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Executivo
da Escola Secundária *Herculano de Carvalho*

António Manuel Godinho Pereira Monteiro, professor do Q.Z.P. de Lisboa, encontra-se a preparar uma investigação destinada à Supervisão de Tese, do Curso de Mestrado em Administração e Gestão Educacional, que vem realizando na Universidade Aberta, com o tema:

A participação dos alunos no Conselho Pedagógico

Porque no seu trabalho pretende conhecer a participação dos alunos no Conselho Pedagógico, deverá desenvolvê-lo o mais possível, em ambiente natural, pelo que vem solicitar permissão para recolher informação “nas fontes naturais”, de modo a poder efectuar a sua caracterização, respeitando sempre a privacidade e o sigilo de todos os participantes.

Agradecendo desde já todos os contributos, para a concretização deste estudo, apresenta os melhores cumprimentos

António Monteiro



Lisboa, 6 de Setembro de 2004

.....

António Monteiro
Bc Hospital Marinha, S-RC
1100 276 LISBOA

António Monteiro
Escola Secundária de Eça de Queiroz
Lisboa
Código 101663
6/set/2004

Caro Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Executivo
da Escola Secundária de Eça de Queiroz

António Manuel Godinho Pereira Monteiro, professor do Q.Z.P. de Lisboa, encontra-se a preparar uma investigação destinada à Supervisão de Tese, do Curso de Mestrado em Administração e Gestão Educacional, que vem realizando na Universidade Aberta, com o tema:

A participação dos alunos no Conselho Pedagógico

Porque no seu trabalho pretende conhecer a participação dos alunos no Conselho Pedagógico, deverá desenvolvê-lo o mais possível, em ambiente natural, pelo que vem solicitar permissão para recolher informação “nas fontes naturais”, de modo a poder efectuar a sua caracterização, respeitando sempre a privacidade e o sigilo de todos os participantes.

Agradecendo desde já todos os contributos, para a concretização deste estudo, apresenta os melhores cumprimentos

António Monteiro

Lisboa, 6 de Setembro de 2004

António Monteiro
Bc Hospital Marinha,5-RC
1100 276 LISBOA

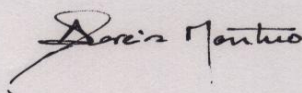
Caro Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Executivo
da Escola Secundária *de Vitorino Nemésio*

António Manuel Godinho Pereira Monteiro, professor do Q.Z.P. de Lisboa, encontra-se a preparar uma investigação destinada à Supervisão de Tese, do Curso de Mestrado em Administração e Gestão Educacional, que vem realizando na Universidade Aberta, com o tema:

A participação dos alunos no Conselho Pedagógico

Porque no seu trabalho pretende conhecer a participação dos alunos no Conselho Pedagógico, deverá desenvolvê-lo o mais possível, em ambiente natural, pelo que vem solicitar permissão para recolher informação “nas fontes naturais”, de modo a poder efectuar a sua caracterização, respeitando sempre a privacidade e o sigilo de todos os participantes.

Agradecendo desde já todos os contributos, para a concretização deste estudo, apresenta os melhores cumprimentos



Lisboa, 6 de Setembro de 2004



Anexo II – Guião da entrevista A

GUIÃO DE ENTREVISTA A

BLOCOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	FORMULÁRIO DE QUESTÕES
I. Legitimação da Entrevista e Motivação do Entrevistado	1. Legitimar a entrevista e motivar o entrevistado.	a) Informar sobre o tema e os objectivos do trabalho; b) Solicitar a colaboração do entrevistado, explicitando a sua importância para o estudo em curso; c) Assegurar o anonimato das opiniões; d) Garantir informações sobre o resultado da investigação; e) Pedir autorização para gravar a entrevista.
II - Percepção dos alunos face à sua participação no Conselho Pedagógico	1. Captar as percepções dos alunos face à importância da sua participação no Conselho Pedagógico. 2. Captar a percepção dos alunos, relativamente à importância que os professores dão à sua participação no Conselho Pedagógico	a) Considera importante a participação dos alunos no Conselho Pedagógico? Justifique a sua resposta. b) Considera que os professores dão importância à participação dos alunos no Conselho Pedagógico?
III - Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização,	1. Conhecer a percepção dos alunos sobre as suas formas de transmissão, das decisões tomadas em Conselho Pedagógico.	a) Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em

<p>relativamente às decisões tomadas em Conselho Pedagógico.</p>	<p>2. Captar a percepção dos alunos, relativamente ao contributo proveniente da sua mobilização.</p>	<p>conselho pedagógico.</p> <p>b) Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em Conselho Pedagógico.</p> <p>c) Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?</p> <p>d) Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão pedagógica da escola?</p>
<p>IV - Percepção dos alunos face à sua participação no Conselho Pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.</p>	<p>1. Identificar as formas de participação empregues pelos alunos no conselho pedagógico.</p> <p>2. Conhecer as percepções dos alunos sobre as formas mais adequadas da sua participação na gestão pedagógica da escola.</p> <p>3. Conhecer a percepção dos alunos relativamente à importância do contributo da participação no seu desenvolvimento pessoal e social.</p>	<p>a) Descreva as formas de participação dos alunos no Conselho Pedagógico.</p> <p>b) Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.</p> <p>c) Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão pedagógica da escola?</p> <p>d) Quais as vantagens, limites e dificuldades da participação dos alunos na gestão pedagógica da escola?</p> <p>e) Na gestão</p>

		<p>pedagógica da escola, que outras formas de participação os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?</p> <p>f) Que importância tem a participação a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?</p>
--	--	---

Anexo III – Guião da entrevista P

GUIÃO DA ENTREVISTA P

BLOCOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	FORMULÁRIO DE QUESTÕES
<p>I. Legitimação da Entrevista e Motivação do Entrevistado</p>	<p>1. Legitimar a entrevista e motivar o entrevistado.</p>	<p>a) Informar sobre o tema e os objectivos do trabalho;</p> <p>b) Solicitar a colaboração do entrevistado, explicitando a sua importância para o estudo em curso;</p> <p>c) Assegurar o anonimato das opiniões;</p> <p>d) Garantir informações sobre o resultado da investigação;</p> <p>e) Pedir autorização para gravar a entrevista.</p>
<p>II. Percepção dos Professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico</p>	<p>1. Captar as percepções do professor. membros do Conselho Pedagógico face à participação dos alunos na gestão pedagógica da escola. (conselho pedagógico)</p> <p>2. Levar os professores membros do Conselho Pedagógico a identificarem diferentes formas / tipos de participação dos alunos na gestão pedagógica da escola</p>	<p>Solicitar ao Professor que:</p> <p>a) Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola é efectuada.</p> <p>b) Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.</p> <p>c) Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.</p> <p>d) Identifique situações / decisões em que se</p>

		verifica a participação efectiva dos alunos.
III. Atitudes dos professores membros do Conselho Pedagógico, face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos na gestão pedagógica da escola.	<p>1. Conhecer as percepção dos professores membros do Conselho Pedagógico, relativamente às vantagens e limites da participação dos alunos na gestão pedagógica da escola.</p> <p>2. Conhecer as percepção dos professores sobre o modo como se operacionaliza e desenvolve essa participação.</p>	<p>a) Refira as vantagens e os limites da participação.</p> <p>b) Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver essa participação.</p>
IV. Expectativas dos professores membros do Conselho Pedagógico, face ao contributo da participação dos alunos na gestão pedagógica da escola e na sua formação como cidadão.	<p>1. Conhecer as expectativas dos professores membros do Conselho Pedagógico, sobre o contributo que a participação dos alunos, na gestão pedagógica da escola, pode dar para a sua formação como cidadão.</p> <p>2. Conhecer as expectativas dos professores membros do Conselho Pedagógico, sobre o contributo que a participação dos alunos, na gestão pedagógica da escola, tem no processo educativo global do aluno.</p>	<p>a) Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão.</p> <p>b) Que importância tem a partilha de decisões no processo educativo global do aluno?</p> <p>c) De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão.</p>

**Anexo IV - Protocolo das Entrevistas aos alunos da escola
C**

Entrevista ao aluno 1 membro do Conselho Pedagógico da escola C

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 10/02/2005 às 17.30h na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Sem dúvida, acho que é importante tendo em conta que a escola é formada por professores e por alunos, acho que é fundamental que haja uma participação mútua de ambas as partes, para que se possam ver os dois lados e estabelecer uma relação de equilíbrio, digamos assim.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Bastante, senão nem sequer davam oportunidade que os alunos pudessem participar no conselho pedagógico, ouvindo as suas opiniões e colaborando mutuamente.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: Sinceramente eu não lhe posso dar essa resposta, porque nestes conselhos que houveram até agora eu não pude participar, não deu e só poderei ir no próximo, de qualquer das formas segundo o que sei, acho que é positiva, o modo como os alunos interferem, como são ouvidos, podendo debater, dá-se um tema qualquer e depois pode-se debater, portanto acho positivo.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Não sei, até é capaz de haver bastantes, mas sinceramente não posso estar a nomear nenhuma porque não sei.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?.

Aluno: Como é que eu acho... dando as suas opiniões, respeitando as opiniões dos outros e tentando defender as suas ideias num diálogo calmo com o director da escola, sobretudo, e até no conselho pedagógico, lá está, acho que não pode ser nada feito à violência, acho que o diálogo é fundamental e têm é que ter uma ideia correcta daquilo que pretendem, não é.

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: Bem as vantagens, é precisamente poderem mostrar o lado que os professores se calhar não vêem, porque embora também estejam aqui não estão se calhar do modo como nós estamos, pois eles têm os seus locais mais reservados, nós estamos mais pela escola toda, temos acesso a outro tipo de ideias que eles não têm, depois lá está, nós temos se calhar outras coisas que as outras pessoas não vêem, portanto a vantagem é mesmo essa, é poder abordar melhor os dois lados. Limites, lá está, eu acho que é na questão do respeito, coisas que se exigem que se calhar não são assim tão necessárias de ser exigidas e eles vão para lá exigir coisas que se calhar não era necessário e claro que também era bom mudar, mas não sendo mesmo necessário não temos sequer que falar disso.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Pois, lá está novamente, uma coisa que eu sempre fiz, não tendo participado sempre em actividades da escola, foi agarrar em cartas ou dirigir-me mesmo pessoalmente à direcção da escola e falar com eles e expor-lhes as minhas ideias e apresentar-lhes os problemas, acho que é aquilo que se deve fazer, outras formas de fazer isso, sinceramente não estou a ver, porque não há outra saída.

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: Bom, é bom, porque estamos, digamos que acordados para aquilo que se passa não só no âmbito escolar, mas também como se pode participar noutras escolas, isto para quem passa por uma ou outra ou várias, abre-nos os olhos para

problemas que existem no mundo, já que nos estamos a formar enquanto pessoas e é bom porque revela um lado preocupado com a escola, com os professores e juntos há uma maneira de conseguir estabelecer um melhor relacionamento entre alunos e professores, isso é positivo.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Há várias maneiras, pode ser feito através de um contacto que nos possa ser fornecido e lemos numa sala ou por exemplo em grupo ou até mesmo num diálogo, chegamos ao pé dos colegas e podemos divulgar, lá está divulgamos a um divulgamos e o outro divulga a outro e acaba por ser divulgada a mensagem.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Sinceramente acho que é muito fraca, há muita pouca gente preocupada com isso, nem é só numa escola ou noutra, é em todo o sítio, se calhar porque não ligam muito àquilo que se passa, estão mais é para estudar, isto aqui é mais um momento da vida deles e o resto não importa, se bem que também há aqueles que se preocupam, portanto aqueles que não se preocupam não ligam e acabou, nem sequer ouvem aquilo que nós dizemos, os que se preocupam tentam dar a sua opinião e transmitir-nos ideias que se possam debater no conselho, é bom.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Sinceramente é difícil juntarmo-nos, porque primeiro há uma grande diversidade de ideias e de interesses, é muito complicado, de qualquer das formas quando há alguém com ideias comuns, o que tentam fazer é juntar-se lá está, mas numa forma de se chegar ao pé de um director, de um professor, divulgar aquilo que se passa para que se possa transmitir a mensagem a um nível mais superior, não há assim muito mais, quer dizer, depois há outras formas, que é manifestarem-se mal e chegar ali e dizerem se não fazem isto eu não faço mais nada, mas isto são outras formas.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Acho que é importante, porque assim mostram que não é só uma pessoa que está interessada nesse assunto, isso é importante, talvez se façam ouvir melhor, porque quantos mais somos talvez mais impacto possamos ter e isso é positivo, é muito importante e tem é que ser bem organizada.

Entrevista ao aluno 2 membro do Conselho Pedagógico da escola C

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 15/02/2005 às 10h na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Penso que sim, porque permite ter acesso a informações do que se passa na escola ao nível de projectos, de actividades, permite saber o que está a ser feito, permite melhorar as condições de funcionamento, e assim.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Não é importante, de alguma maneira não é dada grande importância, mas só o facto de podermos estar lá já é uma base para podermos participar mais activamente na vida escolar.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: Penso que nós não participamos muito nas reuniões, mas se calhar também é um pouco por nossa responsabilidade, é-nos dada a oportunidade de intervir sempre que consideramos necessário.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Em todas as situações que acontecem no conselho pedagógico, nós temos acesso, podemos votar, a acta, também votamos para aprovar a acta e em todas as decisões temos também opinião e podemos manifestá-la.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?.

Aluno: Nós já temos representação ao nível dos vários órgãos da escola e não participamos mais se calhar também é nossa responsabilidade, por exemplo, o facto da assembleia de escola não ter o representante dos alunos, isto porque nenhum de nós se quis candidatar para esse cargo, portanto também parte dos próprios alunos a iniciativa.

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: Uma vantagem é que podemos intervir sempre que acharmos necessário e podemos votar nas decisões que são votadas, as limitações, eu penso que o próprio conselho pedagógico é um órgão limitado, uma reunião nunca é suficiente para se conseguir discutir todos os assuntos que achamos importantes, eu acho que as limitações advêm deste facto.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: (depois de alguns segundos em silêncio) De momento não me ocorre nenhuma...

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: O facto de participarmos em órgãos com professores ou em que temos que tomar decisões, prepara-nos também para a vida futura, em que de facto temos que discutir ideias, debate-las, também acho que contribui para o alargamento dos nossos horizontes

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Eu acho que esse aspecto falha um bocado, não dar conhecimento, totalmente daquilo que se passa, acho que as decisões pelo menos as mais relevantes acabam por ser transmitidas por divulgação a nível de placards, esse papel em relação aos representantes dos alunos acaba por falhar um bocado.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Pois, também penso que não há grande interesse em saber o que é que se anda a fazer por cá, só as pessoas que nos conhecem é que têm noção que nós pertencemos ao conselho pedagógico, porque a maioria da escola, se perguntar, se fizer uma entrevista a perguntar quem é o representante dos alunos no conselho pedagógico, a maioria das pessoas vai dizer que não sabe.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Pois, não se processa como eu já disse.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Penso que, quando algumas vezes, quando os alunos têm um determinado interesse se deviam juntar e fazer pressão junto do conselho pedagógico, mas não fazem, e se fizessem acho que o contributo era bom.

Entrevista ao Aluno 3 que não pertence ao Conselho Pedagógico da escola C

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 18/02/2005 às 10h na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Acho que sim, para o bom funcionamento da escola e da relação com os colegas.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: ...Não faço a mínima.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: (risos) Acho que respondi na anterior... pá, não faço a mínima, eu não estou dentro desse assunto, conselho pedagógico, só estou a fazer uma disciplina.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Por enquanto acho que em nada.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?.

Aluno: Havendo debate e reuniões entre os vários alunos.

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: Vantagens é melhor funcionamento e agrado para todos, limites, é, pronto, é que lá em cima é que mandam.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Desculpe não percebi. Acho que não praticam nenhuma.

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: É complicado, eu não tenho noção.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Através de cartazes e da publicação através da associação de estudantes, placard da biblioteca e noutros locais.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: (risos) Não mostram interesse.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Não há.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Seria melhor para todos, porque é melhor um grupo ou várias pessoas pensarem e darem as ideias do que uma só.

Entrevista ao aluno 4 que não pertence ao Conselho Pedagógico da escola C

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 18/02/2005 às 12h.

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Acho que sim, dava melhor ambiente entre alunos e professores.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Não faço ideia.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: Não sei, penso que nem todos mostram interesse, alguns ligam mais que outros.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Aqui na escola (risos) não sei.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?.

Aluno: Dar opinião da coisas que estão mal, corrigilas.

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: Vantagens acho que dava melhor ambiente à escola, a participação dos alunos, é sempre bom a opinião, limites, não escolher o posto deles, são alunos.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Não faço ideia, não sei.

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: Importância, acho que dava para alguns alunos darem mais importância à escola, interessarem-se mais pela escola, acho que ajudava.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Algumas falam por alto connosco e outras publicam, fazem cartazes.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Nem todos se interessam, alguns não ligam a isso, há outros que levam a sério, isso já depende.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Até agora não tenho visto os alunos a juntarem-se para falarem destes assuntos.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Seria muito mais positivo se os alunos se juntassem todos para falar destas coisas, havia muito melhor ambiente, era diferente.

Anexo V - Protocolo das Entrevistas aos alunos da escola
Q

Entrevista ao aluno 1 membro do Conselho pedagógico da escola Q

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 04/02/2005 às 10h na sala de aula.

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Considero importante, porque os alunos vêm as necessidades da escola, as dificuldades do ensino e podem ajudar no seu ponto de vista no melhoramento, no apoio aos professores, a dar as aulas e na gestão da escola, conforme são dadas as aulas e também o que é que os alunos sentem quando estão nas aulas e em termos de organização também ajuda bastante, porque o conselho administrativo da escola fica com um a perspectiva mais alargada daquilo que os alunos sentem e o que é que é a escola para eles.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Pouca, porque eu há dois anos tive uma intervenção, não fazia bem parte do conselho pedagógico, mas acabava por ser, porque era uma necessidade que os alunos tinham e que pedagogicamente veio a agravar, porque deram pouca relevância à pequena informação que eu fiz dos alunos, como fiz também uma informação verbal, não foi aceite e excluíram-na logo, praticamente.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: As formas de participação neste momento têm sido faladas, mas derivado à matéria que é apresentada no conselho pedagógico, as faltas de estudo dos alunos, as dificuldades dos professores em darem as aulas, à noite também há algumas, mas julgo que tenham melhorado, porque há muitos alunos novos à noite, os mais velhos, julgo eu, acho que vão ajudando à calma dos mais novos, prontos, mas o conselho pedagógico, eu à minha parte, tem sido mais, digamos uma presença estatística para a escola.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Bom, decisões, participação dos alunos, neste momento foi a do refeitório, em que houve uma participação bastante acentuada do representante da assembleia de escola e que veio a ter algumas melhorias no funcionamento do

refeitório, os alunos tinham falta de alimentação, havia escassez e neste aspecto veio melhorar um bocado.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?

Aluno: Os alunos deveriam participar na gestão da escola procurando a própria informação que há na escola a nível de todos os aspectos, das necessidades que a própria escola tem, de espaço, de fornecer materiais aos alunos, até da própria gerência do espaço, papelaria, ao nível do bar e nessa busca poderiam ajudar a escola até a melhorar as coisas.

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: As vantagens é que os alunos vão ficando informados do que se passa na realidade na escola a nível das aulas; os limites, os alunos estão um pouco limitados porque digamos assim, o conselho pedagógico é mais um encontro de informações que há durante o determinado período das aulas e portanto os alunos aí estarão muito mais limitados porque podem dar a opinião mas gerir as aulas, isso já é uma parte um bocado mais complexa, o que é um limite.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Na gestão da escola, à procura do próprio apoio dos colegas, portanto como há a associação de estudantes a escola de dia tem o rádio da escola, que sinceramente não sei se funciona, isso aí era bom, porque os alunos entre eles poderiam ajudar-se, até ao nível de informações, alguns que precisem de alguma coisa ou haja alguma dificuldade, portanto mesmo ao nível de informações da

escola, através do rádio é uma boa ajuda para os alunos poderem informar os outros das suas necessidades.

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: Bastante, os alunos ao participarem na escola vão, portanto, aprendendo como é que depois também vão participar lá fora, no emprego e na sociedade em geral e isso vai forma-los para isso mesmo.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: O que é decidido no conselho pedagógico não é para ser divulgado cá para fora, são decisões que são tomadas, nós os alunos que fazemos parte do conselho pedagógico não podemos espalhar cá fora, porque são decisões ao nível de reunião só de conselho pedagógico, informação entre os próprios professores e o conselho pedagógico e os alunos, das dificuldades que há na escola, a informação a nível dos alunos nunca pode ser dada, tem que ser dada só pelos professores, porque nós temos essa limitação, não podemos informar cá fora o que se passa no conselho pedagógico e por um lado é bom, porque provavelmente haveria abuso dos alunos, começavam a simular informação que eu julgo que não lhes vinha trazer utilidade.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Há colegas que perguntam, mas é uma minoria muito pequena, são alunos que fizeram parte da associação de estudantes e os alunos que estão mais ligados a mim aqui na escola, eu alguma coisa que transmita é mesmo pequenos dados que não sejam de grande relevância, porque como já disse anteriormente nós não podemos transmitir cá para fora e eles acham e gostavam que a própria escola desse uma melhor informação sobre o que é decidido, das decisões tomadas no conselho pedagógico e aí eles também podiam ajudar através das opiniões dadas e sendo aceites, claro.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Nesta escola há pouco tempo, num espaço de dois ou três anos para cá há um pequeno grupo, não no geral, que tem mostrado alguma mobilidade e interesse em participar mais activamente na melhoria das condições da escola, neste caso à noite, de dia pelo que eu tenho sabido, não muito, apenas uma pequena parte, mas à noite têm mostrado interesse, mas da parte da escola não há grande interesse em saber o que é que nós achamos.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: A ideia que eu tenho é que os alunos poderão dar um bom contributo, mas o problema tem sido, é que a própria administração da escola não tem aceite e depois os alunos acabam por se desmotivar, eu mesmo próprio o ano passado tive uma grande batalha por causa do conselho pedagógico, atrasei-me nas aulas e depois vi uma grande desmotivação ao nível da escola e depois uma pessoa começa a perder a vontade e depois põe-se à frente a vontade de acabar o ano ou a disciplina e começa a dar um pequeno cansaço, mas a escola depois também não procura o porquê.

Entrevista ao aluno 2 membro do Conselho pedagógico da escola

Q

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 04/02/2005 às 13h na sala de aula.

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Eu acho que a participação dos alunos no conselho pedagógico é sempre importante, para além deles não saberem certas coisas que se tratam lá dentro, por acaso já tive essa experiência e gostei muito de estar lá.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Se os professores vêm um aluno que vai sempre às reuniões, que se interessa eles têm outro tipo de opinião, já sabem, pelo menos que o aluno está interessado nalguma coisa e desenvolvem mais um tipo de situações, interagem melhor com os alunos, porque sabem que eles também estão interessados, eu acho que isso é muito bom. Portanto há uns que dão importância e outros que não.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: Os alunos têm várias maneiras de participação no conselho pedagógico, no meu caso acho que foi uma boa experiência, gostei bastante e os alunos, na minha opinião, hoje em dia deviam participar mais, acho que não se dá muita importância a esse tipo de participação, mas eu gostei, em relação ao tipo de situações, não sei, não tenho ideia, para mim eu gostei, é uma boa experiência.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Nesta escola há algumas, houve a eleição da associação de estudantes e se calhar é a actividade onde os alunos participam mais, que é na eleição da associação de estudantes, eu acho que é das poucas, também houve este tipo de participação na eleição dos representantes dos alunos no conselho pedagógico, mas não teve tanto impacto como na eleição para a associação de estudantes, porque os alunos não estão muito interessados em situações de representar os alunos em reuniões, é muito tempo perdido e eles não estão mesmo muito interessados.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?

Aluno: Sinceramente, não sei. (após alguns segundos de silêncio)

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: Vantagens, o aluno que está a representar os alunos lá dentro, saber as dificuldades que certos alunos têm, depois transmitir, não daquela maneira, em que nas reuniões em que estamos muito tempo lá dentro, as coisa que debatemos lá não se podem divulgar assim muito à toa, é só transmitir a mensagem de um a forma diferente, como um simples aviso, os limites, talvez o tempo que é necessário para as reuniões, é um bocadinho cansativo e é preciso ter muito tempo disponível.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Não estou mesmo a ver nada, não tenho nenhuma ideia. (após alguns segundos de silêncio)

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: Tem uma formação muito específica, mas é sempre uma formação de maturidade, as pessoas crescem nesse contexto aí, é sempre uma experiência que as pessoas têm e vão adquirindo certas formas de estar de dar o seu contributo.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: A forma de divulgar não é uma forma tão directa como eu já disse, como se debate lá dentro nas reuniões, há que ser bastante coerente e transmitir esse tipo de informações, não de uma forma muito directa, mas alertados e dando a conhecer o tipo de situações em que há envolvimento, é preciso ter consciência para o tipo de situações que se constroem, eu ainda fiz algumas reuniões com os delegados das turmas para os informar, mas só de alguns assuntos, para eles depois dizerem nas suas turmas.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Não há muito interesse, eu acho que os alunos nem sabiam que existia este tipo de órgão, praticamente não davam muita importância, eu depois é que dei a conhecer alguma coisa, fiz algumas reuniões, como disse, nem sabiam para que é que existiam essas reuniões e eu depois é que lhes dei a conhecer o tipo de situações, alertei que é sempre bom termos um órgão destes, para darmos a nossa opinião, para aquilo que eles querem mudar, cá na escola, fiz as reuniões principalmente com os delegados de turma, para depois eles transmitirem as minhas mensagens à turma, para ver se a escola melhorava em todos os sentidos.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: A tática que eu tive era estar a conversar, a dar a conhecer o que fazia lá, qual era a minha função, para além de os representar a eles lá, divulgava também

as opiniões de cada um deles e o que eles gostariam de fazer e o que é que não gostariam de fazer, o que queriam mudar, as reuniões que eu fazia foi uma boa experiência, tiveram aspectos positivos.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Eu o ano passado fiz alguns questionários para eles responderem, foi a stora que estava acompanhar-me que deu alguns questionários para eles responderem e eles deram as suas opiniões, agora não sei se as opiniões vão valer alguma coisa ou não, mas foram feitos, se mudou alguma coisa ou não agora não sei.

Entrevista ao aluno 3 que não pertence ao Conselho Pedagógico da escola Q

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 07/02/2005 às 10h. Na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Sim, porque eles aprendem muito e no fundo é isso, para aprenderem e saberem mais sobre a escola.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Não sei, eu não estou lá.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: Não tenho noção, não tenho, porque eu entrei o ano passado e nem sequer sabia que isso existia.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: (risos) Não sei.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?

Aluno: Eu não estou mesmo a ver nenhuma maneira, não, não sei.

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: Desculpe, mas eu não sei. (risos)

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Eu não estou a ver.

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: Eu acho que é bom, mas cada um tem a sua opinião, o aluno vai crescendo e vai desenvolver-se melhor, só que isso depende da pessoa.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Eu não costumo ter conhecimento nenhum do que se passa lá.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Eu acho que assim como eu não sabia disso, ainda há mais pessoas que não sabem, se eu soubesse, eu gosto sempre dessas coisas, mas não fazia ideia, nunca tinha ouvido falar.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Eu não tenho conhecimento nenhum sobre isso.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Eu acho que às vezes não estamos contentes como as coisas estão e se os alunos se juntassem mais as coisas podiam ser de outra maneira e se calhar a escola até funcionava melhor.

Entrevista ao aluno 4 que não pertence ao Conselho Pedagógico da escola Q

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 03/03/2005 às 20h na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Certamente, claro, porque nos vai ajudar a compreender, tomar alguma consciência dos problemas existentes na escola, os alunos certamente vão ter que estar na primeira fila.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Os professores, principalmente os professores envolventes importam-se, mas há uns que certamente poderão não estar muito envolvidos no conselho pedagógico, por vezes é capaz de não lhes dizer nada, não digo que sejam todos, mas alguns certamente que não lhes diz nada, vêm para aqui só para dar aulas.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: Temos várias, desde ao cumprimento de trabalhos de cooperação, com o professor e com os alunos que facilita o cambio dos alunos e professor, mais, desde dizer o que se passa com a escola para os alunos e dizer o que se passa dos alunos para os professores.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Por exemplo, termos este ano a possibilidade de formar a associação de estudantes, temos um grupo cá na escola, que é o projecto “ medes “, que ajuda a integração dos alunos mais novos na escola, isso acho que já é uma grande valia.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?

Aluno: Eu sinceramente defendo que depende dos alunos, depende das características dos alunos, não pode ser um aluno qualquer que chegue e vem para aqui mandar, acho que devia ter umas certas características e acho que é importante os alunos participarem um bocado na escola, dando um bom

funcionamento para a escola, só vamos ganhar com isso. Podem participar desde a organização de eventos desportivos, agora estou num momento bloqueado, não me lembro praticamente de mais.

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: As vantagens são aquelas que eu há bocado disse, melhor comunicação entre o conselho e os alunos e dos alunos para o conselho e os limites, vão resumir-se à burocracia da escola, os alunos não podem intervir em certos assuntos que só mesmo o pedagógico é que pode resolver. Para quem trabalha, se participar no pedagógico pode ser um limite porque depois, certamente não terá tempo para estudar.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Eu acho que podiam haver mais e mais empenho por parte de alguns professores que não participam e por parte de alguns alunos que também não participam, acho que se deviam de esforçar mais para que a escola tenha um melhor funcionamento. É a única que me estou a lembrar agora.

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: Vamos ver, há os alunos que estão aqui só por andar, só por, muitas vezes diz-se só por desporto e há aqueles que é, num sentido, que é crescer interiormente e crescer de uma forma que no futuro se proporcione um trabalho como deve ser, uma vida social estável e há aqueles que estão aqui para passar o tempo e acho que aqueles que estão aqui e que querem no futuro ter uma vida

social completamente grande, é bom para nós, mas não posso responder certamente por aqueles que estão aqui para passar o tempo, mas a partir do momento em que entramos na escola, ela vai ser importante para nós a todos os níveis.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: É assim, eu não estou muito empenhado nessa área, mas é assim, eu digo a um, o outro diz a outro e o outro ao outro, por aí fora e há outra parte que é chegar aí e colocar um folha num cartaz próprio que nós temos para os alunos e nesse caso eles tomam conhecimento pelo cartaz, mas como a escola é uma escola muito grande os alunos. conhecem-se todos e conversam mais e passam a palavra.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Varia, isso varia é como eu disse há aqueles que são empenhados e há aqueles que andam aqui só por andar, são pessoas completamente diferentes, há umas que aceitam, há outras que nem ligam, há outras que não aceitam porque têm propostas diferentes das nossas, têm pensamentos diferentes de nós.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Aqueles que são os interessados vão certamente ajudar e aqueles que não se interessam por nada, não ajudam e há aqueles que não concordam e que fazem chegar a nós que não concordam, que são muito poucos.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Certamente que se houvesse mais mobilização, isso ia dar mais ideias, um modo de pensar diferente, mas também vai causar talvez mais problemas, porque é assim, quando se mistura muita gente, há sempre aquela coisa que um tem contra o outro, mas não é a pessoa ter uma coisa contra a outra, percebe, é opiniões diferentes umas das outras, as ideias diferentes umas das outras, nunca vai dar para fazermos tudo o que eles querem ou o que nós gostaríamos de fazer, mas vai funcionar, certamente muito melhor, muitos faz sempre muita diferença, então por isso, sempre que haja mais pessoas empenhadas, sempre que haja um maior número de pessoas, certamente um dia provavelmente a escola será melhor.

**Anexo VI - Protocolo das Entrevistas aos alunos da
Escola N**

Entrevista ao aluno 1 membro do Conselho Pedagógico da escola

N

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 11/02/2005 às 11h na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: É importante a participação dos alunos no conselho pedagógico, porque é uma maneira de os alunos verem os problemas da escola e gostarem da escola, porque muitos alunos não gostam da escola, porque às vezes não podem intervir, não podem fazer nada.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Os professores acham bastante importante, porque é uma maneira de cativar os alunos para a escola e sabem se os alunos precisam de ajuda e assim podem ajudar mais facilmente, porque sabem que nós precisamos e quais as nossas dificuldades.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: Um dos exemplos, eu agora como tive a primeira reunião do conselho pedagógico, foi os alunos sentiram necessidade de ter apoio de geometria descritiva, na escola não existia. e foi bom, porque os alunos falaram como o professor e disseram que precisavam e passou a ser aceite, isso é uma maneira de ajudar, as notas estavam más e era necessário melhorar a disciplina.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Eu já dei este exemplo, também eu lembro-me que às vezes há problemas, que os alunos têm com os professores que não conseguem resolver e ao falarem como os outros professores consegue-se conciliar o problema e chegam todos a uma conclusão, porque é muito importante um bom ambiente entre os professores e os alunos, nas *nemesianas* também, os alunos como é um dia da escola, para não ser só aquelas coisas de falar só sobre o patrono, aquelas coisas chatas que os alunos não gostam fazem jogos tradicionais que são propostos pelos alunos, que é uma maneira de cativar os alunos todos, a escola não é só estudo, também tem que ser um divertimento, eu mais não sei, eu só entrei este ano para a escola e é a primeira vez que estou num conselho pedagógico.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?

Aluno: Eu vejo por esta escola, eu acho que os alunos participam bastante nas actividades, a escola tem muitas actividades extracurriculares e às vezes há algumas que não são muito frequentadas e às vezes os próprios alunos dizem oh professora acho que deviam tirar aquela, os professores tiram e põe outra e é bom para a escola, mas se calhar na gestão da escola, não é, os alunos têm a associação de estudantes e é uma forma de participarem, assim agora, não estou a ver mais.

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: É vantajoso, porque é uma maneira de os alunos e professores interagirem uns com os outros e se há dificuldades ao falarem podem resolver os problemas e tornar a escola um ambiente mais agradável., mas também tem as suas limitações, porque nós às vezes podemos querer fazer muitas coisas e estamos um bocadinho limitados por aquilo que os professores acham melhor e se devemos ou não fazer, quem manda são os professores e nos temos de fazer aquilo que eles acham, às vezes para nós não é o melhor e portanto, aí estamos um bocadinho limitados.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Eu agora vim para esta escola e acho que não é preciso outra maneira, acho que os alunos interagem bastante bem com os professores e ajudam-se bastante.

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: É muito importante, há bocado eu tinha-lhe dito que a escola não é só estudar, também é um divertimento e se os alunos não se sentem bem na escola e acham que as suas ideias não são postas em prática, faz com quem eles desistam, não tenham vontade de estar na escola e por isso é muito importante que os alunos possam expor as suas ideias e trocar as suas ideias, o que acham bem e o que acham mal, para não desistirem da escola, eu acho que uma das coisas que é responsável pelo insucesso escolar é o facto de os alunos não se sentirem bem na escola, não há nada que os cative, porque não lhes deixam expor as suas ideias, por isso mesmo em termos pessoais e sociais eles podem prejudicar-se, as regras são precisas só que não podem ser muito rígidas e se houver regras mais ou menos que todos os alunos consigam cumprir vai correr tudo bem, que é o que acontece, por acaso com esta escola, não há problemas de comportamento nem de indisciplina nem nada.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Através da associação de estudantes, temos a rádio, a associação põe cartazes, temos placards ou mesmo através dos delegados de turma das outras turmas, fazemos uma reunião com os delegados de turma do 10º ano, por exemplo, e dizemos que foi tomada esta decisão e que é necessário os delegados de turma transmitirem aos colegas.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Até agora não tomamos nenhuma decisão importante, por acaso até tomamos, foi em relação ao cão, temos um cão cá na escola, e alguns problemas, se o cão deveria ser solto ou não, porque o cão uma vez foi solto e andou atrás de uma rapariga, não lhe chegou a morder, mas isso incomodou os alunos, então isso foi ao conselho pedagógico e o conselho pedagógico, eu e os professores falamos sobre isso e foi tomada uma decisão, que o cão ia passar a ser preso e foi uma decisão que agradou a todos e os alunos estavam interessados em saber o que se tinha decidido com o cão, mesmo agora em relação às *nemesianas*, os meus colegas perguntaram-me estão o que é vão fazer, que actividades vai haver, nessas reuniões os professores já têm actividades propostas, calendarizadas e então os alunos perguntam sempre que actividades é que vamos ter e não sei o quê, todos querem saber, mais os do meu grupo, porque sabem que eu sou do pedagógico.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Os alunos transmitem ao delegado de turma, o delegado de turma transmite-me a mim ou vai mesmo a associação de estudantes, quando é um caso urgente, a própria associação de estudantes vai falar com o conselho executivo e resolve o problema.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Acho que deve existir mobilização dos alunos, porque é bom e as decisões são tomadas mais rapidamente, há um problema, fala-se do problema à associação de estudantes, associação de estudantes conselho executivo, quando há um

problema depois começa-se a inventar muito, aqui não é assim e resolve-se o problema logo, é directo.

Entrevista ao aluno 2 membro do Conselho Pedagógico na escola N

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 11/02/2005 às 13.30h na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Eu acho que é importante a participação dos alunos no conselho pedagógico porque os alunos ao participarem no conselho pedagógico estão a dar um contributo muito importante para o sistema de organização da escola.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Assim os professores poderão conhecer como é que os alunos se empenham em termos do sistema da escola, saber qual é o papel dos alunos na escola, os professores dão importância à participação dos alunos.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: As formas, os alunos no conselho pedagógico podem se empenhar mais no trabalho do conselho e tentar promover actividades na escola e outras coisas.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Por exemplo quando fazemos a semana das *nemesianas* na escola, que vai ser daqui a duas semanas, os alunos participam, empenham, dão uma contribuição que faz com que isto aconteça, bom também quando houve a campanha os alunos participaram mas há coisas aqui que os professores podem fazer e os alunos podem contribuir.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?

Aluno: Na minha opinião os alunos deveriam estar mais empenhados, tendo uma boa dialéctica com os professores e juntos poderiam fazer com que a escola seja mais organizada.

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: Se um aluno participa no conselho pedagógico a vantagem para a escola é que a escola pode ter, desenvolvendo várias actividades os alunos poderão ter um contributo muito importante, porque não só os professores poderão fazer outras coisas mais, elaborar, mais bem organizadas, os alunos ficavam com umas tarefas mais básicas e poderiam assim ter um contributo importante, quando é por exemplo nas *nemesianas* há coisas que com a contribuição dos professores podem fazer-se melhor, com a contribuição dos alunos também se podem fazer assim grupos de actividades que possam dignificar a escola; os limites, há determinadas tarefas que os alunos têm que ver que só os professores poderão fazer, os alunos não podem ser ousados ao ponto de quererem fazer as tarefas dos professores, aqueles que exageraram, há actividades que têm um carácter pedagógico não um carácter assim, como é que eu hei-de dizer, cómico, tem que ter mesmo limite.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Há muitas actividades da escola que podem ser feitas no âmbito mesmo da escola, por exemplo, uma campanha para os sem abrigos, arranjar mantimentos, bens alimentares para os sem abrigo, assim para crianças infectadas e outras actividades assim, comemorar o dia de qualquer coisa, como a escola tem muita malta africana, comemorar o dia de África, coisas assim do género.

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: Os alunos ao participarem nas actividades pedagógicas e noutras actividades poderão ganhar mais maturidade e experiência, poderão estar mais

bem capacitadas para determinadas tarefas, isso dará a esses maior capacidade e mais garantias futuras de ser uma boa pessoa, mesmo em termos morais, quando falei em fazer campanhas para os sem abrigo, eles poderão estar já moralizados que isso é uma coisa boa para fazer, mesmo quando estiverem de férias da escola poderão fazer um projecto, por exemplo no seu próprio bairro.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Eu não sei assim muito sobre isso, mas eu acho que aquele que representa os alunos no conselho pedagógico tem o dever de informar todos os delegados de turma e os delegados de turma depois deverão informar todos os alunos da turma, isto eu não sei se acontece com todas as turmas, mas com algumas acho que é assim.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Na minha opinião os alunos cá da escola não demonstram nem têm grande interesse sobre as decisões tomadas no conselho pedagógico, porque se tomaram uma decisão de fazer qualquer coisa aqui na escola que apele à participação dos alunos, os alunos empenham-se nessa actividade porque aqui os alunos gostam de trabalhar e têm um sentido prático de fazer as coisas.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Os alunos cá na escola podem mobilizar-se mas é mais em grupos de amigos ou então de colegas, é mais em grupos.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Esta mobilização se for bem empregue, bem organizada poderá contribuir de uma forma muito boa para a escola, porque os alunos mobilizam-se entre grupos, mas se os grupos escolhessem entre si a participação seria melhor e o sucesso seria mais bem conseguido, com eficácia.

Entrevista ao aluno 3 que não pertence ao Conselho Pedagógico da escola N

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 18/02/2005 às 11.30h na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Sim, porque os alunos têm outra visão que os professores não têm, sabem os problemas que há entre os alunos e os problemas que têm com os professores.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Eles não dão importância, eles ouvem o que é que os alunos têm a dizer, os alunos entram no meio deles e têm outros pontos de vista diferentes também dos professores.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: Eles não participam activamente, mas, é quase activo, porque não estão muito habituados a reuniões muito longas e de ouvir aquelas opiniões todas e a falarem das notas e de outras coisas que não nos dizem respeito nenhum e nós às vezes damos a nossa opinião

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Decisões, ah, das notas, as notas os problemas que existem, os alunos têm notas baixas e nas decisões que eles tomaram o ano passado sobre as notas e os problemas que os alunos devem ter em casa, porque eles não estudam, o ano passado chegaram a perguntar aos alunos que estavam no conselho pedagógico e nos demos a nossa opinião, por exemplo, o meu caso, eu não tinha muito tempo para estudar porque fazia dois ou três treinos por dia e as vezes não dava tempo para nada.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?

Aluno: Mais activamente, principalmente os alunos que vão ao conselho pedagógico e os alunos que fazem parte da associação, deviam ser mais activos..

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: As vantagens, as principais é que os alunos ficam com outra visão, ficam mais atentos aos problemas da escola e aos problemas das notas; os limites se calhar a falta de tempo, problemas em casa, trabalho também, porque há alguns que trabalham.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Não sei, não estou a ver (depois de alguns minutos em silêncio) devia haver mais reuniões entre alunos e professores, principalmente ao alunos da associação de estudantes, para falarem dos problemas que existem na escola e entre os alunos

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: Tem muita, porque o aluno que está na reunião fica atento aos problemas que existem e sabe dos problemas que existem em cada disciplina e em cada área e vê.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Conversando, falando, o ano passado pusemos uns papéis sobre as notas e por acaso mostrei aos meus colegas.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Não têm interesse, porque eles nem perguntavam, eu é que ia falar com eles.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Os alunos nem se juntam para falar dessas coisas.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Se os alunos se juntassem mudavam-se certas coisas na escola, se os alunos falassem entre eles era muito melhor.

Entrevista ao aluno 4 que não pertence ao Conselho Pedagógico da escola N

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 18/02/2005 às 13.30h na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um aluno.

O aluno foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico.

Entrevistador: Considera importante a participação dos alunos no conselho pedagógico? Justifique a sua resposta.

Aluno: Sim, porque expressam as suas opiniões, falam com os professores, dão a entender onde é que estão mal e onde é que estão bem e podemos-nos ajudar a estudar, problemas que tenhamos com os professores e as funcionárias.

Entrevistador: Que importância dão os professores à participação dos alunos no conselho pedagógico?

Aluno: Eu acho que os professores dão importância, porque eles pretendem ajudar os alunos que estão mal, a melhorar notas e o comportamento e a participação.

III. Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico e à importância do contributo da participação na formação pessoal e social do aluno.

Entrevistador: Descreva as formas de participação dos alunos no conselho pedagógico.

Aluno: Não sei, fazendo trabalhos, falando com os professores, falando para a turma toda, mais não sei mais.

Entrevistador: Identifique decisões onde se verifica a participação dos alunos.

Aluno: Eu não estou a ver nenhuma, não, não estou a ver.

Entrevistador: Como é que acha que os alunos deveriam participar na gestão da escola?

Aluno: Não sei, talvez com os professores, com a ajuda dos professores, também as pessoas têm que querer, não vão ser obrigadas a fazerem o que não querem, não sei mais.(risos)

Entrevistador: Quais as vantagens e os limites da participação dos alunos na gestão da escola?

Aluno: As vantagens, ficam com métodos de estudo melhores, com mais atenção, capacidades, mais, não estou a ver mais nada e limites também não estou a ver.

Entrevistador: Na gestão da escola, que outras formas de participação, os alunos deveriam praticar em alternativa às que se praticam?

Aluno: Eu nem sei quais as formas usadas pelos alunos na participação.

Entrevistador: Que importância tem a participação, a este nível, na formação pessoal e social dos alunos?

Aluno: (alguns segundos de silêncio) Espere aí, não sei, devem haver outras pessoas que sabem responder melhor a isso.

IV. Percepção dos alunos face às suas formas de transmissão e mobilização, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique as formas de transmissão empregues na divulgação das decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Eu não sabia que se divulgava isso, também não ando cá há muito tempo.

Entrevistador: Dê a sua opinião sobre o interesse demonstrado pelos seus colegas, relativamente às decisões tomadas em conselho pedagógico.

Aluno: Não sei qual é o interesse deles.

Entrevistador: Como é que se processa toda a mobilização dos alunos?

Aluno: Eu falo com o meu grupo sobre os problemas da escola, os problemas em casa, problemas, outros, mas os outros não sei se eles falam.

Entrevistador: Que ideia tem quanto ao contributo da mobilização dos alunos, na gestão da escola?

Aluno: Acho bem os alunos juntarem-se para darem a sua opinião e trocarem ideias e isso depois é bom para a escola.

**Anexo VII - Protocolo das Entrevistas aos professores da
Escola C**

Entrevista ao professor 1 membro do Conselho Pedagógico da escola C

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 10/02/2005 às 11h. na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Eu acho que há participação, mas ainda não participam tanto quanto era desejável, mesmo no pedagógico emitem as suas opiniões, sim senhora, dizem de sua justiça, mas eu acho que para isto funcionar, para toda a comunidade escolar funcionar, eu acho que era de se exigir mais a participação dos alunos, como é óbvio, não é tanto quanto era desejável.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Eu não vejo muita participação, além de tudo o que tenha carácter lúdico, agora a participação no funcionamento, propriamente dito, da escola, eu acho que não tem grande participação, até porque no conselho pedagógico, este ano tenho impressão que só ainda participaram duas vezes, como a escolha dos delegados é muito tardia, e até dos próprios representantes dos encarregados de educação, porque isto tem a ver com uma reunião de encarregados de educação, que só se realiza no final do primeiro período, portanto ali no pedagógico, ainda não se vê muito concretizada essa participação dos alunos, em todo o resto também não vejo grande participação, quer dizer, eu estou a falar num aspecto mesmo da dinâmica da escola, em termos pedagógicos não é em termos lúdicos, nessas actividades eles participam e bem, agora na dinâmica da escola eu acho que não têm participado muito.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Em termos formais será no conselho pedagógico, em conselhos de turma, mas só de carácter disciplinar, porque nos conselho de turma normal eles não participam, que eu aqui na minha escola, eu já sou professora aqui há vinte anos e garanto-lhe que ainda não participei, tenho impressão em duas, três, nesta escola para já não temos tido muitos problemas destes, o que não quer dizer que para o futuro não vínhamos a ter. Informais, pois não estou a ver os alunos a participarem, não, não participam.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: Eles em princípio participando nessas reuniões é óbvio que eles também dão o seu contributo, mas até agora, como lhe digo, ainda não vi muito

bem concretizado isso, até agora ainda não me apercebi dessa concretização, a participação dos alunos efectiva, olhe pelo menos não estou recordada.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: Olhe as vantagens eu acho que são óptimas, não é, porque eu acho que os alunos fazem parte deste todo que é a escola e a opinião deles também é fundamental assim como a

dos professores e a de todos os intervenientes. Obviamente que tem que haver limites, os professores têm umas regras e os alunos têm outras regras, não é, é óbvio que não vamos, tal como há bocado eu disse, nas reuniões de avaliação, eu acho, quer dizer, a avaliação é uma situação tão importante que eu acho que os alunos entrarem nestas

reuniões não tem muito cabimento, os professores estão nesta altura a avaliar os alunos, no final do período, portanto eu concordo perfeitamente, agora nas outras eu acho que sim, que é de todo fundamental eles entrarem, não é, porque acho que a opinião deles também tem que ser ouvida desde que seja com conta peso e medida, acho que é fundamental.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: É de facto convocando-os e dando-lhes oportunidade de terem assento nos conselhos de turma, em todas as reuniões de carácter disciplinar e não só, mesmo nos outros em que seja para tomar decisões importantes para a escola, aliás eles são a peça principal, nós somos professores porque eles são alunos, portanto eu acho que a escola deve convocá-los sempre que seja necessário, desde

que seja importante a participação deles, quando são de facto naquelas de dar as notas, de avaliar aí é que é de todo importante até que eles não estejam, acho que a opinião deles é importante, mas eles acham que estão sempre a ser mal avaliados, não é, e portanto se a pessoa estivesse à espera da avaliação deles, também se conta com a avaliação, também se faz sempre a auto-avaliação, eles também dizem sempre de sua justiça o que é que acham que merecem, mas quando o professor chega a uma reunião de notas já não pode estar ali indeciso, já tem que ter consciência da nota que vai dar ao aluno, independentemente da maneira como ele se auto-avaliou ou da maneira como o professor o avaliou, portanto quando chega a uma reunião já não pode ir com indecisões, apesar de que também é muito importante, eu acho que até é fundamental que todos os professores peçam ao aluno para se auto-avaliar, muitas vezes o professor até está naquela dúvida e muitas vezes os argumentos

que os alunos usam até nos convencem, porque os alunos de facto são críticos mas sabem ser bons críticos, porque eles de facto não têm medo de magoar, porque aquele fez assim, fez pior e tem melhor que eu, eles nesse aspecto são muito verdadeiros, não quer dizer que subimos de um dez para um quinze, ajudam-nos a clarificar a opinião.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Sim, sim, olhe eu acho que é fundamental, embora ache que não devia ser a única solução para formar o aluno como cidadão, nunca a escola foi tão importante, por

causa da todas as causas exteriores, a demissão do papel da família, bem por tudo o resto, eu acho que a escola é fundamental na formação do aluno como cidadão,

se calhar não se consegue tanto quanto se quereria, se calhar não há os resultados que nós quereríamos, acho que é mesmo fundamental e acho mesmo que hoje em dia os pais se acabam de demitir do seu papel de formação, de formar os próprios filhos como cidadãos, mas acho que se demitem e passam tudo para a escola, a escola é que tem que formar, se calhar não se está a fazer quanto se desejaria, mas enfim estamos a fazer os possíveis, pelo menos a escola deve por uma tónica muito fundamental nisso.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Tem sempre muita importância, não é, tem sempre que se tomar decisões, para a formação do próprio aluno tem que haver decisões, não estou assim a perceber muito bem a questão. Eu acho que é fundamental, é muito importante, ele também faz parte do sistema, também faz parte da escola e também é importante que se lhe dê a oportunidade de expor as suas decisões e de as fundamentar obviamente, na vivência deles é importante que se lhe dê a voz, a palavra, para a sua formação também é importante, quer dizer não se pode estar sempre a castrar as pessoas, as coisas estão feitas, são dadas como facto consumado, não podem participar, eu acho isso de todo indesejável, portanto também é importante que eles digam de sua justiça o que é que acham, com o que é que concordam e com o que é que não concordam, as decisões deles neste momento são muito importantes, não podemos ser ditadores ao ponto de dizer, não isto é assim, vocês não têm opinião, a escola é assim as normas são assim, não eu acho que isso é mesmo de evitar, eles são a peça fundamental do sistema educativo, eles têm que dar opinião, tem que ter voz contra tudo e contra todos, mesmo que de vez em quando discordem plenamente com o sistema, mas de facto a falar é que as pessoas se entendem e chegam às tais regras, quer dizer mal de nós se fossem meia dúzia de carolas que decidissem e o resto acatasse, mal de nós

se fosse isso, o aluno sendo a peça fundamental é a eles que se tem que dar voz, não é para eles decidirem,

porque, quer dizer se calhar ainda não estão em fase disso, mas é de todo fundamental a opinião dele, e a participação e até dar-lhes, mostrar a eles que de facto o que eles dizem e que as opiniões deles também prevalecem, também estão ali, não foi só dos mentores, a deles também está ali, há ali aquelas partes em que é mesmo a opinião deles em que é mesmo a decisão deles, eu acho que isso sim, isso para qualquer ser humano, sentir que não são só os outros a formá-lo mas que também eles se formam a eles próprios.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: É assim, pelo menos dar hipótese a uma pessoa de expor a sua opinião e até ver focada em primeiro plano e ver que as pessoas lhe dão a importância que ela tem, acho que isso para a pessoa é muito motivador, para o seu ego é muito importante e o aluno ao expor uma opinião dele e aperceber-se que as pessoas até lhe dão a importância que ela merece, eu acho que isso o ajuda a formar como cidadão, porque ele próprio se vai sentir motivado, eu acho que isso é fundamental, ninguém gosta de se sentir enxovalhado, pelo contrário, gosta que se apercebam que as nossas opiniões têm muita validade e então os alunos, acho que para eles é importantíssimo, não só chamar-lhes à atenção quando cometem erros, mas também quando fazem alguma coisa de bom, olha afinal conseguiste muito bem, vais conseguir e olha a tua opinião foi importante, para qualquer indivíduo e então nesta fase dos alunos, é importante para o ego da pessoa, para a boa formação da pessoa, também como é importante nós estarmos sempre a bater na pessoa que a pessoa acaba por se atrofiar um bocado e apagar e anular e, e castrar um bocado a pessoa, eu acho que o contrário ainda acaba por ser mais importante, mais estimulante, pelo menos acaba por não

se inibir a por as suas propostas, as suas questões, os seus quês, porque sabe de facto que até é uma mais valia

para o sistema, para o momento em que se está a debater qualquer situação, acho que sim, acho que é importantíssimo, acho que é fundamental, nós estamos aqui porque existem alunos, se não fosse isso não estávamos aqui, de facto é a pedra mais importante, tem é que haver um equilíbrio, não é, nós temos o nosso papel e eles têm o deles, têm é que haver um equilíbrio, agora eu acho que de facto é importantíssimo que eles participem em toda a orgânica do sistema ,às vezes pode não se lhes dar razão, porque enfim, não é, mas também acho que é importante que se lhe dê quando de facto eles a têm, que se lhe dê a razão e que se entre com todas as suas respostas, os seus porquês, o seu, o seu tudo.

Entrevista ao professor 2 membro do Conselho Pedagógico da escola C

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 14/02/2005 às 10h, na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Eles têm hipótese de participar no pedagógico, só que a presença delas, são duas moças, não é muito assídua, não, uma delas já a vi, mas a outra nunca a vi, creio que poderiam participar mais, poderiam dar mais ideias, quando vão, uma delas é que vai, gosta de dar a sua opinião, mesmo sem ser solicitada quando acha que deve dar, mas acaba por ser pouco, a participação delas.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Na gestão da escola, temos dois elementos como já disse, há uma associação de estudantes que poderá eventualmente participar de maneira, ou directamente do conselho executivo levando sugestões ou através das suas participantes no conselho pedagógico.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Pois, como eu disse, quando há qualquer assunto o conselho executivo está aberto sempre a que as pessoas, os alunos neste caso, coloquem as suas questões, isso interessa

ao conselho executivo, mas há o órgão próprio, que serão os representantes deles no conselho pedagógico, que poderão ser o porta-voz de qualquer questão. Em termos informais, quando eles, associação ou alunos se dirigem directamente ao conselho executivo.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: Ao nível da gestão (silêncio)...não estou a ver nenhum caso, mas através do conselho executivo poderão ter a sua participação efectiva, serem o porta-voz de algo que queiram, algo que queiram falar previamente e não dos anseios...aaah, recorde-me o resto da questão. Na gestão, pronto, quando há qualquer ocasião festiva, eles também são dinâmicos, ao nível da associação, pedem sempre a colaboração de alguém, nomeadamente do conselho executivo, ou para o empréstimo das instalações ou para um pouco decidir ou deliberar, ou pedir opinião sobre a actividades que eles querem oferecer.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: As vantagens, claro que é sempre vantajoso, ter a voz dos alunos num órgão, não é (silêncio)...desvantagens, limites, podem levar a sugestão, mas depois o órgão de gestão é formado por outros elementos e claro que nunca uma minoria, podem levar a sugestão,
depois será aceite ou não pelo outros elementos, portanto daí os limites.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Eles não são obrigados a participar, como qualquer elemento do conselho executivo poderão faltar, o que é pena, eles poderiam ser realmente mais activos e perceberem a importância que é terem sido escolhidos para aquele cargo e poderem representar os
seus colegas aaah... pois obrigatório não é, mas eles deveriam aproveitar a hipótese de
participar, realmente onde podem, conselho executivo, desculpe, conselho pedagógico, não sei mais, talvez fazer uma campanha mais acentuada junto dos alunos e fazer-lhes ver que poderão ser realmente um elemento divulgador de ideias e um elo de ligação entre os alunos e a gestão.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Ah isso é extremamente importante, porque não há ninguém, não há um professor que dê a sua matéria, que pode deixar de ter em mente que está a formar cidadãos, não é, portanto há sempre qualquer coisa que se aproveita, ou uma simples gravura, por exemplo na minha disciplina, que tem ou nazis ou que tem moços punks ou que tem aquelas modas, a partir daí não impor uma ideia, mas fazer-lhes ver que devemos ser todos democráticos entre aspas, isto é não impor nada a ninguém, mas também não fazer ou não deixarem que nos limitem a nossa liberdade, mas pronto compreendo que há apenas modas que são apenas modas e que podemos dar a nossa ideia e dirigir os alunos para determinados pontos de vista ou para eles reflectirem mais sobre determinados pontos de vista para tomarem assim uma decisão mais consciente e não irem assim atrás por e simplesmente de modas.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Porque eles irão viver numa comunidade e é importante participarem nas decisões, não é, darem as suas ideias e o terem consciência que estão a gerir algo que é importante, estão a participar em algo que é importante, tomar decisões, não é, delas dependerá muita coisa.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: A escola é uma mini sociedade, com regras com pessoas que lhes são hierarquicamente

superiores, eles terão um dia patrões, terão um dia chefes, digamos que é uma mini sociedade a escola, acho que respondi.

Entrevista ao professor 3 membro do Conselho Pedagógico da escola C

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 14/02/2005 às 12h, na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico , o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: É através da sua representação em diversos órgãos.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Tipo de participação, o que é que quer dizer com isso... (risos) , o tipo de medidas que eles querem ver implementadas, eu não estou a ver, os alunos

conversam uns com os outros e fazem dos seus representantes o porta voz da opinião de alguns grupos, claro que nunca me lembro de ver nesta escola uma reunião geral de alunos para haver uma opinião mais alargada e nesse sentido ser levada aos mais diversos órgãos, ao conselho pedagógico, nomeadamente, isso nunca vi.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Formais é através dos órgãos onde estão presentes como representantes dos colegas, informais, informais, penso que será, estarem atentos às opiniões dos colegas e a associação de estudantes, nem sei se este ano está formada ou não, penso que esta a forma.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: Então na eleição dos seus representantes, é isso essencialmente, a escola não os tem como muito envolvidos, eles querem ser representantes mas depois na prática é difícil faze-los participar.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: As vantagens é , penso que educá-los a viver numa democracia, e qual é a outra, ah, os limites, os limites são precisamente entenderem que na democracia têm que se sujeitar aos direitos dos outros, não abusarem, não vale tudo, vale só aquilo que não prejudica o outro, o respeito pelo outro.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Deve incentivá-los, deve mostrar-lhes que a participação é importante, que não podem exigir se não derem algo seu, portanto a participação nos órgãos representativos da escola é uma forma de os fazer sentir que a escola é deles.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Penso que se eles forem educados a se respeitarem, a respeitarem-se uns aos outros vai fazer deles cidadãos íntegros, responsáveis, pouco egoístas, é realmente isto.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: É importante, mas também não se pode, tem que se ser firme, porque se o aluno não vê que há diferentes patamares ele depois não vai ser um cidadão íntegro, portanto acho que é nesse sentido que devemos caminhar.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: É precisamente incentivar à participação, desenvolvendo um sentido de cidadania e não alimentar egoísmo, a concha em que hoje temos tendência a nos meter-mos, porque é mais cómodo, não é, é mais fácil.

Entrevista Presidente do Conselho Executivo e do Conselho Pedagógico na escola C

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 02/02/2005 às 14.30h. na sala do Conselho Pedagógico

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Apesar de estar consignado na lei o direito à participação dos alunos, em termos genéricos mostram-se bastante desinteressados. Os alunos têm lugar na participação, representação, quer no conselho pedagógico quer na assembleia de escola, e de facto este ano não conseguimos lista nenhuma para a assembleia de escola, para o conselho pedagógico, surgiu uma, em que um aluno falta habitualmente, portanto há pouca participação dos alunos, o que é péssimo, não é, na minha opinião, quando lhes foi aberta a possibilidade de, e muito justamente de participar, não há.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Não temos tido muita oportunidade de aquilatar, digamos da qualidade da participação dos alunos, pelas razões que eu disse na resposta anterior. De qualquer modo, quando participam, de facto dão-nos uma visão diferente de um modo de estar na escola que é compreensível e saudável, obviamente que os alunos necessariamente não têm nem devem ter o mesmo modo de estar que os outros órgãos de gestão, as outras estruturas, os outros funcionários, etc. É de facto muito enriquecedor quando eles participam, porque nos dão perspectivas e lembram-nos de assuntos, dão-nos algumas vezes até soluções, ou pelo menos sugestões para resolver esses assuntos que nunca nos tínhamos lembrado.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: A escola tem quatro órgãos de gestão que estão definidos pelo decreto 115-A/98, em dois deles, de facto os alunos têm assento, que é a assembleia de escola e o conselho pedagógico, onde aí poderão opinar e transmitir o parecer, enfim de quem estão a representar, isto de um modo formal. De um modo informal, não temos necessariamente uma caixa de sugestões, muitos alunos vêm aqui e dizem-nos isto, aquilo, porque é que isto não funciona, porque é que aquilo não foi feito, outras vezes dizem aos directores de turma e estes transmitem-nos a nós. Curiosamente a participação informal é bem maior que a participação formal, não sei se por os alunos ficarem mais intimidados por aquilo que eles consideram, não direi os cérebros, mas algo a que eles não estarão ambientados, quer na assembleia de escola, quer no conselho pedagógico.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: A participação dos alunos verifica-se, por exemplo quando há projectos concretos, ou projectos de uma disciplina ou de um conjunto de disciplinas, ou de um departamento, em que de facto os alunos se esforçam, enfim, fazem tudo para que esse projecto se possa concretizar, ir avante, etc, etc. Em termos de gestão propriamente, há as achegas dos alunos quando vão, como disse, muito esporadicamente, em termos formais, mas de facto os alunos envolvem-se muito mais em projectos específicos, da área curricular ou extra curricular, envolvem-se muito mais nesse campo, num conjunto restrito, não em termos de grandes estruturas ou de estruturas da escola, envolvem-se muito menos, muito menos, portanto envolvem-se quando há projectos, projectos, participam, são capazes, se é preciso dinheiro, por exemplo, que é sempre, se quotizarem no sentido de trazerem bens alimentares de casa, recordo-me de aqui há anos , fizemos uma visita de estudo a Génève e a viagem foi três ou quatro dias, aliás teve que se ir de avião, ficava caro, e os alunos quotizaram-se e fizeram uma banca a vender produtos para os professores e actualmente também isso acontece, continua a acontecer, embora os projectos sejam menos ambiciosos em termos monetários, eles continuam a envolver-se muitíssimo mais do que com as estruturas legais existentes.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: Na minha opinião as vantagens são imensas, como disse há pouco, têm outras perspectivas, não só pela faixa etária a que pertencem mas também por terem ideias e sugestões, que de facto não ocorrem a outras pessoas, portanto acho

importantíssima a colaboração dos alunos na vida da escola, porque aliás, não existia escola se não existissem alunos, e portanto eles têm uma palavra importantíssima a dizer, têm sugestões a fazer, têm projectos que podem idealizar e apresentar, portanto acho que é importantíssimo a participação dos alunos na vida da escola. Temos um clube de artes, aliás temos por aí painéis pintados pelos alunos, que demonstra isto que estou a dizer. Os limites são, obviamente temos uma estrutura hierárquica, e os alunos também estão aqui para lhes ser transmitido alguma estrutura, alguma forma de estar na vida, embora isso seja discutível, não é, a forma de estar na vida, se está correcto ou não está, mas face aos cânones vigentes é importante transmitimos-lhes valores e esses valores são discutíveis absolutamente e cada um terá os seus, portanto os limites serão esses, os alunos de facto não devem ultrapassar esses limites, pelo menos na minha opinião, na minha opinião, de forma violenta, digamos, poderão sempre dizer quais são as suas perspectivas, o que é que pensam disto e daquilo.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Penso que essa questão é muito complicada, porque a escola não está dissociada da sociedade em geral e a escola é o local onde os alunos passam uma parte do tempo, portanto a escola faz parte da sociedade como eu disse, os alunos estão aqui vão para casa, portanto não podemos ver a escola como um depósito da sociedade, os alunos passam tempo com os pais, encarregados de educação, as pessoas com quem vivem, etc, etc, não se pode pensar que vêm aqui, na escola não se faz lavagem ao cérebro, na escola, enfim convive-se, tenta-se transmitir valores, como disse à pouco, serão bons, maus, são valores, mas de facto a participação na escola é uma participação, é mais uma co-participação, é uma participação que a sociedade também dá, é mais uma, mais uma, pronto, portanto, não podemos e aqui repetindo, fazer aqui uma lavagem de cérebro aos alunos, não pode ser, isso não tem sentido nenhum,

nem tinha eficácia nenhuma, depois vão para casa e cada um, uns são da média burguesia, média alta, outros são da classe operária, e em casa têm ambientes diferentes, portanto com características nas famílias, diferentes e nesse sentido cada família lhes transmite a sua forma de estar, portanto embora passem muitas horas na escola com professores, com colegas, com funcionários, não há nenhuma lavagem ao cérebro, portanto não pode ser feita, aquilo que trazem de casa e aquilo que nos seus lares têm, obviamente que é trazido para aqui e não é aqui que isso tem que ser tudo alterado e modificado, nem eu como presidente do conselho executivo desta escola, nem tal pretendo, e face a isto não é fácil a escola fazer alguma coisa para fomentar a participação dos alunos.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Portanto, como disse penso que de facto a escola tem obrigação digamos de transmitir valores de igualdade, de igualdade, claro que sim, deve fazê-lo, agora tudo o resto que está por trás, como disse, a escola pode tentar fazer isso da melhor maneira que sabe, pelo menos, agora de facto de modo algum não descarreguem unicamente na escola essa função, não pode ser, de facto penso que todas as escolas o fazem, é importante, claro, os alunos passam muito tempo na escola, mas depois há todo o resto da sociedade e sabe perfeitamente que, apesar de tudo acho que os portugueses até não são tão racistas quanto isso, apesar de tudo, apesar de tudo, pronto, mas portanto se for a um local, por exemplo um café, houve coisas espantosas, como é que é possível este indivíduo estar a dizer isto, portanto, resumindo, acho que é importante não descarregar só na escola a formação cívica, ela começa por casa e depois tem a ver com os *mass media*,

passa por isto tudo e a escola não consegue ser uma ilha, um oásis no meio da sociedade, é impossível, é impossível, na minha opinião.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Tem importância porque nos dão outra visão, que é diferente, não só pela faixa etária a que pertencem, mas também pelas vivências que têm que são diferentes da faixa etária da maioria, da totalidade de professores, funcionários, órgãos de gestão da escola, não é, por tudo isso tem importância porque nos dão uma visão, outras perspectivas que pela nossa inércia etária, se lhe quiser chamar assim, não temos, não temos, daí ser importantíssimo, de facto tenho pena que os alunos não participem mais nos órgãos institucionais, digamos, as experiências que temos da participação dos alunos nesses órgãos, quer este ano, quer em anos anteriores, o ano passado ainda foi pior, que nem havia alunos, nem no conselho pedagógico, nem na assembleia de escola, é importantíssimo de facto para nos darem essa outra visão, também não sei se os alunos não pensam que não vale a pena irmos para lá, são tudo “*cotas*”, bem, mas isso também não sei, não sei porque eles também não nos dizem, torno a repetir os alunos são a razão de ser da escola, a escola não existe porque existem professores, os professores é que existem porque há alunos, portanto é importantíssimo a opinião deles, não quer dizer obviamente que estejam certos, certos, nesta óptica, nestes valores, são sempre discutíveis os valores, é importantíssimo.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: É claro que está tudo inter-relacionado, obviamente, os alunos participando na vida da escola estão a formar-se também como cidadãos

responsáveis, intervenientes, com a sua opinião e recolhendo também o feed-back da opinião que deram, portanto acho que é importante.

**Anexo VIII - Protocolo das Entrevistas aos professores da
Escola Q**

Entrevista professor 1 membro do Conselho Pedagógico da escola Q

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 23/02/2005 às 10h na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Geralmente os alunos desinteressam-se muito desta participação, do poder que a lei lhes dá de poderem participar, é muito difícil motivar os miúdos para participarem nos cargos, nós fazemos assim umas reuniões em que nem vêm todos os que são convocados fazemos, e depois é preciso estar ali, mas isto é poucas vezes, mas isto não dá grande trabalho, eles geralmente não sentem para que é que aquilo lhes serve e depois, mesmo quando se acaba por eleger alguém, convocam-se para as reuniões e depois não aparecem, é tempo perdido no fundo, algumas reuniões são longas, nomeadamente as do conselho pedagógico e eles

chegam ao fim e acham que aquilo não teve muito a ver com eles, às vezes de facto não tem, são tratadas coisas que eles não percebem sequer do que é que se está a falar e às vezes também não se lhes dá muito espaço para dizerem de sua justiça e dizerem o que gostariam que se tratasse no conselho pedagógico, portanto é esta a apreciação que tenho.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Além das possibilidades legais eu penso que em termos de legislação aquilo que existe dá-lhes algum poder de participação, penso que se calhar até é suficiente, eles têm direito a estar presente no conselho pedagógico, têm um lugar na assembleia de escola, têm lugar nas reuniões do conselho executivo, têm a associação de estudantes se a quiserem ter e muitas vezes aquilo que nós notamos é que eles não preenchem esses espaços, até porque nós aqui estivemos anos sem associação de estudantes e é difícilimo constituir uma associação de estudantes, pelo menos aqui no nosso cantinho desinteressam-se muito por isso, penso que o que está previsto legalmente é suficiente, mas eles não agarram nesta oportunidade, não os vejo a agarrar noutras formas embora pudessem fazê-lo, eu penso que tudo o essencial está previsto, eles também podem decidir através dos seus representantes a nível de turma, podem pedir assembleias de turma para discutir os seus assuntos e não é normal terem esse tipo de iniciativa, gostam de fazer as suas festas, quando é para fazerem as suas festas eles vêm.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Eles participam ao nível de vários órgãos, em todos os órgãos principais eles podem participar e informalmente também, sempre que haja

iniciativas de alunos daquilo que eu conheço dos meus colegas sempre estivemos abertos a essas iniciativas, é evidente, portanto eu penso que isso, há facilidade de eles o fazerem se quiserem, a escola nunca limitou essas iniciativas.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: Em termos práticos estou a lembrar-me de coisas que eles propuseram ao nível da sala de convívio, as máquinas com aquelas coisas para eles comerem e beberem, aquela mesa de matraquilhos, foram portanto iniciativas que eles propuseram e que se deu resposta positiva, lá vão fazendo aquelas iniciativas de festas de fim de ano, portanto assim mais concretamente, ainda agora recentemente quando foi da última reunião da assembleia, o representante dos alunos da noite sugeriu algumas questões em relação ao funcionamento do bar, da reprografia, etc e portanto os meus colegas do executivo estão a tentar por em pratica, na medida do possível e na medida das limitações do nosso pessoal, sempre que eles de facto tomam em mão qualquer proposta, há pelo menos a abertura para dar resposta, assim em casos concretos nunca tivemos também assim nenhum movimento de fundo para pedir uma determinada coisa que acontecesse.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: Vantagens, eu penso que é positivo, uma escola é uma comunidade de todos e eles são a razão de nós cá estarmos também, não e, portanto penso que é vantajoso que eles dêem as suas opiniões, que façam as suas propostas, as suas críticas ao funcionamento das coisas, acho que é de facto positivo, os limites é que

de facto penso às vezes que aquilo que existe se calhar não é o mais adequado às necessidades deles de facto, eu penso no conselho pedagógico, até porque já tive a experiência em minha casa, a minha filha já foi representante dos alunos no conselho pedagógico, ela chegava a casa e dizia-me, para que é que eu estou naquilo, só tratam de coisas que não me interessam nada, quatro horas a ouvi-los falar do sol e da chuva, eu nem disse nada, e acabou por deixar de ir e eu sinto que aquele tipo de estrutura não é de facto o mais adequado, penso que se calhar se poderia criar um outro tipo de estrutura.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Como disse anteriormente, penso que se calhar se poderia criar um outro tipo de estrutura ou um órgão, digamos assim, não é também a assembleia, que reúne uma vez por trimestre e onde eles não se sentem de facto motivados, portanto, um outro tipo de coisa que não estou a ver também, também nunca me dei ao trabalho de pensar assim muito nisso, um outro tipo de estrutura, um fórum ou uma coisa assim em que eles discutissem e tivessem iniciativas, nós por acaso na nossa escola temos uma vantagem, que se calhar muitas não terão, mas não sei, nós temos aqui um grupo de professores de moral que tem um grupo de alunos muito empenhado, muito motivado pelos próprios professores, que tem muitas iniciativas e que discute muito as coisas na escola, os próprios acontecimentos à margem, digamos assim, e que portanto participa bastante, eu penso que talvez a partir daí no nosso caso específico, se possa retirar alguma participação, digamos assim, que tivesse a ver com a instituição, porque ao nível do que está, quer dizer a forma como as escolas neste momento estão organizadas, penso que dizem pouco à participação dos alunos e eles não se sentem motivados, pelo menos é o que nós sentimos aqui.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Ah isso penso que é fundamental, eu penso que apesar do que muito se fala sobre a ausência de valores, etc, eu penso que a escola continua na sua maioria a tentar desempenhar esse papel, embora seja cada vez mais difícil penso eu, porque o tipo de população que nos vai chegando, às vezes é um amassa difícil de trabalhar a esse nível, é fundamental, eu penso que é fundamental e acho que há pouco, neste momento, até na disciplina curricular, eu por exemplo dou uma disciplina que eu penso que é importante nesse aspecto, que é introdução ao desenvolvimento económico e social, em que a disciplina é assim tipo transversal, digamos assim, em que eu procuro motivá-los para as questões actuais, não me coíbe falar de eleições, é claro não condicionando nunca, ou procurando não condicionar, porque às vezes é difícil, mas de facto dar-lhes abertura para eles perceberem as coisas, eu acho que isso é muito importante e como às vezes não podemos esperar que seja cada professor ou cada disciplina a tomar essa iniciativa, porque às vezes as pessoas também sentem um bocado, como é que eu hei-de dizer, não é não motivadas, as pessoas às vezes têm motivação, mas têm é receio de enveredar por esse campo, e eu penso que devia haver uma disciplina que lhes desse esse espaço de intervenção cívica, que lhes explicasse quando é que são as eleições, o que é o voto, portanto já não estou só no campo dos valores agora, porque isso pronto, acho que a nossa forma de estar, vai por aí, agora em termos de cidadania mesmo, no conceito de cidadania, penso que isso passa, é uma grande falha neste momento no nosso sistema de ensino a esse nível, uma disciplina autónoma dada por um professor de filosofia ou dos direitos ou o que fosse, ou seja que conseguisse transmitir essas noções básicas que penso que de facto fazem falta, é fundamental.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Importante é, até por uma questão de cidadania, como falamos atrás, é na escola que eles têm que começar a empenhar-se nessa parte do ser cidadão, o eles estarem nos órgãos e muitas vezes não saberem muito bem porque é que estão ali, isso é fundamental depois para a criação do seu espírito de cidadania, para poderem começar também depois a participar e saber que têm responsabilidade, é muito importante até na própria construção da personalidade deles.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: Pois penso que é de facto isso, é tomar nas suas próprias mãos a construção da própria sociedade, isso é levado a escola, não é quando já eles estão no emprego, portanto tem que ser na escola que têm que dar aqui as bases e serem motivados para essa mesma participação.

Entrevista ao professor 2 membro do Conselho Pedagógico da escola Q

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 02/03/2005 às 21h 45m., na sala de aula.

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Na prática eu acho que há um défice de participação muito grande e isso vai condicionar aquilo que são alguns dos objectivos dos próprios alunos e da própria escola, há aqui um condicionamento grave por falta de participação, que é do meu ponto de vista, geral à sociedade, portanto, a sociedade portuguesa tem um défice de participação e na escola isso faz-se sentir.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Eu penso que a participação nos pedagógicos é um elemento importante, mas penso que a actuação das associações de estudantes deveria ser mais virada para os reais problemas da escola, muitas vezes acaba por ser uma forma de tratar problemas lúdicos que são importantes, mas esquecem-se por vezes da componente pedagógica e isso às vezes poderia ser um motivo para os próprios professores trabalharem sempre em conjunto e em prol daquilo que é o objectivo da escola, que é a formação dos alunos, deveria haver uma maior participação, sem dúvida, dos alunos, através dos vários órgãos, através da associação de estudantes, no pedagógico e noutros, noutras áreas em que fossem eventualmente chamados, muitas vezes estão à espera de serem empurrados para uma determinada situação e não há o tomar a iniciativa para essa participação, e isso, enfim, condiciona muito a actividade.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Os formais que há são aqueles que dão possibilidade de formar a associação de estudantes, de participar nos conselhos pedagógicos, de estar na assembleia de escola, portanto estes são os formais, há depois os informais, que é ir falando com as pessoas, porque a escola, embora seja um complexo, uma organização complexa, acaba por ser muito facilitada pelos contactos humanos facilitados e informalmente poderia haver alguma influência pelo falar com o professor “a” ou o professor “b”, o funcionário “x” e isso é pouco feito, do meu ponto de vista parece-me pouco feito.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: Estou-me a lembrar por exemplo, há dois anos talvez, o não fechar o refeitório à noite, foi uma posição que teve, enfim, algum impacto, levou a que não se fechasse o refeitório, por pressão dos alunos, isto é uma situação muito concreta, em que mexia muito, embora não fosse um número muito alargado de alunos, mexia com eles, depois há uma série de relacionamentos entre as pessoas que é possível limar se houver alguma participação e algum contacto com os alunos, portanto, quanto mais fortes forem os contactos entre alunos e professores e também funcionários, mais facilitadas estarão todas as acções que se passam na escola, todos os processos que se passam na escola, portanto seria uma forma que os alunos teriam para levar um pouco a sua água ao seu moinho.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: Tenho sempre muita dificuldade em limitar a participação, não sou das pessoas que acha que a liberdade tem limites, portanto, eu acho que os limites estão naquilo que é a nossa forma de actuar, enfim, o respeito que devemos ter pelos outros e pelas organizações, portanto não pode haver um limite definido, acho que quanto maior for a participação e o diálogo mais profícua é a actividade na escola, portanto em relação ao limite não vejo que haja, as vantagens, é evidente que quanto mais profícua é a actividade, mais vantajosa é para os alunos, é seguramente, mais vantajosa também para os professores e funcionários, portanto é mais vantajosa para a instituição e para o país em termos genéricos.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Bem, pode fomentar quando não há uma manifestação intrínseca de participação pode haver algum fomento para essa participação, estou a lembrar-me, por exemplo, aqui à noite o ano passado ou há dois anos, houve da parte de professores o fomento a criação de uma, pode chamar-se assim, associação de estudantes do ensino nocturno, nunca tinha havido, não forçamos nada, mas mostramos as vantagens que deveria haver para os alunos ao criarem um corpo de alunos que pudessem dialogar de forma mais evidente com as instâncias da escola e eu penso que é um dos papéis que a escola pode ter é quando há o défice de participação fomentar a participação, isto às vezes fala-se muito que é bom haver a participação de todos, mas muitas vezes as próprias organizações não facilitam essa participação, eu penso que a escola deve estar aberta a essa participação porque só tem a ganhar com essa participação, porque quanto mais ligações tiverem as decisões, quanto mais participadas forem as decisões melhor aceites elas serão, portanto, penso que todos terão a ganhar com essa participação e sem limites, enfim, a não ser aquilo que o bom senso nos diz.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Isso é complicado, porque a escola tem um papel muito importante na formação do indivíduo, mas não pode ser vista como a responsável única pela formação do indivíduo, o indivíduo tem uma formação no grupo de pais, tem uma formação na família, tem uma formação também na escola, portanto a escola é um elo nessa formação, um elo importante, mas é apenas um elo, o que me parece é que a sociedade em geral empurra para a escola a responsabilidade quase exclusiva da formação do aluno, é um erro, porque não há mecanismos, não há meios de a escola poder ser a única, ou dos únicos motivos da formação do

indivíduo, agora que tem um papel importantíssimo tem, naquilo que transmite ao dizer, mas também por aquilo que transmite pelas acções, portanto temos que ser extremamente cuidadosos naquilo que fazemos, porque os exemplos que mostramos ao fazer serão seguramente ou se calhar tão importantes como aqueles que mostramos quando dizemos seja o que for, portanto há aqui estes dois papéis que são importantes e às vezes esquecemo-nos.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: É vital, nós na nossa vida, partilhar as coisas e a cumplicidade que se cria nessa partilha é fundamental para o nosso crescimento, portanto seguramente, também o será para os alunos, portanto é absolutamente fundamental a partilha das decisões, sabendo que cada elemento da escola, da organização ou da sociedade tem um papel a desempenhar e às vezes os papéis são diferentes, esta partilha não significa que os papéis sejam todos iguais, deve haver o máximo de partilha possível nas decisões até porque elas assim serão melhor aceites.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: É evidente que se eles aprenderem a participar na escola aprenderão provavelmente a participar na sociedade, portanto essa é uma forma de participação importantíssima, como lhe disse há um défice de formação muito grande na sociedade portuguesa, quantos de nós é que vamos às reuniões de junta ou de câmara, enfim, uma minoria, muito pequena, é evidente que o aprender a participar obriga a responsabilizar na decisão, portanto isto é uma forma de crescer máximo e uma forma cívica de estar, é o princípio da democracia, é o aprendermos a participar, o aprendermos a responsabilizar e o aprender a

respeitar, são três pilares importantes que definem a sociedade moderna, se quiser, e um pouco a urbanidade que se espera destas coisas.

Entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da escola Q

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 03/02/2005 às 11h 30m, na sala de aula.

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Bem, contam determinados aspectos que na prática não se verificam, não há participação dos alunos nesta escola.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Não há, nós por vezes, existe uma associação de estudantes, conversamos com os miúdos para sondar a opinião deles, mas não existe, embora

no conselho pedagógico sim, existe a participação efectiva de um aluno, na assembleia de escola nunca o vi , no conselho pedagógico às vezes vejo-o.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Formais é apenas a opinião, mas eu penso que é a opinião pessoal, porque também não estou a ver que o aluno que representa no conselho pedagógico os outros colegas, o que representa na assembleia de escola não o estou a ver a reunir com os colegas para saber qual é a opinião da generalidade, penso que o aluno leva a sua própria opinião em casos pontualíssimos e por vezes nem sabe muito bem o que é que está a dizer; participação informal, muitas vezes nós levamos em conta aquilo que informalmente os alunos nos vão transmitindo, dizendo, oh professora eu acho que não está bem não sei o quê e nós pensamos melhor e por vezes eles até têm razão e nós modificamos as coisas.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: Eu de momento não me lembro de nenhuma, mas daqui até ao fim se me lembrar digo-lhe, mas nenhuma, até porque existe alguma directividade da nossa parte e eles, decisões assim sem passar por nós não tomam e quando tomam é sempre asneira.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: Obviamente que vantagens teria muitas vantagens, porque nós estamos muito distanciados da idade deles e do percurso escolar, seria muito útil ter o feed-back do que é que os alunos pensam sobre situações, porque há situações perfeitamente adaptáveis à vontade e às necessidades deles e que nós por vezes não fazemos por afastamento, portanto existe uma grande vantagem na participação deles; limites, obviamente que tem, tem que ser os limites da gestão, não é, quem gere a escola são os professores, portanto tem que ser dentro desses limites, mas obviamente que há vantagens na participação deles.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Assembleias de turma, assembleias de delegados de turma, que ultimamente já se têm feito, e depois ouvir os representantes, ouvir a associação de estudantes, isso penso que temos feito sempre, nunca nos recusamos a ouvir o que eles desejam e aliás, agora estou-me a lembrar, relativamente ao bar, houve opiniões que os alunos deram, do modo de funcionamento do bar que nós tomamos em conta e modificamos, uma situação que me lembrei agora.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Eu penso e digo sempre isso na abertura do ano lectivo, que a escola tem uma missão bipartida, formar e instruir, portanto educar e instruir e eu penso que é uma missão muito importante, porque se faz em cada dia, aliás nós conselho executivo educamos mais do que instruímos, porque todos os miúdos que nos aparecem é no bom sentido da formação integral que nós actuamos, penso que

isso também acontece nas aulas de formação cívica e acontece de uma forma geral em todas as aulas, há sempre uma componente de educação.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Eu acho que a partilha de decisões é formativa, é uma forma de intervir que é formativa. Eu penso que tem bastante importância, neste momento já tem algum peso, porque, mesmo nas decisões em turma e eu penso que aí existe a participação dos alunos.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: Da mesma maneira, não é, a participação é sempre formativa porque nós partimos do princípio que a participação é sempre positiva, tem algo de positivo na formação de um percurso positivo, portanto eu penso que é sempre formativa, agora que não se verifica muitas vezes não se verifica, mas eu penso que cada vez que se verifica damos um passo em frente, há um contributo muito forte em termos de cidadania.

Entrevista ao Presidente do Conselho Pedagógico da escola Q

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 03/02/2005 às 13h 30 m. na sala do Conselho Pedagógico.

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Penso que têm uma participação muito fraca, por culpa se calhar de todas as partes, o que é facto é que cada vez que tentamos envolver os alunos na discussão de temas que consideramos sob o nosso ponto de vista, que são do interesse deles, a participação é sempre diminuta, os alunos têm sempre horários a cumprir e não é muito fácil.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: A nível de pedagógico é nas reuniões do conselho pedagógico, tirando isso, nas assembleias de delegados de turma que se fazem e não tenho noção que haja intervenção senão a nível de assembleias de turma via director de turma via turma mesmo, nem associação de estudantes ainda temos.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Os modos formais são exactamente pela participação no conselho pedagógico e na assembleia de escola também, ainda há bocado, não a referi, a assembleia de escola, mas as participações deles são sempre muito pontuais e quando solicitados, portanto por iniciativa dos alunos não existe, é sempre por solicitação, acaba por ser só em dois órgãos é que eles intervêm, o que significa que informalmente a participação é muito, muito fraca, pontualmente numa situação de interesse dos alunos aparece um ou outro, mas em termos colectivos, para que haja um representante dos alunos que, é muito fraco, o ano passado melhorou francamente com o aluno que estava no pedagógico, tentou dinamizar, portanto ele não estava sozinho, reunia a assembleia de delegados de turma, trabalhei isso com ele e realmente as coisas correram, para mim foi o ano em que correu melhor da parte dos alunos, porque ele foi extremamente interessado e ele quando vinha para o pedagógico já trazia muitas vezes a opinião dos colegas relativamente a alguns aspectos, mas o ano passado, este ano vou tentar dinamizar a mesma coisa, é muito fraca mesmo, a participação.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: Eles participam nos conselhos de turma nas reuniões intercalares, são convocados e participam, nos conselhos de turma para casos disciplinares, os alunos também participam, portanto são convocados, participam às vezes, porque muitas vezes faltam a essas reuniões, eles têm sempre uma intervenção dando o seu parecer, têm direito a voto tal como no pedagógico, portanto são aquelas em que eles têm a participação mais efectiva, são nas situações disciplinares, nos conselhos de turma intercalares porque não dar uma opinião e dizer o que é que a turma pensa, ouvem os colegas previamente, o director de turma normalmente prepara com o delegado de turma a intervenção dele nessa reunião, para ele ouvir os colegas, saber transmitir num conselho de turma o parecer da turma, para não ficar naquelas situações de choque, se for complicado isso normalmente é preparado, portanto são os momentos de intervenção deles são esses.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: Eu penso que as vantagens são sempre enormes, sobretudo numa escola com nível secundário, porque os alunos deveriam ter maturidade, de estarem de certo modo conscientes dos problemas que existem e poderem discutir abertamente e normalmente não estão, portanto a participação é sempre muito puxada, isto tem na minha opinião, que já estou nesta escola há muitos anos, vindo a decrescer de ano para ano, acho que os alunos cada vez se interessam menos por discutir esse tipo de questões, tal como eu penso que os alunos em geral se começam a desligar da política, é um paralelo que eu estou a tentar criar, penso que os alunos também acham que não vale a pena, as coisas são sempre decididas superiormente e que não adianta muito participar, eles não têm uma intervenção, agora que eu considero que era extremamente importante era e há questões que tem que ver com a política de ensino, tem que ver com a própria

gestão, tem que ver com horários, tem que ver com uma série de assuntos que os alunos normalmente não se interessam muito, mesmo quando estão presentes nestes órgãos, que queremos discutir estas questões, eles normalmente não se interessam muito por dar a sua opinião, muitas vezes dizem que não têm opinião sobre isso formada e também não procuram junto dos colegas discutir isso, eu penso que há um mundo de questões que lhes dizem muito respeito e que eles não têm iniciativa, somos normalmente nós que os solicitamos, agora vamos fazer a avaliação do projecto educativo de escola, vamos pedir a colaboração dos alunos e já sabemos que eles vão participar de uma forma muito diminuta, não lhes vai interessar muito fazer essa avaliação, que era extremamente importante para eles, mas há realmente situações que eu considero que era muito importante a participação deles, eles não estão motivados, acho que todos nós temos virtudes e defeitos, uma das coisas que eu penso que esta escola tem de extremamente positivo é uma abertura enorme relativamente aos alunos, isso existe e eu digo acho que é a coisa mais importante, de mais valor que eu encontro nesta escola, no corpo docente, a relação é muito próxima e boa, se houvesse coisas más também dizia que eram más, portanto não estou aqui a, porque eu nestas coisas posso não dizer o que penso mas nunca digo aquilo que não penso, essa é a minha avaliação e os miúdos gostam muito da escola, também por isso, os resultados estão longe de ser aquilo que desejávamos, mas isso é importante e há uma abertura muito grande e há muitas vezes o convite à discussão, eles acham que não vale a pena, não lhes diz muito respeito directamente, quando têm um bocadinho de consciência disso, é 12º ano e aí estão aflitos com exames, com matérias, com programas e aí falta-lhes um bocado de tempo para poderem intervir de outra forma na escola.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Vou-lhe dizer as tentativas que têm sido feitas, que no fim é o esforço que vamos fazendo, fazemo-lo através, e isto já se faz a alguns anos, pelo menos nestes últimos temos feito, de preparação dos alunos para o desempenho do cargo de delegado de turma, pensamos que o delegado e o subdelegado são peças fundamentais em tudo isto, portanto normalmente há acções de formação, aconteceu, ainda não há um mês, que foi feita para os delegados e subdelegados deste ano, portanto a primeira que ela vai ser continuada, primeiro consciencializá-los da importância da sua intervenção da forma como devem intervir, a serem no fim um pólo dinamizador, um elo de ligação ao corpo docente para analisarem dentro da turma quais são os problemas da turma e os discutirem entre eles, encontrarem propostas de alteração desses mesmos problemas depois fazerem no âmbito já de ano, portanto por ano, depois por ciclo, a nossa proposta tem avançado um bocado nesse sentido; temos trabalhado também na parte de educação cívica e a nossa escola tem um número muito considerável de alunos inscritos em moral, porque o professor trabalha muito atitudes, competências, não propriamente a parte da religião, portanto é muito aberto a todas as religiões, portanto isso faz com que aconteça uma coisa invulgar na nossa escola, temos alunos do 7º ao 12º a frequentarem a disciplina de moral, isso é invulgar também, realmente deve-se ao trabalho excepcional do professor, não há dúvida nenhuma, portanto a envolvência vem por aí, tentamos que realmente comece pelos delegados e depois consciencializá-los para nas assembleias de delegados de turmas que muitas vezes sou eu que os convoco, como lhe disse já consegui que o representante dos alunos o fizesse, preparava as reuniões comigo, eu não ia às reuniões, fui à primeira, e depois ele é que fazia as reuniões com os colegas, depois trazia os resultados, discutia-mos, o que é que íamos abordar na sessão seguinte, o ano passado para mim correu muitíssimo bem, está no 12º ano, está a fazer estágio, não tem tempo e este ano não podia ficar no pedagógico com grande pena minha.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Olhe para a nossa população escolar, particularmente aqui da nossa escola eu penso que tem um papel fundamental, porque os nossos alunos são provenientes na sua generalidade de meios sócio-cultural e económicos bastante baixos, são alguns de famílias mesmo estruturadas em que só existe ou o pai ou a mãe e muitos deles vivem com familiares, nós temos muitos alunos de origem africana, muitos mesmo, é uma escola que eu penso que os acolhe bem e que passa a palavra e que vêm alguns porque tiveram cá amigos, irmãos, portanto as coisas funcionam um bocado nessa base, e são famílias com problemas, alguns já são mesmo segunda geração de portugueses outros são primeira geração, outros estão a vir ainda recentemente dos seus países de origem, outros têm horários de trabalho muito complicados, portanto há muito pouco tempo disponível para apoiar os filhos, outros infelizmente o pouco tempo que têm é de mau exemplo, agressividade, violência, há uma série de aspectos, portanto nós temos uma população escolar a esse nível muito carente e que, penso que as únicas pessoas adultas com alguma formação são aquelas com quem convivem a nível de escola, depois como são miúdos que andam muito por conta própria, também os grupos de bairro com quem convivem não são aqueles que os podem ajudar mais, portanto eu acho que a escola tem para estes alunos um papel fundamental a esse nível, é o nosso primeiro papel aqui, aliás eu penso que em todas as escolas deveria ser, mas esta particularmente, digo-lhe uma coisa que não sei se passa com as outras escolas ou senão, vou-lhe dizer porque penso que é importante, nós na nossa avaliação apostamos muito no domínio sócio-afectivo, temos dois grandes parâmetros, o cognitivo e o sócio-afectivo, nós sobretudo no ensino básico, com tendência a ir alterando os valores, obviamente, apostamos muito no

sócio-afectivo para eles perceberem de que modo são valorizados os comportamentos e as atitudes, o cumprimento das regras, tudo isso para eles, para muitos, tudo isto faz confusão, miúdos com tantos anos de escola sem hábitos nenhuns, o nosso problema no início do ano é começar a dar as aulas

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Eu penso que é muito importante, até porque os alunos têm que perceber os porquês de que se tomam determinadas posições, muitas vezes quando o aluno não percebe porque é que se tomam determinadas decisões transforma-se em indisciplina, portanto é fundamental que se explique ao aluno que haja oportunidade de ele reflectir sobre as grandes decisões que se tomam, é fundamental que se dê essa troca de opiniões.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: É aqui que se fazem as aprendizagens aos diferentes níveis, portanto isto é uma sociedade em ponto pequenino, com as mesmas regras que temos lá fora, o respeito pelo outro, a necessidade de cumprir regras e o porquê de cumprir as regras, os direitos e os deveres de cada um, portanto tudo isto eu penso que se o aluno se consciencializar vai transportar para fora da escola e vai ser um cidadão mais exemplar ou menos exemplar conforme aquilo que praticou ou que pelo menos se conseguiu que fosse incutido, portanto temos aqui um estágio muito importante.

**Anexo IX - Protocolo das Entrevistas aos professores da
Escola N**

Entrevista ao professor 1 membro do Conselho Pedagógico na escola N

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 09/02/2005 às 14h. na sala de aula

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Eu penso, que de facto a participação dos alunos é muito secundarizada, nas escolas há os mecanismos legais que funcionam, a eleição dos alunos para o conselho pedagógico, há a participação deles na maioria das reuniões, nem sempre estão todos, mas aquilo que me parece é, que do ponto de vista da percepção que os alunos têm, do ponto de vista da percepção que a escola e os professores têm da participação dos alunos é que ela é relativamente irregular, por um lado é sentida pelos decisores do conselho executivo e pelos membros do conselho pedagógico, dos professores, é sentida como sendo significativa para o

funcionamento da escola, na medida em que há um contributo que só os alunos podem dar, tem a ver com uma experiência que é única, mas por outro lado há a sensação que a responsabilidade, o papel efectivo que os alunos têm é relativamente secundário, talvez por isso a sensação que eu tenha, os alunos de facto não têm uma relação de acompanhamento por parte dos colegas, quer com isto dizer o seguinte, quando há uma reunião do conselho pedagógico em que um ou mais alunos estão presentes, tudo indica não existirem mecanismos através dos quais os alunos dão conta aos colegas, dão apenas informalmente a alguns, os seus mais próximos, daquilo que se passou demais significativo, daquilo que é problemático, daquilo que foi a intervenção deles, os colegas ficam sem saber isso, para o conselho pedagógico fica de facto um registo, faz sentido, temos a acta, é um mecanismo que é desejável que se mantenha, mas não tem o relevo que se desejava que se tivesse, há 20 anos com certeza que a participação dos alunos era diferente, era mais convicta, mais empenhada e além disso tinha mais efeitos, havia uma maior ligação entre os alunos que tinham assento no conselho pedagógico e os restantes alunos.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Eu penso que há múltiplas formas de participação dos alunos, do ponto de vista formal é através da eleição para os órgãos existentes, eventualmente aí podia haver um reforço da participação estudantil, depois há mecanismos relativamente informais, que têm a ver com a cultura da própria escola, com a valorização que se dá por exemplo à associação de estudantes e a esse nível parece-me que o momento é de algum reforço da participação estudantil comparada com os anos mais recentes, em que havia alguma tendência para esvaziamento dessa função, mas parece-me de qualquer modo que a tendência hoje é para valorizar, mas de modo muito relativo.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Os modos formais são aqueles que a lei estabelece, do ponto de vista eleitoral e digamos esses implementados e funcionam relativamente, com eficácia, que não é muito grande mas funcionam, do ponto de vista informal, a cultura própria da nossa escola valoriza a participação, noutras escolas não será tanto assim, na nossa há uma preocupação grande com o ambiente escolar, o facto de os alunos terem a opinião deles e serem ouvidos e serem tidos em conta, seja através da associação de estudantes, seja através dos delegados, mas mesmo da relação de grupos de alunos que intervêm num ou outro domínio da escola, portanto a cultura da escola vai nesse sentido.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: A participação efectiva dos alunos verifica-se muito, particularmente nas disciplinas em que há aproveitamento problemático, os alunos fazem sugestões relativamente ao modo de recuperação, seja no que respeita à elaboração dos testes, à sua frequência, relativamente ao apoio que é preciso dar aos alunos nessas circunstâncias, através da sala de recursos, portanto principalmente em situações que de algum modo são críticas para os alunos, eles acabam por ter uma participação.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: Eu penso que as vantagens são ótimas pela partilha de decisões, pela responsabilidade que os alunos acabam por assumir, pelo facto de haver um enriquecimento da vivência comunitária dentro da escola, do ponto de vista dos limites penso que de qualquer modo a escola é feita para os alunos, basicamente para a sua formação, de qualquer modo eu penso que as decisões mais relevantes de uma escola serão sempre asseguradas professores, desejavelmente com participação, com colaboração dos alunos, mas se qualquer modo penso que há alguns limites que têm a ver com aspectos directamente de gestão, são decisões que envolvem a política das orientações dentro da escola.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Eu penso que isso faz parte da própria cultura de escola, no concreto parece que o importante seria valorizar os órgãos próprios dos alunos, a associação de estudantes e valorizar a participação ao delegado de turma, mas o delegado de turma terá um papel tanto mais efectivo quando também uma vivência da própria turma, com isto quero dizer, algo que me parece um pouco utópico, mas muito desejável, que seria a centração da actividade escolar na turma, acho que haveria toda a vantagem e do ponto de vista da participação seria relevante se ao longo do ano houvesse pelo menos duas reuniões com todos os professores e alunos da turma, não apenas o delegado de turma, no fundo seria a concentração do princípio de que a turma é a realidade básica da escola, não são grupos de professores, não são instituições, no caso da nossa escola isso já foi consagrado num regulamento interno que foi muito difícil de levar à prática, talvez pelo aspecto de falta de hábito, não sei precisar quando é que esse regulamento esteve em vigor, praticamente pouco tempo, suponhamos que entre 1984 e 1986, o regulamento fixava como realidade primária da escola a turma entendida como um conjunto de professores e alunos e não se traduziu nunca numa prática de algum plano, fazer uma reunião aberta com todas as pessoas que

não poderia ter carácter deliberativo, mas seria uma forma óptima de diálogo de procura de identificar problemas, de nos caracterizar, encontrar formas de superar questões e fundamentalmente o modo de partilhar experiências diversificadas que assim também se pode fazer, mas julgo que era muito mais rico, eu continuo a achar que o mais importante é o mais simples, o mais básico, isso seria a valorização da turma como a entidade básica ,a célula, o que de facto não é, não é.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Claro que a escola tem um papel fundamental na formação do aluno, não apenas do ponto de vista escolar, de aprendizagem, chamemos-lhe científica, a escola é também local de cidadania, um local em que os membros da comunidade se relacionam de determinada maneira e há também uma aprendizagem muito importante que é feita de modo implícito, de um modo informal, pela maneira como os professores se empenham naquilo que fazem, pela maneira como se relacionam com os alunos, pela maneira como, entre os alunos e outros membros, os funcionários, auxiliares e secretaria e com eles se relacionam com os professores, penso que há aqui uma aprendizagem extremamente importante que é transmitida através de palavras e de outras formas, mas principalmente dá uma experiência de relação, da maneira de estar, do modo de expressão.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Eu penso que mesmo quando os alunos estão em minoria nos órgãos de decisão é muito importante que eles possam participar nas decisões nem que seja usando uma palavra que pode ter muitos sentidos, homologando as decisões, eu penso que o aluno tem um papel importante no sentido de compreender aquilo que se faz, poder discutir, poder dialogar sobre as questões e de mesmo, eventualmente mesmo discordando nalguns aspectos, homologar no sentido de reconhecer faz sentido, fazem sentido as decisões, sejam elas decisões que envolvem o corpo da escola sejam elas relativamente aos alunos, a avaliação, tudo isto iria por sua vez responsabilizar o aluno por tudo o que se passa na escola e isso traduziria-se num enriquecimento para ele e também numa maior participação e vivência comunitária da própria escola.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: Eu penso que essa participação é por si mesma um acto de cidadania e é um acto que tem também uma dimensão de futuro, na medida em que constitui uma experiência, uma aprendizagem na medida em que o aluno pode aprender o modo de circulação da comunicação, de partilhar decisões e de se predispor, estar sensível não a um ponto de vista particular, mas a uma pluralidade, a um jogo de pontos de vista que estão sempre presentes na vida comunitária seja ela ao nível da escola seja de qualquer outro tipo de instituições.

Entrevista ao professor 2 membro do Conselho Pedagógico da escola N

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 09/02/2005 às 16h, na sala de aula.

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Penso que é uma participação muito débil, porque os alunos são sempre convocados para o conselho pedagógico e nem sempre participam, demitem-se dessa sua possibilidade tendo havendo eleições com essa finalidade, portanto se não participam é porque não querem participar, porque são convocados, a sua assinatura aparece como convocados e não aparecem nas reuniões, pelo menos no conselho pedagógico, que é o órgão da escola onde eu participo e sobre esse assunto, acho que os alunos deveriam e poderiam estar mais

presentes, fazer ouvir a sua voz, levar a pedagógico algumas das preocupações dos alunos, inclusivamente, porque têm uma sensibilidade diferente, que os professores não têm, aos problemas e às dificuldades que se colocam aos alunos, mas também penso que isso faz parte de um quadro em que não há uma tradição portuguesa de participação cívica e de preparação, em que inclusivamente devem-se cruzar problemas de exposição pública e de ser capaz de perante um órgão colegial ter posição e apresentar os seus pontos de vista, sou muito crítica em relação a essa situação e acho que é uma pena os alunos não aproveitarem.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Como a participação é escassa é muito difícil identificar situações em que os alunos participam, é uma pena os alunos não aproveitarem todas as saídas que o quadro legal lhes proporciona, se não aproveitam é porque, de facto não querem, não podem, não há imã tradição, o que é estranho, porque para outras actividades são bastante empenhados, mas não são empenhados neste tipo, penso que se demitem um pouco, passam para os professores e para os mais velhos funções que em princípio até lhes dizem respeito, portanto é difícil responder a essa pergunta com precisão.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Depende do que é que se entende por gestão, também começa por aí, porque aqui os alunos têm uma abertura muito grande para poderem conversar com todos os professores e todos os órgãos, nomeadamente com o conselho executivo, penso que não fazem de maneira organizada, mas fazem-no muitas vezes com questões pontuais, a questão aqui de serem organizados e de terem uma intervenção mais disciplinada, mais contínua, mais serena ao longo de todo o

percurso em que eles estão na escola, isso de facto eu penso que não existe, mas eu penso que de qualquer maneira os alunos gostam muito de estar aqui na escola, porque é uma escola que procura ouvi-los sempre em todas as circunstâncias, procura manter um carácter humanista das relações interpessoais, entre professores e alunos, esse quadro legal que é muito próprio de países do norte da Europa, isso de facto aqui na nossa escola, isso não acontece, penso que correspondemos mais aquele modelo do sul da Europa, mais informal, mais espontâneo, mais quando é preciso intervêm-se e não de um modelo organizado, em termos legais existe uma participação mais formal, mas não é o que mais se verifica aqui.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: Olhe por acaso os alunos participam numa coisa que até à primeira vista pode não parecer importante, mas que para mim é fundamental, a escola não tem toques como já deve ter reparado, a escola funciona por música, quando começa a música começa o intervalo, quando acaba a música acaba o intervalo, a decisão da música e do ambiente da escola e eu penso que isso proporciona muitíssimo bom ambiente à escola, é a minha opinião pessoal, é da responsabilidade dos alunos, portanto são os alunos que escolhem a música que passa nos intervalos, os alunos sabem, isto é uma escola secundária, que há um mínimo de qualidade, mas os alunos procuram e zelam por isso, portanto os alunos participam nessa criação desse bom ambiente, através da música por exemplo, são alunos na generalidade, que se responsabilizam por muitas actividades que dão uma visibilidade à escola, ou seja por exemplo, num grupo de teatro ou em actividades extra-curriculares, se os alunos nesta escola organizam festas em que se responsabilizam por toda a logística da mesma, é evidente, supervisionados por alguém, conselho executivo, mas portanto os alunos fazem isso e isso é incentivado na medida dos alunos intervirem, crescerem,

responsabilizarem-se, autonomizarem-se, portanto cidadãos cada vez mais responsáveis, mais conscientes dos seus deveres perante os outros, os alunos nesta escola também têm uma participação decisiva em termos das *nemesianas*, que é uma semana que nós proporcionamos em que os alunos são chamados a participar, participam activamente, inclusivamente em áreas que não são as deles, continuo a dizer-lhe se a participação dos alunos se peca nesta escola, por questões legais e formais, por questões menos formais é mais participativa, em termos informais os alunos desta escola são extremamente participativos.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: Tem imensas vantagens a participação dos alunos na vida da escola, porque é um trabalho cooperativo entre ambas as partes, entre professores e alunos e inclusivamente funcionários, na medida em que procuramos que se crie um ambiente saudável, um ambiente de crescimento humano em que os alunos se sintam encaminhados, mas não paternalistamente, porque o professor não tem essa função, mas tentamos com esta participação que os alunos sejam responsáveis, hoje participam aqui na escola e noutra dia poderão participar noutras actividades, ser mais exigentes, criar uma outra qualidade do cidadão, os limites que eu vejo nisto é de facto, isto passar-se tudo à margem de um quadro legal, dos canais digamos, que lhes são proporcionados, mas também em relação a isso posso-lhe dizer que talvez a não participação deles no conselho pedagógico tenha a ver com o facto de o conselho pedagógico se realizar à tarde, quando já não há aulas na escola, por exemplo, e que os alunos têm que estar e têm testes, os alunos precisam de estudar, quer se queira quer não, as médias vão contando para o futuro profissional e académico deles e portanto talvez isso seja um dos motivos que impeça a sua participação plena nas actividades da escola, de qualquer modo

os alunos têm possibilidade de se fazerem ouvir, há uma associação de estudantes também, que é ouvida, que tem propostas, tem programa, tem actividades culturais e que é acarinhada também pelos órgãos de gestão da escola para poderem fazer o trabalho que muito bem entendam.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Eu neste momento até acho que a escola não pode fazer mais do que aquilo que faz, eles são convocados, os alunos são chamados, a escola não pode impor-se a determinados condicionalismos, agora que a minha escola dá uma voz muito activa aos alunos isso pode ter a certeza que lhes dá, com regras como é evidente.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Eu acho que a escola acaba por ter sempre um papel na formação do aluno como cidadão, como já disse anteriormente, a escola ao incentivar os alunos a intervirem acaba por desenvolver neles valores como a responsabilidade, a autonomia, o que são os seus deveres e os seus direitos, a partilha com os outros, todas estas coisas contribuem para o bom desempenho da cidadania.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Os alunos estão na escola é para estudar e para aprender, essa questão da partilha das decisões, eu sou muito céptica em relação a essa questão, mas que decisões, que decisões, os professores têm um programa para cumprir, os alunos até vão ser sujeitos a um exame nacional de 12º ano, de fim de ciclo, em que têm que ter esse conhecimentos, esse currículo nem é um currículo escolar local, é um currículo nacional, portanto partilha de decisões que partilha de decisões, eu sou professora, eu em princípio sei mais do que eles, eu estabeleço as regras do jogo, podemos chegar a consensos mas são consensos menores, porque na minha perspectiva o professor ainda é o professor, portanto eu estabeleço as regras, eu estabeleço os limites, posso estabelecer com eles consensos que podem ser por exemplo data de testes, entrega de trabalhos que não podem ser aqui, mas que podem ser ali, tudo bem, isso não há problema, mas se eu quero que eles façam um trabalho eles fazem o trabalho, sobre esse assunto, se o trabalho existe ele existe, isto não tem discussão, eu ainda sou o professor e ainda tenho ali um determinado poder e portanto eu sobre essas questões da partilha das decisões, o que é isso da partilha das decisões, qual é a função da escola então, é partilhar decisões com os alunos, a escola é um local de diálogo, tudo bem, mas a escola é fundamentalmente um lugar onde se vem aprender, por isso é que eles vêm para a escola se não estariam em casa.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: Ah imenso, isso acho que seria fundamental porque era uma maneira de desde muito novos começarem a intervir e portanto terem opinião formada, fundamentada sobre determinadas questões o que significava que os alunos teriam que fazer um trabalho prévio sobre as questões que estão a ser debatidas, isso sim de facto seria fundamental, no meu ponto de vista a escola poderia contribuir para essa função.

Entrevista ao professor 3 membro do Conselho Pedagógico da escola N

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 09/02/2005 às 18h, na sala de aula.

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Eu acho que é importante os alunos participarem na gestão da escola, primeira coisa, dá-me a sensação é que se calhar, pronto relativamente ao exemplo que eu tenho aqui, acho que eles não são muito organizados, nem só pela idade que têm, nomeadamente, nunca pode ser no início do ano, mas durante o princípio do ano são eleitos alunos para representação no pedagógico e o que é que eu acho, acho que eles de um modo geral não comparecem às reuniões, isto é a minha opinião, acho que estão a desperdiçar uma oportunidade de saberem o que é que

se passa, representarem os colegas e darem opiniões que têm que ser tidas em consideração, aquilo que eu acho é que eles não estão ou devidamente mobilizados ou motivados ou ainda não perceberam bem a importância, no fundo do papel deles, normalmente aquilo que eu verifico é que eles aparecem, supondo, num determinado ano há um problema ou qualquer coisa e então se o problema afectar mais que uma turma lá aparece um desse ano, porque raramente eu vejo os três representantes, uma vez que temos representantes do 10º, 11º e 12º anos, raramente vejo os três representantes nas reuniões e normalmente não vejo nenhum, estou-lhe a dizer isso, porque eu aqui nesta escola é o meu terceiro consecutivo, que vou ao pedagógico e vejo-os lá muito pouco e acho que é um grande desperdício; eu também acho que a associação de estudantes é muito importante, não só para mobilizar os alunos em termos de coisas que podem ter carácter pedagógico ou não, mas eu se calhar encaro isto mais num ponto de vista mais sócio, ligação à comunidade escolar, eventualmente até um pouco, ligação extra, podem motivá-los para coisas que têm a ver com a saúde, a segurança, e fazer essas propostas à comissão executiva ou ao pedagógico, se calhar era bom haver umas acções sobre sida ou qualquer coisa assim, a escola está sempre muito aberta, normalmente essas actividades partem sempre dos professores e eles parece que não têm ou necessidades ou curiosidades ou problemas que queiram por à comunidade escolar, já houve algumas associações de estudantes mais dinâmicas, mas ultimamente também os acho muito amorfos, pronto preocupam-se em organizar umas festas, o que eu acho óptimo, mas acho que há outras coisas que devem ser importantes para a vida deles, acho eu.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: São estes dois que falei anteriormente mais, pronto a associação de estudantes não será uma actividade directa, mas se calhar era uma maneira de eles fazerem chegar problemas que existissem e penso que se calhar a associação de

estudantes não tem assumido o seu papel, também é receber, pode não ser problemas, pode ser sugestões, propostas de coisas para organizar, actividades, penso que tem falhado aqui um pouco, não sei.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Pronto, os formais tem a ver com a representação no pedagógico, isto implica algum dispêndio de tempo, muitas vezes o que eu vejo é que os alunos que estão no pedagógico falam muito em nome pessoal, eles não estão ali em nome pessoal, eles estão a representar um grupo de alunos, penso que lhes caberia informalmente fazer reuniões, passar palavra, antes de cada pedagógico, eles têm um quadro de comunicação, há alguma coisa que queiram falar, acho-os muito egocêntricos.

Entrevistador: Identifique situações/decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: É assim, identificar concretamente se calhar não me lembro, mas normalmente quando há problemas que são levados a pedagógico, eles estão lá a opinião deles é sempre ouvida, é claro que depois as decisões são por maioria e eles se estiverem lá têm só três votos, mas de qualquer das maneiras as decisões são por maioria, as opiniões ficam registadas em acta e a comissão executiva depois delibera de acordo ou não com a decisão do pedagógico, porque a decisão do pedagógico não é vinculativa, mas portanto assim especificamente não sei, mas eu acho que eles costumam dar sempre, estou-me a lembrar, problemas em relação à segurança, que já foi falado na segurança fora da escola e se calhar eles são os primeiros a sentir, embora as coisas depois nos cheguem por outras vias, normalmente problemas em relação à segurança são problemas que são levantados, assim situações específicas não me estou a lembrar.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: Eu acho que é muito vantajoso os alunos estarem representados, faz parte do conceito democrático de gestão, são pontos de vista diferentes, a escola não são só os professores, acho muito bem que estejam representados todos os que estão envolvidos na comunidade escolar e até outros membros como funcionários, encarregados de educação etc, acho fundamental e é uma vantagem muito grande, exactamente porque é outro ponto de vista, são outros problemas; inconvenientes, penso que haja inconvenientes, eu às vezes até diria que há mais vantagens do que inconvenientes, estou na pensar, por exemplo, os professores às vezes quando não estão alunos têm tendência a alargarem-se muito na conversa, explicitar excessivamente as coisas, alongam-se muito nas suas participações quando estão no conselho pedagógico, normalmente quando estão alunos são mais sucintos, não entram em tantos detalhes que às vezes não são relevantes, desvantagens, talvez às vezes aja alguma dificuldade, pronto tem a ver com a faixa etária e o seu conhecimento talvez, eles às vezes não compreendem logo de início determinadas coisas que estão a ser faladas, mas é importante que eles se preocupem em saber porque eles estão lá a representar e eles têm um voto, cada um deles, mas talvez o inconveniente seja um pouco esse, as coisas nem sempre são muito facilmente explicáveis, para nós são muito claras, sabemos perfeitamente o que é que se está a dizer, mas talvez seja também uma vantagem, para nós sermos obrigados a descer ao nível deles, talvez, uma maneira de encarar o assunto muito engraçada.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Eu vou responder com uma pergunta, será que a escola deva intervir, não sei, mas talvez seja um pouco o nosso papel, para eles perceberem a importância do papel que eles próprios têm, porque é como eu disse à bocado, às vezes acho que eles não têm bem a noção, até certo ponto eles têm muito poder no bom sentido, não é, e eles às vezes não se usam muito dessa hipótese que têm de falar, de apresentar os seus problemas, etc, às vezes só reivindicam coisas negativas, só quando há problemas é que intervêm, há sempre aquela hipótese de encarar as coisas pela positiva e melhorar o ambiente escolar, as actividades, a ligação, pronto se calhar lá teremos que ser nós a lembrarmo-nos um pouco do papel deles, não sei, é um pouco um bocado complicado, somos sempre nós a fazer essa parte.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Pois, isso eu acho que é uma educação que se faz a todos os níveis, em casa também e na escola sim e a escola é importante, porque é uma representação microscópica da sociedade e que eles estão inseridos e portanto acho que desde a interacção com colegas que vêm de meios socioculturais diferentes, em que eles têm que aprender a partilhar, a respeitar, cooperar com opiniões e formações diferentes, até nas próprias aulas, encarar professores que têm posturas um pouco diferentes, maneiras, talvez não tanto a nível de pensar, acho que é fundamental, toda a vivência da escola e quanto mais abrangente for o meio escolar, melhor, portanto menos restrito socialmente, mais hipóteses de contactar com pessoas por vezes, isso é fundamental, mas não acho que tenha que ser uma aprendizagem que tenha que ser feita em aulas específicas, é uma aprendizagem que se faz todos os dias a toda a hora e se calhar também, eu e por exemplo e outros professores

quando há determinadas atitudes que nós não concordamos, que até pode ser na passagem, no intervalo, a maneira como eles se relacionam, não é que haja aqui, propriamente agressividade física, mas às vezes há umas atitudes, às vezes até aquelas piadas menos politicamente correctas, eu por exemplo posso não intervir naquela altura, mas quando estou na aula digo alguma coisa, acho que isso não é uma aula específica, é uma atitude que se constrói todos os dias.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Ah isso é fundamental, desde o estar na aula ao aprender e respeitar as dúvidas e os tempos do outro até à própria abertura em termos da avaliação, eles devem ter conhecimento dos critérios, devem poder dar a sua opinião, até há marcação dos testes, tudo isto é fundamental, tem que ser dialogado, é assim que se aprende a viver em comunidade, é óbvio que os professores se calhar terão um papel preponderante, porque têm metas a atingir, impostas pelo ministério, mas isto tem que ser dialogado todos os dias a toda a hora.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: Isso eu acho que é importante, eu penso que em Portugal há algum défice, mas se calhar isso tem a ver com um passado nosso, algum défice no sentido de nós cidadãos nos dispormos a fazer coisas, achamos sempre que há outro que pode fazer, há sempre alguém que resolve o problema, ou uma associação, são sempre os outros, eu penso que se eles participassem, quer a nível de associação de estudantes, quer mesmo às vezes como representante de turma, o papel do delegado de turma é importante, porque vai aos conselhos intercalares e eventualmente problemas disciplinares que possam haver, mas eles aprendem que assumem um determinado papel, que não é a posição deles, é ouvir os outros seus

pares e representá-los o melhor que puderem, quanto mais não seja a transmitir opiniões e eu penso que isso é importante para ganharem algum sentido de dever cívico.

Entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da escola N

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 03/02/2005 às 9h 30m, na sala de reuniões do Conselho Executivo

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: A participação é sempre um bocado limitada, eu penso que aqui este ano na escola deve-se ao facto de nós só termos o secundário, quer dizer, quase que não se criam raízes para que comecem no 7º ano e depois vão até ao 12º ano, penso que nas escolas em que há o 3º ciclo é mais fácil a participação, aqui penso que para além de alguma dificuldade na participação, por ser apenas secundário, portanto, é uma passagem muito rápida, muito transitória.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Eu penso que a participação dos alunos é uma participação bem vinda se for em termos culturais e há aí um campo muito grande em termos de actividades de carácter lúdico, de carácter científico, porque a escola tem de facto uma grande tradição ao nível da animação cultural, nós vamos ter agora uma semana cultural, eu posso deois mostrar-lhe o próprio calendário de actividades e é uma coisa que se organiza anualmente e é uma coisa que é feita com alunos, que envolve algumas instituições, umas superiores, penso que a participação dos alunos nestas actividades seria bem vinda e é mais ou menos, ela não é mais, porque exactamente não há grandes raízes dos alunos com a escola, é mesmo uma passagem muito rápida e é um pouco difícil, mas penso sobretudo na colaboração em termos culturais, de espectáculos musicais, de teatro, conferências, era importante que eles colaborassem, que não fossem meros espectadores, mas também intervenientes e às vezes há associações que têm uma colaboração muito, muito importante, há uns três anos houve uma associação que promoveu espectáculos culturais de muita qualidade.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: A participação formal é no conselho pedagógico, é na assembleia de escola e é nos actos eleitorais, portanto sempre que há actos eleitorais nós promovemos a reunião dos delegados, há uns seis alunos que votam, portanto formalmente é essa; para além da formal suportada legalmente é mais talvez através da associação de estudantes, que passa muito porquê, uma das coisas que eles costumam sempre fazer é festas, portanto ela informal nunca é , há sempre uma estrutura que enquadra as actividades, ou é uma estrutura suportada legalmente ou é uma estrutura que não sendo suportada legalmente é a própria

associação; os alunos também se dirigem ao conselho executivo em qualquer altura, é um pouco uma prática da própria escola, quer os alunos quer os funcionários, quer os professores, nós até durante muito tempo, agora é que está fechada, a porta está aberta, tudo o que for necessário vêm cá, é evidente que habitualmente os alunos não falam comigo, mas falam com os colegas que estão ligados aos alunos, falam com a colega que está mais ligada à associação, falam com a minha colega que está ligada aos alunos e falam normalmente, nem falam com aquela senhora que faz ali controle, entram e vêm aqui, penso que há uma grande proximidade, isso acho que é fundamentalmente importante, até diria uma grande familiaridade na escola, que depois penso que leva a ultrapassar muitas dificuldades, muitos dos alunos podem vir aqui e se alguma coisa acontece vêm dizer, é evidente que isto, ter a porta aberta e a familiaridade é importante que se mantenha e penso que também é bom que essa familiaridade não ponha em causa as regras mínimas, penso que este equilíbrio tem sido conseguido.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: As decisões importantes dos alunos são, é de facto essa visão um bocado institucional e legal do funcionamento da escola, eu penso que é um pouco por aí que temos que ir, quer dizer, pode haver participação espontânea e é bom que haja, mas eu acho que ela fundamentalmente deve acontecer nos locais, que são os locais onde se participa efectivamente, de facto, com qualidade, teoricamente será com qualidade, que é no pedagógico e que é na assembleia, quer dizer eu penso que nós temos que privilegiar estes órgãos, porque é deles que depende a vida da escola e é neles que se discute as questões pedagógicas e se aprovam os instrumentos de gestão da própria escola, que são o projecto educativo, que é aprovado de três em três anos, é o regulamento interno, que já está aprovado e é o plano anual, eu penso que participação legal dos alunos deve passar um pouco por aqui, eu sou um pouco defensor que é no pedagógico e na

assembleia de escola que as questões de escola se discutem e se aprovam ou não, é evidente que depois pode haver discussão ao nível dos grupos disciplinares, mas eu segui sempre um enquadramento legal da discussão, é evidente que seria desejável que aquilo que se discute lhes fosse entregue também com alguma antecedência, uns documentos para depois poderem participar, não é, mas vai-se tentar, é evidente que na escola ainda há o peso dos professores, mas acho que tem que haver, eu acho que os professores são ainda o elemento fundamental na escola, evidentemente que não são os destinatários, eles estão aqui mas não para se servirem da escola, são importantes na escola mas para prestarem um serviço de educação de qualidade e é nesse sentido que eles são fundamentais, na transmissão do saber, não é, ninguém pode fazer senão eles e depois também na intervenção educativa se quisermos.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: As desvantagens não venho nenhuma, nenhuma, só vejo vantagens, eu penso é que quem dirige a escola, os professores devem ter sempre uma função orientadora, eu não sou pela exclusão da participação, acho-a bem vinda, aliás quer seja de professores quer seja de alunos, se toda a gente participar isso deve ser aceite, o que pode é às vezes haver alguma reorientação, o que não tem sido necessário, acho que tudo aquilo que tem sido proposto tem sido mais ou menos aceite, agora no meu ponto de vista, numa escola a direcção, os professores têm um papel um pouco de orientação da própria participação dos alunos, assim como da própria participação dos pais, isto não é tutelar nem a intrometer-se na autonomia que compete a cada sector, mas acho que uma direcção deve dar sempre orientações, deve ter essa competência, deve ter uma visão de escola e deve apontá-la e é com base nessa visão de escola e nesse conjunto de princípios

que tudo deve ser enquadrado, senão isto é uma manta de retalhos que não faz sentido, penso que também na participação dos alunos não há nada contra, mas deve haver uma preocupação de enquadramento e de promoção da qualidade da participação dos alunos.

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: A escola pode promover a participação dos alunos, uma delas é por exemplo através das visitas de estudo, não é, e há diversas visitas de estudo com carácter diferente, a um parque natural, a uma quinta biológica, ou a um museu, à quinta da Regaleira, a Sintra, ao museu da Gulbenkian, ou então a um a quinta que há ali em, ao parque da Badoca, ali para os lados de Setúbal ou a uma fábrica de cerveja, fábrica de cerâmica, ao parque científico de Santa Maria da Feira, são coisas que têm sido feitas, já este ano, ou então uma coisas que eu também gostava de referir, nós por exemplo temos um acordo em relação às conferências do Milénio, promovidas pelo IPJ e comprometemo-nos um pouco a quê, fica aqui no parque das nações, são conferências que são feitas com um a periodicidade de duas por trimestre ou quatro e nós vamos lá com os alunos sempre, divulgamos as conferências através dos grupos disciplinares e os grupos disciplinares optam de acordo com a temática, eu penso que é uma maneira de promover a participação dos alunos, ao nível da gestão propriamente, é um bocado complicado, há bocado quando eu dizia que os professores têm um papel muito importante na escola, isto depois pode ter um aspecto negativo é que depois o conselho pedagógico pode ser mais um conselho de professores, o que não que dizer que não deva ser, não é, eu acho que deve ser e a representação tal qual está eu não a contesto, nove professores, um pai, os alunos, não contesto essa disposição, funcionários, não contesto só que se calhar os alunos às vezes podem sentir-se um bocado diluídos, incapazes digamos assim de alguma capacidade de intervir, de participar como participam os professores, talvez isso leve a que por vezes haja um certo

abandono, nem sempre vão ou vai um, a participação acaba por não ser muito efectiva, não é, como faze-lo, como promovê-la, não sei.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Eu penso que a escola tem uma função primeira que sempre foi a função da escola, de ensinar, transmitir conhecimentos e ensinando já vai também educando, mas eu penso que de facto a escola deve ter uma função educativa e se possível tentar formar o próprio cidadão, eu penso que para além do ensino a escola deveria formar cidadãos competentes do ponto de vista científico, do ponto de vista linguístico, do ponto de vista cultural, do ponto de vista ético, sobretudo na formação do cidadão competente do ponto de vista ético, valorizando a solidariedade, se há algum valor que a escola devia tentar promover é a solidariedade, portanto a escola deve formar cidadãos em geral competentes, penso que a escola deveria ir um pouco por esta visão e penso que hoje é das poucas instituições que pode ter um papel importante neste domínio e se ela não o tiver também não estou a ver quem possa ter.

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Eu penso que as decisões passam muito por, está-me a faltar falar aqui de um órgão de gestão tremendo, que é o director de turma, as decisões tomadas no conselho pedagógico e na assembleia de escola são esporádicas, não são habituais, mas depois há outras decisões que são quotidianas, digamos assim, que ninguém se apercebe e que passam por quê, passam pelo director de turma,

passam pelo professor e é aí que os alunos ganham tudo e é aí que também a escola ganhará tudo, ainda não falei disto, mas penso que de facto é uma dimensão que não pode ser desprezada que é a relação pedagógica entre professor e aluno, acho que devemos ter uma grande preocupação nesse sentido e acho que temos que fazer uma caminhada muito grande para que essa relação seja uma relação de qualidade, há dias li um autor francês ligado à filosofia da educação e ele chama a atenção para o problema da relação pedagógica alertando para uma relação disponível e calorosa, quer dizer o próprio ensino de que falávamos há bocadinho e a própria inovação e a própria escola só produz algum efeito educativo ou de ensino, não vai ser através das decisões do pedagógico ou da assembleia, quer dizer poderá ser se apontarem para isso, mas ela vai sê-la na relação que estabelece entre o aluno o seu professor e o seu director de turma e se essa relação for uma relação que revela um professor competente cientificamente mas também disponível e calorosa, quer dizer, preocupada com o aluno no bom sentido e saudável, penso que os alunos ganham muito, é por aí que eu falaria, não falaria tanto nas grandes decisões, que também não são muitas, o que é importante numa escola é o que se passa na sala de aula aí sim são decisões quase do dia-a-dia, uma espécie de contracto, um contracto tácito, para manter os papéis para que tudo funcione bem e harmonicamente, eu gosto mais de falar deste micro-aspecto do que propriamente da grande orgânica e das grandes decisões.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: Em relação à participação e à formação para a cidadania há uma coisa que eu acho fundamental, muito importante mesmo, falamos há pouco da participação que está legalmente estabelecida, mas essa participação que está legalmente estabelecida passa por um processo eleitoral, eu penso que essa é uma dinâmica que nós tentamos aproveitar e temos aproveitado muito bem, que é o quê, quer a eleição da associação de estudantes quer a eleição dos delegados, quer

a eleição depois dentro dos delegados para o pedagógico, penso que são processos que deverão ser muito bem aproveitados, porque promovem e educam para a participação do cidadão, é um pouco ao nível da escola mas é um pouco a imagem do que vai ser a participação do cidadão posteriormente, não é, na própria vida política do país, eu acho que estes processos eleitorais são muito importantes na minha perspectiva, discutem-se ideias, discutem-se programas, como é na associação de estudantes é aí que nos motivamos e aprendemos a coabitar e a conviver, independentemente das nossas diferenças ou políticas, que também já há algumas tendências políticas, não é, habituamo-nos a discutir, a conviver e a participar, esta é uma aprendizagem que eu acho que é muito importante, uma aprendizagem da cidadania, a participação nos diversos processos eleitorais.

Entrevista ao Presidente do Conselho Pedagógico da Escola N

Entrevistador: António Manuel Monteiro

Data e Local: 10/02/2005 às 9h 30m, na sala de aula.

I. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.

Tomada a decisão de realizar uma entrevista, no sentido de obter informação sobre a participação dos alunos no conselho pedagógico, o entrevistado foi um professor.

O professor foi informado que se tratava de um trabalho de investigação, no âmbito de um curso de mestrado. Foi-lhe pedido autorização para proceder à gravação da entrevista, assegurando o anonimato das suas opiniões.

II. Percepção dos professores face à participação dos alunos no conselho pedagógico.

Entrevistador: Faça uma apreciação crítica sobre o modo como a participação dos alunos na gestão da escola, é efectuada.

Professor: Eu diria que há de facto uma participação muito ténue, muito débil, os alunos são eleitos já muito tardiamente, geralmente em Novembro é que é feita a eleição dos representantes dos alunos, anualmente, é um aluno por cada ano, um pelo 10º, um pelo 11º e um pelo 12º, o que acontece é que sempre que há uma reunião do conselho pedagógico, eu sou o presidente do conselho pedagógico, não é, quando se faz a convocatória da reunião está o nome dos alunos e eu dou ao funcionário para avisar os professores e para avisar os alunos, os alunos normalmente assinam a convocatória e a maior parte das vezes não aparecem,

ainda a semana passada houve uma reunião do conselho pedagógico e os três alunos assinaram e nenhum esteve presente, portanto já houve três reuniões, na primeira apareceu uma aluna, a do 10º ano, estavam os três convocados mas nas duas últimas não apareceu nenhum, isto portanto este ano, nos anos anteriores, na verdade é um pouco semelhante, faltam muito e também se calhar não vão lá muito porque não se sentem integrados, os assuntos se calhar não lhes dizem muito.

Entrevistador: Identifique formas / tipos de participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Eu penso que eles funcionariam melhor se calhar ao nível de uma associação de estudantes, acho que é mais a esse nível que eles sentem que podem fazer coisas e que têm alguma intervenção na escola do que propriamente em termos pedagógicos, eu acho que em termos pedagógicos a afluência deles é muito fraca, eles apesar de estarem representados, as questões que de facto o pedagógico trata, como dizia à bocadinha, são muito a ver com os professores e os problemas dos professores e os problemas da escola, é claro que a escola existe por causa dos alunos, não é, e nós quando tratamos os problemas da escola estamos a tratar dos problemas dos alunos, mas em concreto isso se calhar é uma coisa que se dilui muito, não é, portanto acaba por ser um bocadinha difícil nós conseguirmos ter formas muito concretas de participação dos alunos.

Entrevistador: Descreva os modos formais e informais da participação dos alunos na gestão da escola.

Professor: Em termos formais eles têm representação no conselho pedagógico, têm também a associação de estudantes, de facto no conselho pedagógico, como lhe disse, não é muito visível a participação deles, faltam muito e também se calhar porque não sentem que têm qualquer poder de intervenção, numa

associação de estudantes são eles que fazem, que tomam a iniciativa para uma coisa se fazer, podem movimentar-se, ali quem define a agenda já não são eles, embora tenham a ver com eles, mas pronto, têm uma influência, como sabe, muito, muito pequena e portanto essa é a parte mais formal da participação, em termos informais, não sei, nós aqui temos, quando há actividades culturais os alunos participam muito nesse tipo de coisas, eles têm uma muito boa relação de uma maneira geral com todos os professores, os professores cativam-nos.

Entrevistador: Identifique situações / decisões em que se verifica a participação efectiva dos alunos.

Professor: Efectiva, se calhar não sei, nem estou assim a ver nenhuma em específico onde eles tenham, eles participam, pois teoricamente é de facto no conselho pedagógico onde eles têm o direito de opinar, não é, fora disso, eles caso queiram podem falar com a comissão executiva, existe essa receptividade, em qualquer momento eles podem falar, mas de um modo mais formal eu não estou assim a ver em concreto de facto onde é que isso possa acontecer, não.

III. Atitudes dos professores face ao modo de operacionalizar e desenvolver a participação na gestão da escola.

Entrevistador: Refira as vantagens e os limites da participação dos alunos.

Professor: De um modo geral eu acho que vantagens teria muitas, não é, *à priori* achamos que eles deveriam participar e deveriam estar nos vários órgãos e nas várias coisas, agora vemos é que não há de facto muito essa cultura, é uma coisa que eles também não têm muito tempo, as reuniões também são sempre no período da tarde depois das aulas já terem acabado e portanto é muito complicado para eles estarem presentes, não é, e depois se calhar também porque nunca sentem que aquilo que se está a tratar tem de facto a ver com eles, são coisas

muito genéricas, sobre o ensino e sobre a educação, sobre o aproveitamento, sobre as negativas, as positivas, aquilo é uma coisa muito genérica e se calhar não entendem isso de uma maneira muito precisa, mas penso que haveria de facto toda a vantagem em que eles participassem, embora nem sempre seja fácil essa participação

Entrevistador: Diga como a escola deve intervir de forma a operacionalizar e desenvolver a participação dos alunos.

Professor: Pois não sei, não sei muito bem, porque aquele aviso que se faz no início do ano convocando os delegados de turma para uma reunião, para depois elegerem o seu representante, eu não tenho estado presente e portanto não sei qual é o grau de participação dos alunos, nem sei se das turmas todas chegam ou não a estar todos os delegados de turma, seria interessante ter esse dado para se ver a maneira como eles numa primeira fase respondem a isso, não é, porque podem aparecer só meia dúzia e eles escolherem um entre eles, esta parece-me que é a forma mais elementar, digamos que partindo da turma, do delegado de turma, e os delegados de turma por sua vez elegem o representante, não é, agora depois se a cadeia se quebra ou não e a maneira como o delegado de turma faz chegar ou não àqueles que representa as questões, isso aí eu acho que o circuito se quebra completamente porque depois penso que não há nenhum feed –back, os representantes dos alunos no conselho pedagógico, penso que nunca falarão aos alunos sobre o que é que aconteceu, não há uma reunião geral com os seus colegas para lhes dar as informações, podem episodicamente contar a um ou a outro, mas não é um mecanismo, digamos institucionalizado, perde-se completamente.

IV. Expectativas dos professores face ao contributo da participação na gestão da escola e na formação do aluno como cidadão.

Entrevistador: Defina o papel específico da escola na formação do aluno como cidadão. (princípios e valores)

Professor: Eu acho que é uma coisa muito importante e penso que é um dos papéis fundamentais da escola, o procurar formar o indivíduo como cidadão dar sentido no fundo àquilo que eles fazem e ao mundo e à vida que eles têm e nós temos de facto aqui uma preocupação bastante grande nesse aspecto, não é, todos os anos e vamos ter agora em Fevereiro um conjunto de actividades culturais para comemorar a semana do patrono da escola, em que nós de facto preocupamo-nos em envolver os alunos e em que de facto eles vão e estão e portanto participam nestas coisas e de uma maneira muito activa, para além disso ao longo do ano vão-se fazendo também uma série de outras coisas, portanto, muito nesse âmbito da cidadania, alertar não só para o curricular, que é importante e que eles tratam nas aulas, mas também para outras vertentes de formação que me parece que são importantes e que nós vamos sempre estando atentos a elas e vamos trazendo pessoas para falarem disto e falarem daquilo, coisa um bocadinho mais do transdisciplinar, não é, e portanto acho que fazemos um grande investimento nessa área, que é uma área de facto prioritária, numa escola secundária há sempre um problema, o curricular tem um peso muito grande, os alunos estão muito preocupados com a nota do teste, depois vem a universidade, não é, e por vezes, digamos há um outro tipo de formação que pode não ser muito cuidada porque há essa preocupação do peso do curricular muito grande, mas nós aqui acho que temos tido um bom trabalho nessa área, portanto eu diria para finalizar que a escola tem esse papel logo desde muito cedo

Entrevistador: Que importância tem a partilha de decisões, no processo educativo global do aluno?

Professor: Eu acho que em termos de formação é fundamental, ele perceber que pode ser ouvido, que pode opinar, que a sua opinião é importante, ser chamado a

dar opinião sobre determinadas questões, isso faz parte da formação geral das pessoas e é o meio de elas perceberem que não são só algumas pessoas que sabem e que decidem, mas que todos devem ser chamados a dar a sua opinião.

Entrevistador: De que forma pode a participação dos alunos na gestão da escola, contribuir para a sua formação como cidadão?

Professor: Eu penso que sim, que contribui bastante, eu à bocadinha falava da questão das associações de estudantes e penso que aí é mais visível, eles desenvolvem um trabalho muito autónomo, por iniciativa própria, a maior parte das vezes, este ano houve quatro listas candidatas à associação de estudantes, o que é uma coisa muito pouco vulgar, normalmente aparece uma e às vezes nenhuma e uma das listas era de pessoas novas na escola, que estavam aqui pela primeira vez na escola, arranjaram uma lista, fizeram um trabalho muito engraçado, claro não ganharam porque não eram conhecidos e ser conhecido nas escolas conta de facto alguma coisa, mas tiveram uma votação ainda interessante e se calhar no próximo ano eles estão aí para mostrar o que é que valem, isto para dizer que eu conheço algumas dessas pessoas que nunca tinham tido uma intervenção deste tipo, por exemplo, eu tenho uma filha cá este ano e não estava a ver a minha filha a entrar para uma coisa dessas e não sei porque carga de água foi de facto contaminada pelos outros e envolveu-se e andou por aí a fazer uma série de coisas e acho que foi bom para ela, que lhe deu uma outra visão da escola e da interacção da escola e das pessoas, como momento de formação acho que foi uma coisa muito importante, portanto considero uma coisa muito válida em termos de formação nesta área.

Anexo X – Apresentação das Grelhas de Análise Escola C

Escola C

- **Alunos com presença no Conselho Pedagógico da Escola C**

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO
Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico	Importância da participação	“(…) acho que é importante (…)” “Penso que sim (…)”
	Posição dos professores	“Bastante, senão nem sequer davam oportunidade que os alunos pudessem participar (…)” “(…) não é dada grande importância (…)”
	Contributo para a sua formação	“(…) abre-nos os olhos para problemas que existem no mundo (…)” “(…) prepara-nos também para a vida futura (…)” “(…) contribui para o alargamento dos nossos horizontes (…)”
	Vantagens da participação	“(…) estabelecer um melhor relacionamento entre alunos e professores (…)”

		<p>“(...) poderem mostrar o lado que os professores se calhar não vêem (...)”</p> <p>“(...) podemos intervir sempre que acharmos necessário (...)”</p> <p>“(...) votar nas decisões que são votadas (...)”</p>
	Limitações da participação	<p>“(...) coisas que se exigem que se calhar não são assim tão necessárias (...)”</p> <p>“(...) conselho pedagógico é um órgão limitado (...)”</p>
Percepção dos alunos sobre o modo de operacionalizar a sua participação	Formas de participação	<p>“(...) participação mútua de ambas as partes... podendo debater (...)”</p> <p>“(...) nós não participamos muito nas reuniões (...)”</p>
	Tomada de decisão	<p>“Não sei (...)”</p> <p>“(...) podemos votar, a acta, também votamos para aprovar a acta (...)”</p>

	Formas alternativas de participação	<p>“(…) dando as suas opiniões (…)”</p> <p>“(…) defender as suas ideias num diálogo calmo (…)”</p> <p>“(…) dirigir-me mesmo pessoalmente à direcção da escola (…)”</p> <p>“(…) não participamos mais se calhar também é nossa responsabilidade (…)”</p> <p>“(…) não me ocorre nenhuma (…)”</p>
Percepção dos alunos sobre a forma de transmissão e mobilização das decisões	Formas de transmissão	<p>“(…) em grupo ou até mesmo num diálogo (…)”</p> <p>“(…) transmitidas por divulgação a nível de placards (…)”</p>
	Interesse nas decisões	<p>“(…) há muita pouca gente preocupada com isso (…)”</p> <p>“(…) nem sequer ouvem aquilo que nós dizemos (…)”</p> <p>“(…) não há grande</p>

		interesse em saber (...)”
	Mobilização dos alunos	“(…) é difícil juntarmos (...)” “(…) não se processa (...)”
	Impacto da mobilização	“(…) Acho que é importante (...)” “(…) não fazem (...)”

- **Alunos que não estão presentes no Conselho Pedagógico da Escola C**

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO
Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico	Importância da participação	“(…) para o bom funcionamento da escola e da relação com os colegas (…)” “(…) dava melhor ambiente entre alunos e professores (…)”
	Posição dos professores	“Não faço a mínima (…)” “Não faço ideia (…)”
	Contributo para a sua formação	“(…) não tenho noção (…)” “(…) darem mais importância à escola (…)”
	Vantagens da participação	“(…) melhor funcionamento e agrado para todos (…)” “(…) dava melhor ambiente à escola (…)”
		“(…) lá em cima é que

	Limitações da participação	mandam (...) “(...) não escolher o posto deles, são alunos (...)”
Percepção dos alunos sobre o modo de operacionalizar a sua participação	Formas de participação	“(...) não escolher o posto deles, são alunos (...)”
	Tomada de decisão	“(...) acho que em nada (...)” “(...) não sei (...)”
	Formas alternativas de participação	“(...) debate e reuniões entre os vários alunos (...)” “(...) não praticam nenhuma (...)” “Dar opinião da coisas que estão mal (...)” “Não faço ideia (...)”
Percepção dos alunos sobre a forma de transmissão e mobilização das decisões	Formas de transmissão	“(...) cartazes e da publicação (...)” “(...) placard da biblioteca (...)” “(...) associação de estudantes (...)” “(...) falam por alto conosco e outras publicam (...)”

	<p>Interesse nas decisões</p>	<p>“Não mostram interesse (...)”</p> <p>“(...) nem todos mostram interesse (...)”</p> <p>“(...) alguns não ligam a isso, há outros que levam a sério (...)”</p>
	<p>Mobilização dos alunos</p>	<p>“Não há (...)”</p> <p>“(...) não tenho visto os alunos a juntarem-se para falarem destes assuntos (...)”</p>
	<p>Impacto da mobilização</p>	<p>“Seria melhor para todos (...)”</p> <p>“(...) havia muito melhor ambiente, era diferente (...)”</p>

- **Professores membros do Conselho Pedagógico da Escola C**

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO
Participação dos alunos no conselho pedagógico	Apreciação crítica	<p>“(…) há participação (…)”</p> <p>“(…) não participam tanto quanto era desejável (…)”</p> <p>“(…) para toda a comunidade escolar funcionar (…) era de se exigir mais a participação dos alunos (…)”</p> <p>“(…) não é muito assídua (…)”</p> <p>“(…) poderiam participar mais, poderiam dar mais ideias (…)”</p> <p>“ É através da sua representação em diversos órgãos.”</p> <p>“(…) nunca me lembro de ver nesta escola uma reunião geral de alunos (…)”</p>
	Tipo de participação	<p>“(…) não vejo muita participação (…) no funcionamento (…) da escola (…)”</p> <p>“(…) até porque no conselho pedagógico (…) ainda participaram duas</p>

		<p>vezes (...)"</p> <p>"(...) em termos lúdicos (... eles participam e bem (...)"</p> <p>"(...) temos dois elementos (...)"</p> <p>"(...) há uma associação de estudantes (...)"</p> <p>"(...) os alunos conversam uns com os outros e fazem dos seus representantes o porta voz (...)"</p>
Participação do aluno na gestão escolar	Modos formais	<p>"(...) será no conselho pedagógico, em conselhos de turma (...)"</p> <p>"(...) quando há qualquer assunto o conselho executivo está aberto sempre a que (...) os alunos (...) coloquem as suas questões (...)"</p> <p>"(...) através dos órgãos onde estão presentes como representantes dos colegas (...)"</p>
	Modos informais	<p>"(...) não estou a ver os alunos a participarem (...)"</p>

		<p>“(...) não participam.”</p> <p>“(...) associação ou alunos se dirigem directamente ao conselho executivo (...)”</p> <p>“(...) estarem atentos às opiniões dos colegas e a associação de estudantes (...)”</p>
Participação efectiva do aluno	Situações/Decisões	<p>“(...) participando nessas reuniões é óbvio que eles também dão o seu contributo (...)”</p> <p>“(...) ainda não vi muito bem concretizado isso (...)”</p> <p>“(...) Ao nível da gestão (...) não estou a ver nenhum caso (...)”</p> <p>“(...) através do conselho executivo poderão ter a sua participação efectiva (...)”</p> <p>“(Na gestão (...) ao nível da associação (...)”</p> <p>“(...) pedem sempre a colaboração de alguém, nomeadamente do conselho executivo (...)”</p> <p>“(...) para o empréstimo das instalações (...) pedir opinião sobre a</p>

		<p>actividades (...) querem oferecer.”</p> <p>“(...) na eleição dos seus representantes (...)”</p>
<p>Percepção do professor sobre a intervenção da escola na operacionalização da participação do aluno</p>	<p>Vantagens</p>	<p>“(...) são ótimas (...)”</p> <p>“(...) a opinião deles também é fundamental (...)”</p> <p>“(...) é sempre vantajoso, ter a voz dos alunos num órgão (...)”</p> <p>“(...) educá-los a viver numa democracia (...)”</p>
	<p>Limites</p>	<p>“(...) os professores têm umas regras e os alunos têm outras regras (...)”</p> <p>“(...) uma minoria (...)”</p> <p>“(...) podem levar a sugestão, depois será aceite ou não pelo outros elementos (...)”</p> <p>“(...) entenderem que na democracia têm que se sujeitar aos direitos dos outros (...)”</p>

	Intervenção da escola	<p>“(…) convocando-os e dando-lhes oportunidade de terem assento (...) em todas as reuniões de carácter disciplinar (...)”</p> <p>“(…) talvez fazer uma campanha mais acentuada junto dos alunos (...)”</p> <p>“(…) poderão ser realmente um elemento divulgador de ideias e um elo de ligação entre os alunos e a gestão (...)”</p> <p>“Deve incentivá-los, deve mostrar-lhes que a participação é importante (...)”</p>
Formação do aluno como cidadão	Papel específico na escola	<p>“(…) acho que é fundamental (...)”</p> <p>“(…) devia ser a única solução para formar o aluno como cidadão (...)”</p> <p>“(…) é extremamente importante (...)”</p> <p>“(…) não há um professor “(…) que pode deixar de ter em mente que está a formar cidadãos (...)”</p> <p>“(…) fazer-lhes ver que devemos ser todos democráticos (...)”</p>

		<p>“É importante (...)”</p> <p>“(...) tem que se ser firme (...)”</p> <p>“(...) se o aluno não vê que há diferentes patamares ele depois não vai ser um cidadão integro (...)”</p>
	Partilha de decisões no processo educativo	<p>“(...) muita importância (...)”</p> <p>“(...) ele também faz parte do sistema, também faz parte da escola (...)”</p> <p>“(...) é importante que eles digam de sua justiça o que é que acham (...)”</p> <p>“(...) eles irão viver numa comunidade é importante participarem nas decisões (...)”</p>
	Participação na gestão escolar	<p>“(...) pelo menos dar hipótese a uma pessoa de expor a sua opinião (...)”</p> <p>“(...) é muito motivador (...)”</p> <p>“(...) para o seu ego é muito importante (...)”</p> <p>“(...) aperceber-se que as</p>

		<p> pessoas até lhe dão a importância (...) ele próprio se vai sentir motivado (...)” </p> <p> “(...) escola é uma mini sociedade (...)” </p> <p> “(...) eles terão um dia patrões, terão um dia chefes (...)” </p> <p> “(...) desenvolvendo um sentido de cidadania e não alimentar egoísmo (...)” </p>
--	--	--

- **Presidente do Conselho Pedagógico e do Conselho Executivo**

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADES DE REGISTO
Participação dos alunos no conselho pedagógico	Apreciação crítica	<p>“Apesar de estar consignado na lei (...) mostram-se bastante desinteressados (...)”</p> <p>“(...)este ano não conseguimos lista (...) para a assembleia de escola , para o conselho pedagógico (...)”</p> <p>“(...) há pouca participação dos alunos (...)”</p> <p>“(...) a participação informal é bem maior que a participação formal (...)”</p>
	A importância da participação	<p>“(...) dão-nos uma visão diferente de um modo de estar na escola (...) compreensível e saudável (...)”</p> <p>“(...) muito enriquecedor quando eles participam (...)”</p>
	Vantagem da participação	<p>“(...) dão perspectivas e lembram-nos de assuntos (...) algumas vezes até</p>

		soluções, ou pelo menos sugestões para resolver esses assuntos (...)"
Participação do aluno na gestão escolar	Modos formais	<p>“A escola tem quatro órgãos de gestão (...)"</p> <p>“(…) definidos pelo decreto 115-A/98 (...) dois deles (...)"</p> <p>“(…) os alunos têm assento (...) a assembleia de escola e o conselho pedagógico(...)"</p> <p>“(…) onde aí poderão opinar e transmitir o parecer (...) de um modo formal (...)"</p>
	Modos informais	<p>“(…) não temos (...) uma caixa de sugestões (...)"</p> <p>“(…) alunos vêm aqui e dizem-nos (...) que aquilo não foi feito (...) dizem aos directores de turma e estes transmitem-nos a nós (...)"</p>
Participação efectiva dos alunos	Situações / decisões	“(…) verifica-se (...) quando há projectos concretos (...) projectos de uma disciplina (...) de um departamento (...)"

		<p>“(…) os alunos se esforçam (…) fazem tudo para que esse projecto se possa concretizar (…)”</p> <p>“(…) envolvem-se muito mais em projectos específicos, da área curricular ou extra curricular (…)”</p>
<p>Percepção do professor sobre a intervenção da escola na operacionalização da participação do aluno</p>	Vantagem	<p>“(…) as vantagens são imensas (…)”</p> <p>“(…) não existia escola se não existissem alunos (…) eles têm uma palavra importantíssima a dizer (…)”</p>
	Limites	<p>“(…) temos uma estrutura hierárquica (…)”</p> <p>“(…) os alunos (…) estão aqui para lhes ser transmitido alguma estrutura (…) forma de estar na vida (…)”</p> <p>“(…) é importante transmitirmos-lhes valores e esses valores são discutíveis (…) cada um terá os seus”</p>
		<p>“(…) essa questão é muito complicada (…) a escola</p>

	Intervenção da escola	<p>não está dissociada da sociedade em geral (...)"</p> <p>"(...) na escola (...) é mais uma co-participação (...)"</p> <p>"(...) não podemos (...) fazer aqui uma lavagem de cérebro aos alunos (...)"</p>
Formação do aluno como cidadão	Papel específico da escola	<p>"(...) a escola tem obrigação (...) transmitir valores de igualdade, de igualdade (...)"</p> <p>"(...) não descarreguem unicamente na escola essa função (...)"</p> <p>"(...) ela começa por casa (...)"</p> <p>"(...) tem a ver com os <i>mass media</i> (...)"</p>
	Partilha de decisões no processo educativo	<p>"Tem importância porque nos dão outra visão (...)"</p> <p>"(...) pelas vivências que têm que são diferentes da faixa etária (...) da totalidade de professores (...)"</p> <p>"(...) tenho pena que os alunos não participem mais nos órgãos institucionais (...)"</p>

		<p>“(…) é importantíssimo a opinião deles (…) não quer dizer (…) que estejam certos (…)”</p>
	<p>Participação na gestão escolar</p>	<p>“(…) está tudo inter-relacionado (…)”</p> <p>“(…) os alunos participando na vida da escola estão a formar-se também como cidadãos responsáveis (…)”</p>

Anexo XI – Apresentação das Grelhas de Análise Escola Q

- **Alunos com presença no Conselho Pedagógico da Escola Q**

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO
Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico	Importância da participação	<p>“Considero importante (...)”</p> <p>“(...) é sempre importante (...)”</p>
	Posição dos professores	<p>“Pouca (...)”</p> <p>“(...) fiz também uma informação verbal, não foi aceite e excluíram-na logo (...)”</p> <p>“(...) há uns que dão importância e outros que não (...)”</p>
	Contributo para a sua formação	<p>“(...) aprendendo como é que depois também vão participar lá fora (...)”</p> <p>“(...) uma formação de maturidade (...)”</p>
	Vantagens da participação	<p>“(...) conselho administrativo da escola fica com um a perspectiva mais alargada daquilo que os alunos sentem (...)”</p>

		<p>“(...) vão ficando informados do que se passa na realidade na escola (...)”</p> <p>“(...) saber as dificuldades que certos alunos têm, depois transmitir (...)”</p>
	Limitações da participação	<p>“(...) podem dar a opinião mas gerir as aulas, isso já é uma parte um bocado mais complexa (...)”</p> <p>“(...) não podemos informar cá fora o que se passa no conselho pedagógico (...)”</p> <p>“(...) é muito tempo perdido e eles não estão mesmo muito interessados (...)”</p> <p>“(...) tempo que é necessário para as reuniões, é um bocadinho cansativo e é preciso ter muito tempo disponível (...)”</p>
Percepção dos alunos sobre o modo de operacionalizar a sua participação	Formas de participação	<p>“(...) formas de participação neste momento têm sido faladas (...)”</p> <p>“(...) procurando a própria informação que</p>

		<p>há na escola (...)"</p> <p>"(...) não sei, não tenho ideia (...)"</p>
	<p>Tomada de decisão</p> <p>Formas alternativas de participação</p>	<p>"(...) neste momento foi a do refeitório (...)"</p> <p>"(...) ao nível de informações da escola, através do rádio (...)"</p> <p>"(...) eleição da associação de estudantes (...)"</p> <p>"(...) eleição dos representantes dos alunos no conselho pedagógico (...)"</p> <p>"Sinceramente, não sei (...)"</p> <p>"(...) não tenho nenhuma ideia"</p>
	<p>Formas de transmissão</p>	<p>"O que é decidido no conselho pedagógico não é para ser divulgado cá para fora (...)"</p> <p>"(...) fiz algumas reuniões com os delegados das turmas para os informar (...)"</p>

	<p>Interesse nas decisões</p>	<p>“Há colegas que perguntam, mas é uma minoria muito pequena (...)”</p> <p>“(...) acho que os alunos nem sabiam que existia este tipo de órgão (...)”</p>
	<p>Mobilização dos alunos</p>	<p>“(...) há um pequeno grupo, não no geral, que tem mostrado alguma mobilidade e interesse em participar (...)”</p> <p>“(...) conversar, a dar a conhecer o que fazia lá (...)”</p>
	<p>Impacto da mobilização</p>	<p>“(...) os alunos poderão dar um bom contributo (...)”</p>

- **Alunos que não estão no Conselho Pedagógico da Escola Q**

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO
Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico	Importância da participação	<p>“Sim, porque eles aprendem (...)”</p> <p>“(...) vai ajudar a compreender, tomar alguma consciência dos problemas existentes na escola (...)”</p>
	Posição dos professores	<p>“Não sei, eu não estou lá (...)”</p> <p>“Os professores, principalmente os professores envolventes importam-se (...)”</p>
	Contributo para a sua formação	<p>“(...)o aluno vai crescendo e vai desenvolver-se melhor (...)”</p> <p>“(...) crescer de uma forma que no futuro se proporcione um trabalho como deve ser, uma vida social estável (...)”</p>
	Vantagens da participação	<p>“(...) eu não sei (...)”</p> <p>“(...) melhor comunicação entre o</p>

		conselho e os alunos (...)"
	Limitações da participação	<p>"(...) alunos não podem intervir em certos assuntos que só mesmo o pedagógico é que pode resolver (...)"</p> <p>"(...) eu não sei (...)"</p>
Percepção dos alunos sobre o modo de operacionalizar a sua participação	Formas de participação	<p>"Não tenho noção (...)"</p> <p>"(...) cumprimento de trabalhos de cooperação"</p>
	Tomada de decisão	<p>"Não sei (...)"</p> <p>"(...) termos este ano a possibilidade de formar a associação de estudantes (...)"</p> <p>"(...) projecto "medes", que ajuda a integração dos alunos mais novos (...)"</p>
	Formas alternativas de participação	<p>"Eu não estou mesmo a ver nenhuma maneira (...)"</p> <p>"(...) não estou a ver (...)"</p> <p>"(...) depende das</p>

		<p>características dos alunos (...)"</p> <p>"(...) organização de eventos desportivos (...)"</p> <p>"(...) mais empenho por parte de alguns professores que não participam e por parte de alguns alunos (...)"</p>
Percepção dos alunos sobre a forma de transmissão e mobilização das decisões	Formas de transmissão	<p>"Eu não costumo ter conhecimento nenhum (...)"</p> <p>"(...) eu digo a um, o outro diz a outro (...)"</p> <p>"(...) folha num cartaz próprio (...)"</p>
	Interesse nas decisões	<p>"(...) há mais pessoas que não sabem (...)"</p> <p>"(...) há umas que aceitam, há outras que nem ligam, há outras que não aceitam (...)"</p>
	Mobilização dos alunos	<p>"(...) não tenho conhecimento nenhum sobre isso (...)"</p> <p>"(...) os interessados vão certamente ajudar e aqueles que não se</p>

		interessam (...)”
	Impacto da mobilização	<p>“(...) se os alunos se juntassem mais as coisas podiam ser de outra maneira (...)”</p> <p>“(...) mais mobilização, isso ia dar mais ideias (...)”</p> <p>“(...) também vai causar talvez mais problemas (...)”</p> <p>“(...) maior número de pessoas, certamente um dia provavelmente a escola será melhor.”</p>

- **Professores membros do Conselho Pedagógico**

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO
Participação dos alunos no conselho pedagógico	Apreciação crítica	<p>“(…) os alunos desinteressam-se muito desta participação(…)”</p> <p>“(…) é muito difícil motivar os miúdos para participarem nos cargos(…)”</p> <p>“(…) fazemos (….) reuniões em que nem vêm todos os que são convocados(…)”</p> <p>“(…) eles (….) não sentem para que é que aquilo lhes serve (….)”</p> <p>“(…) mesmo quando se acaba por eleger alguém, convocam-se para as reuniões e (….) não aparecem(…)”</p> <p>“(…) chegam ao fim e acham que aquilo não teve muito a ver com eles (….)”</p> <p>“(…) são tratadas coisas que eles não percebem sequer do que é que se está a falar (….)”</p> <p>“(…) não se lhes dá muito espaço para dizerem de sua justiça (….)”</p> <p>“(…)é difícilimo constituir uma associação de</p>

		<p>estudantes (...) desinteressam-se muito por isso (...)”</p> <p>“(...) há um défice de participação muito grande (...)”</p> <p>“(...) vai condicionar aquilo que são alguns dos objectivos dos próprios alunos e da própria escola (...)”</p> <p>“(...) a sociedade portuguesa tem um défice de participação e na escola isso faz-se sentir (...)”</p> <p>“(...) muitas vezes estão à espera de serem empurrados (...) não há o tomar a iniciativa para essa participação (...)”</p>
	<p>Tipo de participação</p>	<p>“(...) eles têm direito a estar presente no conselho pedagógico (...)”</p> <p>“(...) um lugar na assembleia de escola (...)”</p> <p>“(...) reuniões do conselho executivo (...)”</p> <p>“(...) associação de estudantes (...)”</p> <p>“(...) podem decidir</p>

		<p>através dos seus representantes a nível de turma (...) pedir assembleias de turma para discutir os seus assuntos (...)"</p> <p>"(...) actuação das associações de estudantes deveria ser mais virada para os reais problemas da escola (...)"</p> <p>"(...) acaba por ser uma forma de tratar problemas lúdicos (...) mas esquecem-se por vezes da componente pedagógica (...)"</p>
Participação do aluno na gestão escolar	Modos formais	<p>"(...) participam ao nível de vários órgãos (...)"</p> <p>(...) dão possibilidade de formar a associação de estudantes, de participar nos conselhos pedagógicos, de estar na assembleia de escola (...)"</p>
	Modos informais	<p>"(...) sempre que haja iniciativas de alunos (...) abertos a essas iniciativas (...)"</p> <p>"(...) é ir falando com as</p>

		<p>“pessoas (...)”</p> <p>“(...) acaba por ser muito facilitada pelos contactos humanos (...)”</p>
Participação efectiva do aluno	Situações/Decisões	<p>“(...) eles propuseram ao nível da sala de convívio (...)”</p> <p>“(...) mesa de matraquilhos (...)”</p> <p>“(...) sugeriu algumas questões em relação ao funcionamento do bar, da reprografia (...)”</p> <p>“(...) há pelo menos a abertura para dar resposta (...)”</p> <p>“(...) o não fechar o refeitório à noite (...) por pressão dos alunos (...)”</p> <p>“(...) seria uma forma que os alunos teriam para levar um pouco a sua água ao seu moinho.”</p>
Percepção do professor sobre a intervenção da escola na operacionalização da participação do aluno	Vantagens	<p>“(...) eu penso que é positivo (...)”</p> <p>“(...) uma escola é uma comunidade de todos e eles são a razão de nós cá estarmos (...)”</p> <p>“(...) é vantajoso que eles</p>

		<p>dêem as suas opiniões, que façam as suas propostas, as suas críticas ao funcionamento das coisas (...)"</p> <p>"(...) quanto mais profícua é a actividade, mais vantajosa é para os alunos (...)"</p>
	Limites	<p>"(...) se calhar não é o mais adequado às necessidades deles (...)"</p> <p>"(...) aquele tipo de estrutura não é de facto o mais adequado (...)"</p> <p>"(...) os limites estão naquilo que é a nossa forma de actuar (...)"</p> <p>"(...) o respeito que devemos ter pelos outros e pelas organizações (...)"</p> <p>"(...) não pode haver um limite definido (...)"</p>
	Intervenção da escola	<p>"(...) poderia criar um outro tipo de estrutura ou um órgão (...)"</p> <p>"(...) a forma como as escolas neste momento estão organizadas (...) dizem pouco à</p>

		<p>participação dos alunos e eles não se sentem motivados (...)"</p> <p>"(...) quando há o défice de participação fomentar a participação (...)"</p> <p>"(...) a escola deve estar aberta a essa participação (...)"</p>
Formação do aluno como cidadão	Papel específico na escola	<p>"(...) penso que é fundamental (...)"</p> <p>"(...) procuro motivá-los para as questões actuais (...)"</p> <p>"(...) dar-lhes abertura para eles perceberem as coisas (...)"</p> <p>"(...) devia haver uma disciplina que lhes desse esse espaço de intervenção cívica (...)"</p> <p>"(...) papel muito importante na formação do indivíduo (...)"</p> <p>"(...) a escola é um elo nessa formação (...) mas é apenas um elo (...)"</p> <p>"(...) a sociedade em geral empurra para a escola a responsabilidade (...) da formação do aluno (...)"</p>

	<p>Partilha de decisões no processo educativo</p>	<p>“(...) é na escola que eles têm que começar a empenhar-se nessa parte do ser cidadão (...)”</p> <p>“(...) para poderem começar (...) a participar e saber que têm responsabilidade (...)”</p> <p>“É vital (...) partilhar as coisas e a cumplicidade (...)”</p> <p>(...) deve haver o máximo de partilha possível nas decisões até porque elas assim serão melhor aceites (...)”</p>
	<p>Participação na gestão escolar</p>	<p>“(...) é tomar nas suas próprias mãos a construção da própria sociedade (...)”</p> <p>“(...) não é quando já eles estão no emprego (...)tem que ser na escola que têm que dar aqui as bases e serem motivados (...)”</p> <p>“(...) se eles aprenderem a participar na escola aprenderão provavelmente a participar na sociedade (...)”</p>

		<p>“(…) forma de participação importantíssima (…)”</p> <p>“(…) o aprender a participar obriga a responsabilizar na decisão (…)”</p> <p>“(…) é uma forma de crescer máximo e uma forma cívica de estar (…)”</p> <p>“(…) o aprendermos a participar, o aprendermos a responsabilizar e o aprender a respeitar, são três pilares importantes (…)”</p>
--	--	--

- **Presidente do Conselho Executivo**

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Participação dos alunos no conselho pedagógico	Apreciação critica	“(…) não há participação dos alunos nesta escola (…)”
	Tipo de participação	“(…) Não há (…)” “(…) existe uma associação de estudantes (…)” “(…) conversamos com os miúdos para sondar a opinião deles, mas não existe (…)” “(…) no conselho pedagógico sim, existe a participação efectiva de um aluno (…)”
Participação do aluno na gestão escolar	Modos formais	“(…) é a opinião pessoal (…)”
	Modos informais	“(…) aquilo que informalmente os alunos nos vão transmitindo (…)” “(…) oh professora eu acho que não está bem

		<p>(...)”</p> <p>“(...) nós pensamos melhor e por vezes eles até têm razão e nós modificamos as coisas.”</p>
Participação efectiva do aluno	Situações/Decisões	<p>“(...) existe alguma directividade da nossa parte (...)”</p> <p>“(...) decisões assim sem passar por nós não tomam e quando tomam é sempre asneira.”</p>
Percepção do professor sobre a intervenção da escola na operacionalização da participação do aluno	Vantagens	<p>“(...) teria muitas (...)”</p> <p>“(...) seria muito útil ter o feed-back do que é que os alunos pensam sobre situações (...)”</p> <p>“(...) há situações perfeitamente adaptáveis à vontade e às necessidades deles e que nós por vezes não fazemos por afastamento (...)”</p>
	Limites	<p>“(...) limites da gestão (...)”</p> <p>“(...) quem gere a escola são os professores (...) portanto tem que ser dentro desses limites (...)”</p>

	Intervenção da escola	<p>“(…) Assembleias de turma, assembleias de delegados de turma (…)”</p> <p>“(…) ouvir os representantes, ouvir a associação de estudantes (…)”</p>
Formação do aluno como cidadão	Papel específico na escola	“(…) a escola tem uma missão bipartida, formar e instruir (…)”
	Partilha de decisões no processo educativo	<p>“(…) é formativa (…)”</p> <p>“(…) mesmo nas decisões em turma e eu penso que aí existe a participação dos alunos.”</p>
	Participação na gestão escolar	<p>“(…) participação é sempre formativa (…)”</p> <p>“(…) partimos do princípio que a participação é sempre positiva (…)”</p> <p>“(…) agora (…) não se verifica muitas vezes (…)”</p>

- **Presidente do Conselho Pedagógico**

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Participação dos alunos no conselho pedagógico	Apreciação critica	<p>“(…) têm uma participação muito fraca (…)”</p> <p>“(…) os alunos têm sempre horários a cumprir e não é muito fácil (…)”</p> <p>“(…) as participações deles são sempre muito pontuais (…)”</p> <p>“(…) iniciativa dos alunos não existe, é sempre por solicitação (…)”</p>
	Tipo de participação	<p>“A nível de pedagógico é nas reuniões do conselho pedagógico (…)”</p> <p>“(…) assembleias de delegados de turma (…) não tenho noção que haja intervenção (…)”</p> <p>“(…) nem associação de estudantes ainda temos.”</p>
Participação do aluno na gestão escolar	Modos formais	participação no conselho pedagógico e na assembleia de escola

	Modos informais	“(...) informalmente a participação é muito, muito fraca (...)”
Participação efectiva do aluno	Situações/Decisões	“(...) participam nos conselhos de turma nas reuniões intercalares (...)” “(...) eles têm sempre uma intervenção dando o seu parecer (...)” “(...) têm direito a voto tal como no pedagógico (...)”
Percepção do professor sobre a intervenção da escola na operacionalização da participação do aluno	Vantagens	“(...) são sempre enormes (...)” “(...) os alunos deveriam ter maturidade, de estarem de certo modo conscientes dos problemas que existem (...)” “(...) há uma abertura muito grande e há muitas vezes o convite à discussão (...)”
	Intervenção da escola	“(...) normalmente há acções de formação (...) para os delegados e subdelegados (...)” “(...) consciencializá-los

		<p>da importância da sua intervenção da forma como devem intervir (...)"</p> <p>"(...) serem (...) um pólo dinamizador, um elo de ligação ao corpo docente para analisarem dentro da turma quais são os problemas da turma e os discutirem entre eles (...)"</p> <p>"(...) temos trabalhado também na parte de educação cívica (...)"</p>
Formação do aluno como cidadão	Papel específico na escola	<p>"(...) para a nossa população escolar (...) tem um papel fundamental (...)"</p> <p>"(...) alunos são provenientes na sua generalidade de meios sociocultural e económicos bastante baixos (...)"</p> <p>"(...) na nossa avaliação apostamos muito no domínio sócio-afectivo (...)"</p> <p>"(...) para eles perceberem de que modo são valorizados os comportamentos e as atitudes, o cumprimento das regras (...)"</p>

	<p>Partilha de decisões no processo educativo</p>	<p>“(...) é muito importante (...)”</p> <p>“(...) os alunos têm que perceber os porquês de que se tomam determinadas posições (...)”</p> <p>“(...) quando o aluno não percebe porque é que se tomam determinadas decisões transforma-se em indisciplina (...)”</p> <p>“(...) é fundamental que se dê essa troca de opiniões (...)”</p>
	<p>Participação na gestão escolar</p>	<p>“É aqui que se fazem as aprendizagens aos diferentes níveis (...)”</p> <p>“(...) isto é uma sociedade em ponto pequenino (...)”</p> <p>“(...) se o aluno se consciencializar vai transportar para fora da escola e vai ser um cidadão mais exemplar (...)”</p>

**Anexo XII – Apresentação das Grelhas de Análise Escola
N**

- **Alunos com presença no Conselho Pedagógico Escola N**

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO
Percepção dos alunos face à sua participação	Importância da participação	<p>“(…) é uma maneira de os alunos verem os problemas da escola e gostarem da escola (…)”</p> <p>“Sim, porque os alunos têm outra visão que os professores não têm (…)”</p>
	Posição dos professores	<p>“Os professores acham bastante importante, porque é uma maneira de cativar os alunos para a escola (…)”</p> <p>“Eles não dão importância (…)”</p>
	Contributo para a sua formação	<p>“(…) alunos possam expor as suas ideias e trocar as suas ideias, o que acham bem e o que acham mal, para não desistirem da escola (…)”</p> <p>“(…) fica atento aos problemas que existem e sabe dos problemas que existem (…)”</p>
	Vantagens da participação	<p>“(…) alunos e professores interagirem (…)”</p> <p>“(…) ficam mais atentos aos problemas da escola</p>

		e aos problemas das notas (...)"
	Limitações da participação	<p>“(...) podemos querer fazer muitas coisas e estamos um bocadinho limitados (...)"</p> <p>“(...) reuniões muito longas e de ouvir aquelas opiniões todas (...)"</p> <p>“(...) falta de tempo, problemas em casa, trabalho (...)"</p>
Percepção dos alunos sobre o modo de operacionalizar a sua participação	Formas de participação	<p>“(...) alunos sentiram necessidade de ter apoio de geometria descritiva, na escola não existia (...)"</p> <p>“Eles não participam activamente (...)"</p> <p>“(...) alunos que vão ao conselho pedagógico e os alunos que fazem parte da associação, deviam ser mais activos (...)"</p>
	Tomada de decisão	“(...) problemas, que os alunos têm com os professores que não conseguem resolver e ao falarem como os outros

		<p>professores consegue-se conciliar (...)”</p> <p>“(...) as notas os problemas que existem (...)”</p>
	<p>Formas alternativas de participação</p>	<p>“(...) acho que os alunos participam bastante nas actividades (...)”</p> <p>“(...) os alunos têm a associação de estudantes e é uma forma de participarem (...)”</p> <p>“(...) acho que não é preciso outra maneira (...)”</p> <p>“(...) devia haver mais reuniões entre alunos e professores (...)”</p>
<p>Percepção dos alunos sobre a forma de transmissão e mobilização das decisões</p>	<p>Formas de transmissão</p>	<p>“(...) associação de estudantes (...)”</p> <p>“(...) temos a rádio (...)”</p> <p>“(...) placards ou mesmo através dos delegados de turma das outras turmas (...)”</p> <p>“(...) ano passado pusemos uns papéis (...)”</p>

	<p>Interesse nas decisões</p>	<p>“(...) todos querem saber, mais os do meu grupo, porque sabem que eu sou do pedagógico (...)”</p> <p>“Não têm interesse, porque eles nem perguntavam (...)”</p>
	<p>Mobilização dos alunos</p>	<p>“(...) delegado de turma transmite-me a mim (...)”</p> <p>“Os alunos nem se juntam (...)”</p>
	<p>Impacto da mobilização</p>	<p>“(...) deve existir mobilização dos alunos, porque é bom e as decisões são tomadas mais rapidamente (...)”</p> <p>“(...) se juntassem mudavam-se certas coisas na escola (...)”</p>

- **Alunos que não fazem parte do Conselho Pedagógico Escola N**

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO
Percepção dos alunos face à sua participação no conselho pedagógico	Importância da participação	<p>“(…) é importante a participação dos alunos (…)</p> <p>Sim, porque expressam as suas opiniões, falam com os professores (…)”</p>
	Posição dos professores	<p>“(…) dão importância à participação dos alunos (…)</p> <p>(…) acho que os professores dão importância (…)”</p>
	Contributo para a sua formação	<p>“(…) ganhar mais maturidade e experiência (…)”</p> <p>“(…) não sei (…)”</p>
	Vantagens da participação	<p>“(…) alunos poderão ter um contributo muito importante (…)”</p> <p>“(…) ficam com métodos de estudo melhores, com mais atenção, capacidades (…)”</p>

		“(...) nem sei quais as formas usadas pelos alunos na participação (...)”
	Limitações da participação	“(...) há determinadas tarefas que os alunos têm que ver que só os professores poderão fazer (...)” “(...) limites também não estou a ver (...)”
Percepção dos alunos sobre o modo de operacionalizar a sua participação	Formas de participação	“(...) empenhar mais no trabalho do conselho e tentar promover actividades na escola e outras coisas (...)” “(...) fazendo trabalhos, falando com os professores, falando para a turma toda (...)”
	Tomada de decisão	“(...) alunos participam, empenham, dão uma contribuição que faz com que isto aconteça (...)” “(...) não estou a ver nenhuma (...)”
		“(...) alunos deveriam estar mais empenhados (...)”

	Formas alternativas de participação	<p>“(...) uma campanha para os sem abrigos, arranjar mantimentos, bens alimentares para os sem abrigo, assim para crianças infectadas (...)”</p> <p>“Com a ajuda dos professores (...)”</p>
Percepção dos alunos sobre a forma de transmissão e mobilização das decisões	Formas de transmissão	<p>“(...) isto eu não sei se acontece com todas as turmas (...)”</p> <p>“(...) aquele que representa os alunos no conselho pedagógico tem o dever de informar todos os delegados de turma (...)”</p> <p>“(...) não sabia que se divulgava isso (...)”</p>
	Interesse nas decisões	<p>“(...) os alunos cá da escola não demonstram nem têm grande interesse sobre as decisões tomadas (...)”</p> <p>“Não sei qual é o interesse deles (...)”</p>
		<p>“(...) os alunos gostam de trabalhar e têm um sentido prático de fazer as coisas (...)”</p>

	Mobilização dos alunos	<p>“(…) mais em grupos de amigos ou então de colegas (…)”</p> <p>“(…) falo com o meu grupo sobre os problemas da escola (…)”</p>
	Impacto da mobilização	<p>“(…) se for bem empregue, bem organizada poderá contribuir de uma forma muito boa para a escola.”</p> <p>“(…) juntarem-se para darem a sua opinião e trocarem ideias (…)”</p>

- **Professores membros do Conselho Pedagógico**

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Percepção dos professores da participação dos alunos no conselho pedagógico	Apreciação crítica	<p>“(…) participação dos alunos é muito secundarizada (…)”</p> <p>“(…) nem sempre estão todos (…)”</p> <p>“(…) percepção que a escola e os professores (…)</p> <p>participação dos alunos (…)</p> <p>irregular (…)”</p> <p>“(…) é sentida (…)</p> <p>significativa para o funcionamento da escola (…)”</p> <p>“(…) papel efectivo que os alunos têm é relativamente secundário (…)”</p> <p>“(…) daquilo que é problemático (…)</p> <p>os colegas ficam sem saber isso (…)”</p> <p>“(…) há 20 anos (…)</p> <p>a participação dos alunos era diferente, era mais convicta (…)”</p> <p>“(…) havia uma maior ligação entre os alunos que tinham assento no conselho pedagógico e os restantes alunos.”</p> <p>“(…) participação dos alunos é muito secundarizada (…)”</p>

		<p>“(...) nem sempre estão todos (...)”</p> <p>“(...) percepção que a escola e os professores (...) participação dos alunos (...) irregular (...)”</p> <p>“(...) é sentida (...) significativa para o funcionamento da escola (...)”</p> <p>“(...) papel efectivo que os alunos têm é relativamente secundário (...)”</p> <p>“(...) daquilo que é problemático (...) os colegas ficam sem saber isso (...)”</p> <p>“(...) há 20 anos (...) a participação dos alunos era diferente, era mais convicta (...)”</p> <p>“(...) havia uma maior ligação entre os alunos que tinham assento no conselho pedagógico e os restantes alunos.”</p> <p>“(...) é importante os alunos participarem na gestão da escola (...)”</p> <p>“(...) acho que eles não são muito organizados (...)”</p> <p>“(...) um modo geral não comparecem às reuniões (...)”</p>
--	--	--

		<p>“(...) estão a desperdiçar uma oportunidade de saberem o que é que se passa (...)”</p> <p>“(...) eles não estão ou devidamente mobilizados ou motivados (...)”</p> <p>“(...) não perceberam bem a importância (...) do papel deles (...)”</p> <p>“(...) a associação de estudantes é muito importante (...) para mobilizar os alunos em termos de coisas que podem ter carácter pedagógico ou não (...)”</p> <p>“(...) os alunos que estão no pedagógico falam muito em nome pessoal (...)”</p>
	<p>Importância da participação</p>	<p>“(...) há um contributo que só os alunos podem dar (...)”</p>
	<p>Tipo de participação do aluno</p>	<p>“(...) múltiplas formas de participação dos alunos (...)”</p> <p>“(...) tendência hoje é para valorizar, mas de modo muito relativo.”</p>

		<p>“(…) a cultura (…) da nossa escola valoriza a participação, noutras escolas não será tanto assim (…)”</p> <p>“(…) há uma preocupação grande com o ambiente escolar (…)”</p> <p>“(…) seja através da associação de estudantes, seja através dos delegados (…)”</p> <p>“(…) a participação é escassa (…)”</p> <p>“(…) muito difícil identificar situações em que os alunos participam (…)”</p> <p>“(…) a associação de estudantes não será uma actividade directa (…) era uma maneira de eles fazerem chegar problemas que existissem (…)”</p>
Participação do aluno na gestão escolar	Modos formais	<p>“(…) através da eleição para os órgãos existentes (…)”</p> <p>“(…) são aqueles que a lei estabelece, do ponto de vista eleitoral (…)”</p> <p>“(…) em termos legais existe uma participação mais formal mas não é o que mais se verifica aqui</p>

		<p>(...)"</p> <p>"(...) tem a ver com a representação no pedagógico (...)"</p>
	<p>Modos informal</p>	<p>"(...) têm a ver com a cultura da própria escola (...)"</p> <p>"(...) têm uma abertura muito grande para poderem conversar com todos (...) os órgãos (...)"</p> <p>"(...) penso que não fazem de maneira organizada (...)"</p> <p>"(...) correspondemos (...) aquele modelo (...) mais informal, mais espontâneo (...)"</p> <p>"(...) penso que lhes caberia informalmente fazer reuniões (...)"</p> <p>"(...) eles têm um quadro de comunicação (...)"</p>
<p>Participação efectiva do aluno</p>	<p>Situações/decisões</p>	<p>"(...) verifica-se muito (...)"</p> <p>"(...) particularmente nas disciplinas em que há aproveitamento problemático (...)"</p>

		<p>“(…) os alunos fazem sugestões (…) ao modo de recuperação (…)”</p> <p>“(…) a escola não tem toques (…) funciona por música (…)”</p> <p>“(…) são os alunos que escolhem a música que passa nos intervalos (…)”</p> <p>“(…) os alunos sabem (…) que há um mínimo de qualidade (…)”</p> <p>“(…) os alunos procuram e zelam por isso (…)”</p> <p>“(…) num grupo de teatro ou em actividades extra-curriculares (…)”</p> <p>“(…) situações específicas não me estou a lembrar (…)”</p>
<p>Percepção do professor sobre a intervenção da escola na operacionalização da participação do aluno</p>	<p>Vantagens</p>	<p>“(…) as vantagens são óptimas pela partilha de decisões (…)”</p> <p>“(…) responsabilidade que os alunos acabam por assumir (…)”</p> <p>“(…) haver um enriquecimento da vivência comunitária dentro da escola (…)”</p> <p>“(…) é um trabalho</p>

		<p>cooperativo entre ambas as partes, entre professores e alunos (...) funcionários (...)"</p> <p>"(...) procuramos que se crie um ambiente saudável (...)"</p> <p>"(...) tentamos (...) que os alunos sejam responsáveis (...)"</p> <p>"(...) muito vantajoso os alunos estarem representados (...)"</p> <p>"(...) são pontos de vista diferentes (...)"</p> <p>"(...) são outros problemas; inconvenientes (...)"</p>
	<p>Limites</p>	<p>"(...) a escola é feita para os alunos (...)"</p> <p>"(...) para a sua formação (...)"</p> <p>"(...) têm a ver com aspectos directamente de gestão, são decisões que envolvem a política das orientações dentro da escola."</p> <p>"(...) isto passar-se tudo à margem de um quadro legal (...)"</p> <p>"(...) o facto de o Conselho</p>

		<p>Pedagógico se realizar à tarde (...)"</p> <p>"(...) os alunos têm que estar (...) precisam de estudar (...)"</p>
	<p>Intervenção da escola</p>	<p>"(...) isso faz parte da própria cultura de escola (...)"</p> <p>"(...) o importante seria valorizar os órgãos próprios dos alunos (...)"</p> <p>"(...) ao longo do ano houvesse pelo menos duas reuniões com todos os professores e alunos da turma, não apenas o delegado de turma (...)"</p> <p>"(...) fazer uma reunião aberta com todas as pessoas que não poderia ter carácter deliberativo (...)"</p> <p>"(...) uma forma óptima de diálogo de procura de identificar problemas (...)"</p> <p>"(...) encontrar formas de superar questões (...) de partilhar experiências diversificadas (...)"</p> <p>"(...) a escola não pode fazer mais do que aquilo que faz (...)"</p> <p>"(...) eles são convocados</p>

		(...) são chamados (...)”
Formação do aluno como cidadão	Papel específico da escola	<p>“(...) escola tem um papel fundamental na formação do aluno (...)”</p> <p>“(...) a escola é também local de cidadania (...)”</p> <p>“(...) há aqui uma aprendizagem extremamente importante que é transmitida através de palavras e de outras formas (...)”</p> <p>“(...) dá uma experiência de relação, da maneira de estar, do modo de expressão (...)”</p> <p>“(...) papel na formação do aluno como cidadão (...)”</p> <p>“(...) é uma representação microscópica da sociedade e que eles estão inseridos (...)”</p> <p>“(...) desde a interacção com colegas que vêm de meios socioculturais diferentes (...) até nas próprias aulas (...)”</p> <p>“(...) quanto mais abrangente for o meio escolar, melhor (...)”</p>

	<p>Partilha de decisões no processo educativo</p>	<p>“(...) mesmo (...) em minoria nos órgãos de decisão (...)”</p> <p>“(...) muito importante (...) possam participar nas decisões (...)”</p> <p>“(...) o aluno tem um papel importante no sentido de compreender aquilo que se faz, poder discutir, poder dialogar sobre as questões (...)”</p> <p>“(...) traduziria-se num enriquecimento para ele (...)”</p> <p>“(...) numa maior participação e vivência comunitária da própria escola. (...)”</p> <p>“(...) sou muito céptica em relação a essa questão (...)”</p> <p>“(...) partilha de decisões que partilha de decisões (...)”</p> <p>“(...) eu sou professora, eu em princípio sei mais do que eles, eu estabeleço as regras do jogo (...)”</p> <p>“(...) eu estabeleço as regras, eu estabeleço os limites (...)”</p> <p>“(...) a escola é um local de diálogo (...)é fundamentalmente um</p>
--	---	--

		<p>lugar onde se vem aprender (...)"</p> <p>"(...) é fundamental (...)"</p> <p>"(...) estar na aula ao aprender e respeitar as dúvidas e os tempos do outro até à própria abertura em termos da avaliação (...)"</p> <p>"(...) devem poder dar a sua opinião (...)"</p>
	<p>Participação na gestão escolar</p>	<p>"(...) essa participação é por si mesma um acto de cidadania (...)"</p> <p>"(...) um acto que tem também uma dimensão de futuro (...)"</p> <p>"(...) constitui uma experiência, uma aprendizagem (...)"</p> <p>"(...) o aluno pode aprender o modo de circulação da comunicação, de partilhar decisões (...)"</p> <p>"(...) acho que seria fundamental (...)"</p> <p>"(...) uma maneira de desde muito novos começarem a intervir e (...) terem opinião formada (...)"</p>

		<p>“(…) significava que os alunos teriam que fazer um trabalho prévio sobre as questões que estão a ser debatidas (…)”</p> <p>“(…) é importante (…)”</p> <p>“(…) em Portugal há algum défice (…)”</p> <p>“(…) achamos sempre que há outro que pode fazer (…)”</p> <p>“(…) se eles participassem, quer a nível de associação de estudantes, quer mesmo às vezes como representante de turma (…) é importante para ganharem algum sentido de dever cívico.”</p>
--	--	---

- **Presidente do Conselho Executivo**

Categorias	Sub-categorias	Unidades de registo
Participação dos alunos no Conselho Pedagógico	Apreciação crítica	<p>“(...) um bocado limitada (...)”</p> <p>“(...) escolas (...) 3º ciclo é mais fácil a participação (...)”</p> <p>“(...) uma passagem muito rápida (...)”</p>
	Tipo de participação dos alunos	<p>“(...) é uma participação bem vinda (...)”</p> <p>“(...) actividades de carácter lúdico, de carácter científico (...)”</p> <p>“(...) semana cultural (...) que se organiza anualmente (...) é feita com alunos (...)”</p> <p>“(...) colaboração em termos culturais (...)”</p>
Participação do aluno na gestão escolar	Modos formais	<p>“(...) participação formal (...) Conselho Pedagógico (...) assembleia de escola (...) nos actos eleitorais (...)”</p> <p>“(...) seis alunos que votam (...)”</p>

	Modo informal	<p>“(…) através da associação de estudantes (…)”</p> <p>“ (… os alunos (… dirigem ao conselho executivo em qualquer altura (…)”</p>
Participação efectiva do aluno	Situações/decisões	<p>“(…) decisões importantes (… visão um bocado institucional (… legal do funcionamento da escola (…)”</p> <p>“(…) pode haver participação espontânea (… bom que haja (…)”</p> <p>“(…) ela (… deve acontecer nos locais (…)”</p>
Percepção do professor sobre a intervenção da escola na operacionalização da participação do aluno	Vantagens	<p>“(…) é deles que depende a vida da escola (…)”</p> <p>“(…) neles que se discute as questões pedagógicas (…)”</p> <p>“(…) aprovam os instrumentos de gestão da própria escola (…)”</p> <p>“(…) só vejo vantagens (…)”</p> <p>“(…) os professores devem ter sempre uma função orientadora (…)”</p>

		“(...) se toda a gente participar isso deve ser aceite (...)”
	Intervenção da escola	<p>“(...) escola (...) direcção, os professores têm um papel (...) de orientação da própria participação dos alunos (...)”</p> <p>“(...) assim como (...) participação dos pais (...)”</p> <p>“(...) preocupação de enquadramento e de promoção da qualidade da participação dos alunos (...)”</p> <p>“(...) através das visitas de estudo (...)”</p> <p>“(...) conferências (...) feitas com (...) periodicidade de duas por trimestre ou quatro (...)”</p>
	Direcção	<p>“(...) direcção deve dar sempre orientações (...)”</p> <p>“(...) ter uma visão de escola (...)”</p>

Formação do aluno como cidadão	Papel específico da escola	<p>“(…)ensinar, transmitir conhecimentos (…)”</p> <p>“(…) deve ter uma função educativa (…)”</p> <p>“(…) formar cidadãos competentes do ponto de vista científico, ponto de vista linguístico, do ponto de vista cultural, do ponto de vista ético (…)”</p> <p>“(…) promover a solidariedade (…)”</p>
	Partilha de decisões no processo educativo	<p>“(…) decisões que são quotidianas (…) passam pelo director de turma, passam pelo professor (…)”</p> <p>“(…) própria escola só produz algum efeito educativo (…)”</p> <p>“(…) na relação que estabelece entre o aluno o seu professor e o seu director de turma (…)”</p> <p>“(…) não vai ser através das decisões do pedagógico ou da assembleia (…)”</p> <p>“(…) essa relação for uma relação (…) preocupada com o aluno no bom sentido e saudável (…)”</p>

		<p>“(...) o que é importante numa escola é o que se passa na sala de aula (...)”</p>
	<p>Participação na gestão escolar</p>	<p>“(...) acho fundamental, muito importante mesmo (...)”</p> <p>“(...) quer a eleição da associação de estudantes (...) eleição dos delegados, (...) eleição (...) dos delegados para o pedagógico, (...) são processos que deverão ser muito bem aproveitados (...)”</p> <p>“(...) promovem e educam para a participação do cidadão (...)”</p> <p>“(...) estes processos eleitorais são muito importantes (...)”</p> <p>“(...) discutem-se ideias, discutem-se programas (...)”</p> <p>“(...) motivamos e aprendemos a coabitar e a conviver, independentemente das nossas diferenças ou políticas (...)”</p>

- **Presidente do Conselho Pedagógico**

Categorias	Sub-Categorias	Unidades de registo
Participação dos alunos no Conselho Pedagógico	Apreciação crítica	<p>“(...) participação muito ténue, muito débil (...)”</p> <p>“(...) são eleitos já muito tardiamente (...)”</p> <p>“(...) é um aluno por cada ano (...)”</p> <p>“(...) os alunos (...) assinam a convocatória e a maior parte das vezes não aparecem (...)”</p> <p>“(...) não vão lá muito porque não se sentem integrados (...)”</p> <p>“(...) nunca sentem que aquilo que se está a tratar tem de facto a ver com eles (...)”</p>
	Tipos de participação dos alunos	<p>“(...) funcionariam melhor (...) ao nível de uma associação de estudantes (...)”</p> <p>“(...) em termos pedagógicos a afluência deles é muito fraca (...)”</p> <p>“(...) não sentem que têm qualquer poder de intervenção (...)”</p>

		<p>“(...) têm uma influência (...) muito, muito pequena (...)”</p> <p>“(...) em termos informais (...) quando há actividades culturais os alunos participam muito (...)”</p>
Participação do aluno na gestão escolar	Modos formais e informais	<p>“Em termos formais eles têm representação no Conselho Pedagógico, têm também a associação de estudantes (...)”</p> <p>“(...) eles têm uma muito boa relação (...) com todos os professores (...)”</p>
Participação efectiva do aluno	Situações/decisões	<p>“(...) nem estou assim a ver nenhuma em específico (...)”</p> <p>“(...) de um modo mais formal eu não estou assim a ver (...) onde é que isso possa acontecer (...)”</p>
Percepção do professor sobre a intervenção da escola na operacionalização da participação do aluno	Vantagens	“(...) vantagens teria muitas (...)”
		“(...) eles (...) não têm

	Limites	<p>muito tempo (...)”</p> <p>“(...) as reuniões também são sempre no período da tarde depois das aulas já terem acabado (...)”</p>
Formação do aluno como cidadão	Papel específico da escola	<p>“(...) é uma coisa muito importante (...)”</p> <p>“(...) dos papéis fundamentais da escola (...)”</p> <p>“(...) alertar não só para o curricular (...) mas também para outras vertentes de formação (...)”</p>
	Partilha de decisões no processo educativo	<p>“(...) em termos de formação é fundamental (...)”</p> <p>“(...) ele perceber que pode ser ouvido (...) que a sua opinião é importante (...)”</p> <p>“(...) é o meio de elas perceberem que não são só algumas pessoas que sabem e que decidem (...)”</p>
	Participação na gestão	“(...) contribui bastante

	escolar	(...)” “(…) uma outra visão da escola e da interacção da escola e das pessoas (...)” “(…) uma coisa muito válida em termos de formação nesta área.”
--	---------	---